

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO – PPGSeD**

MARIA DE LOURDES BASSI ALVES PIMENTEL

**GÊNERO E REFORMA AGRÁRIA: O TERRITÓRIO COMO ESPAÇO DE
LUTA E RESISTÊNCIA DAS MULHERES ACAMPADAS NA REGIÃO DE
CAMPO MOURÃO – PR**

**CAMPO MOURÃO – PR
2025**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO – PPGSeD

MARIA DE LOURDES BASSI ALVES PIMENTEL

GÊNERO E REFORMA AGRÁRIA: O TERRITÓRIO COMO ESPAÇO DE
LUTA E RESISTÊNCIA DAS MULHERES ACAMPADAS NA REGIÃO DE
CAMPO MOURÃO – PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana, políticas públicas e produção do espaço.

Orientadora: Prof.^a Dra. Aurea Andrade Viana de Andrade

CAMPO MOURÃO – PR
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

PIMENTEL, Maria de Lourdes Bassi Alves Pimentel
Gênero e Reforma Agrária: O território como
espaço de luta e resistência das mulheres
acampadas na região de Campo Mourão - PR / Maria
de Lourdes Bassi Alves Pimentel PIMENTEL. - Campo
Mourão-PR, 2025.
170f.

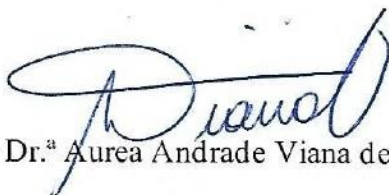
Orientadora: Aurea Andrade Viana de Andrade.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-
Graduação Mestrado Acadêmico Interdisciplinar:
"Sociedade e Desenvolvimento") - Universidade
Estadual do Paraná, 2025.

1. Mulher. 2. Poder. 3. Território. 4. MST. 5.
Reforma Agrária. I - Andrade, Aurea Andrade Viana
de (orient). II - Título.

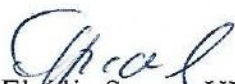
MARIA DE LOURDES BASSI ALVES PIMENTEL

**GÊNERO E REFORMA AGRÁRIA: O TERRITÓRIO COMO ESPAÇO DE LUTA E
RESISTÊNCIA DAS MULHERES ACAMPADAS NA REGIÃO DE CAMPO
MOURÃO - PR**

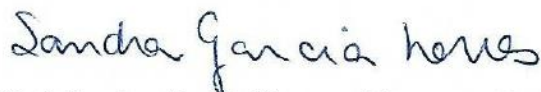
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Aurea Andrade Viana de Andrade (Orientadora) – Presidente



Prof. Dr. Elpidio Serra – UEM, Maringá



Prof.^a Dr.^a Sandra Garcia Neves – Unespar, Campo Mourão



Prof. Dr. Elias Canuto Brandão – Unespar, Paranavaí

Data de Aprovação

22/04/2025

Campo Mourão - PR

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as mulheres que, com coragem e determinação, lutam pela terra e pela Reforma Agrária. Mulheres criadas ou forjadas na resistência, aquelas que, embora muitas vezes vencidas, seguem em sua jornada sem jamais desistir da conquista da “terra prometida”. Dedico também àquelas que persistem, resistem e semeiam sonhos, transformando a terra e a vida com sua força, coragem e esperança.

Dedico, com profunda gratidão e saudade, ao meu amigo e companheiro Claudinei Antônio Minchio (*in memoriam*), falecido em 2021, vítima da COVID-19. Em vida, Claudinei foi um incansável defensor dos movimentos sociais, da Reforma Agrária e do MST. Seu apoio contínuo e sua convicção sempre serão lembrados. Seu sorriso largo e sincero permanecerá eternamente em minhas memórias.

Finalmente, dedico a todos que, com ações e pensamentos, acreditam na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desse trabalho é resultado de um sonho de uma longa caminhada, não são apenas páginas escritas: são história de vida que se entrelaçam nesse percurso. A confluência de ideias de diversas pessoas que me ajudaram a materializar cada etapa.

Os agradecimentos expressam um sentimento imenso de gratidão a todas as pessoas que estiveram presentes nessa longa e desafiadora caminhada.

A Deus e a todas as energias positivas que sempre foram emanadas para mim, sustentando-me em cada passo.

Aos meus pais, Vilar Real Alves e Mercedes Bassi Alves (ambos *in memoriam*), cujo exemplo, amor incondicional e fé na educação moldaram-me como uma pessoa altruísta, com um olhar de empatia para o próximo.

Ao meu companheiro de vida e de sonhos, Márcio Adriano Pimentel, por sua ajuda constante, paciência, incentivo, e por acreditar em mim e na minha capacidade, muitas vezes mais do que eu mesma. Obrigada pela companhia nas longas madrugadas. Amo você!

Às minhas filhas — Ana Paula, Adrielly e Andressa — que torceram por meu sucesso, suportando minha ausência e ouvindo meus desabafos, com amor e paciência. À minha irmã Maria e ao meu sobrinho Christian Rafael, pelo apoio incansável em todos os momentos. Amo vocês!

Aos meus netos Ana Beatriz e Matteo, luz da minha vida, que representam minha força e esperança para a construção de uma sociedade mais justa e melhor.

À minha professora, Dr.^a Áurea Andrade Viana de Andrade, que me acompanhou ao longo desta trajetória e me ensinou não apenas com seu vasto conhecimento, mas também com seu exemplo de dedicação, sensibilidade e respeito. Sou eternamente grata por ter aceitado o desafio de orientar este trabalho, pelas valiosas conversas, pela amizade, confiança e paciência.

Aos professores e a todo o Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) do *Campus* de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), por todo o suporte e conhecimento oferecido. Às

secretarias do programa, Luciana e Samara, pelo carinho, respeito e consideração.

Aos companheiros e companheiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, às lideranças do MST e da Brigada Santinho dos Acampamentos Irmã Dorothy, Nossa Senhora do Carmo, Valdair Roque e Nova Canaã, por todo aprendizado, pelas experiências compartilhadas, e por me fazerem acreditar na luta contra as injustiças e desigualdades.

Um agradecimento especial a todas as mulheres acampadas e assentadas, que tornaram este trabalho possível, por meio dos questionários, entrevistas, visitas e, principalmente, pelo acolhimento carinhoso que me proporcionaram. Vocês são extraordinárias, e a vocês dedico todo meu respeito e admiração.

À Prof.^a Eva Szczepanski, mulher de luta e posicionamento firme, que, além de me acompanhar em algumas jornadas, contribuiu imensamente para o meu entendimento sobre a luta das mulheres nos acampamentos do MST e o protagonismo feminino.

Agradeço à professora Dr.^a Sandra Garcia Neves e ao professor Dr. Elpidio Serra, que participaram da banca de qualificação e ofereceram críticas construtivas fundamentais para o aprimoramento deste trabalho. Da mesma forma, agradeço às professoras e aos professores da banca de defesa, pela disposição em participar deste momento tão significativo e por suas contribuições valiosas.

Aos meus colegas de sala, sou grata pelas experiências e conhecimentos compartilhados, pelos intensos dias de aulas e discussões. Cada um de vocês foi essencial nesta caminhada. Sucesso a todos!

Por fim, agradeço ao amigo e companheiro Fábio Sexugi, pelo apoio incansável e incentivo em todas as etapas deste processo, pela paciência e gentileza em orientar meus pensamentos, e por sua contribuição na organização e revisão deste trabalho. Literalmente, o aluno superou o mestre! Meu carinho e admiração por você são infinitos. Muito obrigada!

“Companheira, me ajuda, que eu não posso andar só. Sozinha, ando bem, mas com você ando melhor.”

(Refrão de uma ciranda cantada de domínio público)

PIMENTEL, Maria de Lourdes Bassi Alves. **Gênero e Reforma Agrária: O território como espaço de luta e resistência das mulheres acampadas na região de Campo Mourão – PR.** 170f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2025.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as relações de gênero e poder nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região de Campo Mourão, especialmente nos municípios de Peabiru, Barbosa Ferraz e Quinta do Sol, onde se localizam os acampamentos Nova Canaã, Irmã Dorothy, Nossa Senhora do Carmo e Valdair Roque. Destacamos o “lugar” das mulheres na participação da luta pela posse da terra e pela organização do território, por meio da divisão do trabalho produtivo e político, com ênfase nas funções desempenhadas nos acampamentos. Analisamos o papel das mulheres na construção e transformação da vida cotidiana, bem como na luta contra a invisibilidade. A busca pela Reforma Agrária revelou-se, também, como uma luta das mulheres pela superação da condição de subordinação em um espaço predominantemente masculino. Evidenciamos as vivências e os complexos embates da luta pela terra, que também significou luta pelo território, além das constantes ameaças de despejo. Realizamos um estudo de natureza qualitativa, fundamentado nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético. Para desenvolver a pesquisa, fizemos levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, com entrevistas e questionários semiestruturados aplicados às mulheres dos acampamentos e às lideranças do MST. Também elaboramos mapas, gráficos e tabelas, e analisamos reportagens da imprensa regional, documentos de conselhos municipais, atas de assembleias dos acampamentos, processos judiciais, petições do Ministério Público e sentenças relacionadas à desapropriação, além de discursos de autoridades sobre os camponeses. Dada a complexidade e a natureza multifacetada do tema, adotamos uma abordagem interdisciplinar, fundamentada nas contribuições teóricas de autores como José de Souza Martins, Maria das Graças Rua, Miriam Abramovay, Marco Aurélio Saquet, Claude Raffestin, Norberto Bobbio, Nicos Poulantzas, João Pedro Stédile, Aurea Andrade Viana de Andrade e Elpídio Serra. Com esta pesquisa, buscamos contribuir para o reconhecimento e valorização da luta das mulheres na Reforma Agrária, sua autonomia e a conquista de direitos.

Palavras chave: Mulher, Poder, Território, MST, Reforma Agrária.

PIMENTEL, Maria de Lourdes Bassi Alves. **Gender and Agrarian Reform: The territory as a space of struggle and resistance of the encamped women in the region of Campo Mourão – PR.** 170f. Dissertation (Master) – Society and Development Interdisciplinary Postgraduate Program, State University of Paraná, *Campus* Campo Mourão, Campo Mourão, 2025.

ABSTRACT

The research aims to analyze gender and power relations in the camps of the *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST) in the Campo Mourão region, particularly in the municipalities of Peabiru, Barbosa Ferraz, and Quinta do Sol, where the camps Nova Canaã, Irmã Dorothy, Nossa Senhora do Carmo, and Valdair Roque are located. The study seeks to highlight the “place” of women in the struggle for land possession and territorial organization, through the division of productive and political labor, especially the roles played in the camps. In summary, it analyzes the role of women in the construction and transformation of daily life in the camps, as well as in the fight against invisibility. The pursuit of Agrarian Reform is also a struggle of women for the overcoming of their subordinate condition in a predominantly male space. Furthermore, the research aims to demonstrate the experiences and the complex struggles in the fight for land, which also means fighting for territory, and the constant threats of eviction. The research is qualitative, based on the theoretical-methodological principles of historical-dialectical materialism. For the development of the research, we conducted a bibliographic survey and an ongoing field study with semi-structured interviews and questionnaires with the women from the camps and MST leaders. In addition, maps, graphs, tables, as well as an analysis of regional press reports, municipal council documents, camp assembly minutes, legal proceedings, petitions from the Public Ministry, and court rulings related to expropriation, and speeches by authorities about peasants will be produced. Given the complexity and multifaceted nature of the topic, the research requires an interdisciplinary approach, drawing on the theoretical contributions of authors such as: José Souza Martins, Maria das Graças Rua, Miriam Abromovay, Marco Aurélio Saquet, Claude Raffestin, Norberto Bobbio, Nico Poulantzas, João Pedro Stédile, Aurea Andrade Viana de Andrade, and Elpídio Serra. We hope that this research will contribute to the recognition and appreciation of women’s struggle in Agrarian Reform, their autonomy, and the conquest of rights.

Keywords: Woman, Power, MST, Territory, Agrarian Reform.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 BASES TEÓRICAS PARA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER NOS TERRITÓRIOS DO MST.....	21
2.1 Território e poder: Dimensões da Luta Coletiva nos Acampamentos	21
2.2 Identidade de Gênero e a Luta das Mulheres nos Acampamentos do MST	34
2.3 Movimentos sociais e a construção de Territórios da Reforma Agrária: uma luta de homens e mulheres	38
2.3.1 A luta pela terra e a Reforma Agrária	46
2.3.2. Os territórios do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-terra (MST).....	52
2.3.3 Origem, trajetória e importância do MST	55
2.3.4 Como o MST faz uso das relações entre território e poder para a realização da Reforma Agrária?	57
3 OS TERRITÓRIOS DO MST NA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO.....	60
3.1 Território de ocupação e de assentamento.....	60
3.2 Acampamentos Irmã Dorothy e Nossa Senhora do Carmo, no Município de Barbosa Ferraz.....	64
3.2 O Acampamento Valdeir Roque do município de Quinta do Sol ..	70
3.3 Acampamento Nova Canaã do município de Peabiru	78
4 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS TERRITÓRIOS DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO – LUTA E RESISTÊNCIA.....	88
4.1 A Presença das Mulheres nos Territórios: Identidade de Gênero e Territorial (e Territorialidades).....	89
4.2 Empoderamento da Mulher no Movimento.....	90
4.3 As mulheres rurais acampadas na luta pela Reforma Agrária	95
4.3.1. Mulheres do Acampamento Irmã Dorothy	101
4.3.2. Mulheres do Acampamento Nossa Senhora do Carmo	106
4.3.3. Mulheres do Acampamento Valdeir Roque	107
4.3.4. Mulheres do Acampamento Nova Canaã	111
4.4 As mulheres assentadas e suas conquistas a partir da Reforma Agrária	113

4.5 Perfil e participação das mulheres nos acampamentos: dados quantitativos e desafios contemporâneos.....	122
4.5.1 Descrição do questionário (perguntas abertas): trajetórias e sentidos da participação feminina	128
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS.....	146
ANEXOS.....	146

1 INTRODUÇÃO

A Reforma Agrária tem sido abordada sob uma perspectiva predominantemente econômica e estrutural, que deixa em segundo plano as dinâmicas de gênero que influenciam o acesso à terra e a permanência das mulheres nos assentamentos. Assim, nesta pesquisa, buscamos evidenciar as complexas relações sociais presentes, com ênfase na participação das mulheres em diversas esferas de poder no âmbito dos acampamentos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região de Campo Mourão, que integra a Mesorregião Centro Ocidental do Paraná, com foco nos acampamentos Nova Canaã de Peabiru, Irmã Dorothy e Nossa Senhora do Carmo de Barbosa Ferraz e Valdair Roque de Quinta do Sol.

Ao revisar os estudos sobre Reforma Agrária em sua interface com as questões de gênero no Brasil, identificamos uma ampla gama de pesquisas — que nos instigaram a desenvolver este estudo —, que variam desde análises históricas sobre a distribuição de terras até investigações sobre as atribuições das mulheres nos movimentos sociais e na luta por direitos no campo.

Como se vê, a discussão sobre a Reforma Agrária é complexa, pois envolve uma diversidade de perspectivas teóricas e análises oferecidas por diferentes estudiosos, que exploram os conflitos rurais, a territorialização de movimentos sociais e os impactos das políticas agrárias.

A escolha, como objeto de estudo desta pesquisa, dos acampamentos do MST, em vez dos assentamentos que também são numerosos na referida região, é justificada pela constatação de uma lacuna na literatura acadêmica e nas pesquisas já realizadas, que se concentram predominantemente nas dinâmicas e realidades dos assentamentos: quiçá, em decorrência da sua maior estabilidade em relação aos acampamentos. Embora as questões fundiárias e os direitos territoriais sejam amplamente discutidos no contexto dos assentamentos, pouco se conhece, ainda, sobre a atuação das mulheres nos acampamentos, um espaço de luta que, historicamente, tem sido negligenciado ou, pelo menos, minimizado nas análises sobre a Reforma Agrária.

É preciso esclarecer que os acampamentos são locais temporários, onde as famílias vivem enquanto aguardam a regularização da terra e a sua transformação em assentamento definitivo. Importa fazermos uma distinção

conceitual menos superficial entre acampamento — sobre os quais nos debruçaremos — e assentamento. O assentamento é visto tanto por pesquisadores da área quanto pelo próprio movimento social como etapa distinta da luta pela terra. Isso porque o assentamento representa um marco na trajetória dos trabalhadores rurais, indicando que a terra já foi “conquistada” (Caldart, 2004). Por conseguinte, isso implica que, nos acampamentos, essa conquista é, muitas vezes, uma esperança, não sendo efetiva, ainda que seja a etapa inicial para o processo de organização de uma nova comunidade, com vistas à construção de uma vida mais estruturada e sustentável que virá na efetivação da etapa do assentamento (Concrab, 2004; Turatti, 2005). Nesse contexto, a participação feminina nos assentamentos, como exploramos nesse estudo, tem se revelado um elemento de destaque. As mulheres, desde os primórdios do Movimento, que remontam ao final da ditadura militar no Brasil, nos anos 1970 e início dos anos 1980, desempenham funções centrais na gestão dos trabalhos rurais e na organização da própria comunidade: o que parece contrastar, também nesse particular, com o modelo tradicional de propriedades identificadas com o agronegócio, majoritariamente masculino. A presença feminina nos espaços de luta pela terra, que parece continuar invisível para a academia, não somente promove a inclusão e a equidade nos espaços da Reforma Agrária, como favorece a transformação das estruturas sociais e econômicas dessas comunidades.

É nesse ambiente de transição e de muitas incertezas que as mulheres enfrentam desafios imensos, tanto na luta por direitos à terra quanto na organização da vida cotidiana. Nesta conjuntura, as mulheres se engajam nas disputas pela terra e, além disso, travam batalhas internas, dentro de suas casas, por reconhecimento, respeito e, principalmente, por uma divisão mais justa das tarefas e responsabilidades dentro do lar.

Assim, a escolha de estudarmos os acampamentos surge da necessidade de aprofundarmos a compreensão sobre as experiências e desafios das mulheres nesse contexto, para identificar as especificidades da luta por terra e direitos, e para reconhecer a sua resistência não apenas frente à estrutura de poder externa, mas também ao patriarcado enraizado nas relações familiares e sociais. Com isso, pretendemos preencher vazios existentes sobre a participação ativa das mulheres nos acampamentos do MST e contribuir para o fortalecimento do protagonismo feminino na luta pela Reforma Agrária.

Ao delimitarmos a pesquisa para a atuação das mulheres nos acampamentos na região de Campo Mourão, buscamos investigar a organização e a divisão do trabalho dentro desses acampamentos, assim como as dinâmicas das relações de gênero. Além disso, nossa pesquisa visa a destacar a contribuição, que supomos significativa, das mulheres no movimento de luta pela terra e pela Reforma Agrária.

Esses acampamentos são autossuficientes do ponto de vista da produção de alimentos, uma vez que produzem alimentos para a subsistência das famílias. No entanto, a total independência econômica ainda é uma realidade distante para muitas dessas famílias. Além da produção agrícola local, que envolve culturas como feijão, arroz, milho, hortaliças e produtos de origem animal, muitas famílias ainda dependem de subsídios sociais do governo, como o Bolsa Família, para complementar a sua renda e garantir a segurança alimentar. Essa dependência de programas assistenciais é um fator importante a ser considerado, principalmente quando se observa que as condições de infraestrutura e acesso ao mercado são desafiadoras, especialmente nos acampamentos mais recentes.

Neste contexto, a participação das mulheres é central. Elas não apenas atuam na organização doméstica e no cuidado com a família, mas também são protagonistas na luta pela autossuficiência e na resistência frente às dificuldades econômicas. Em muitos casos, são elas que assumem a liderança nas atividades produtivas, como a horticultura, a criação de animais e a gestão da casa, além de se envolverem ativamente na comercialização dos produtos e na organização comunitária. As mulheres nos acampamentos não se limitam a tarefas tradicionalmente domésticas, já que são fundamentais na construção de estratégias para superar a dependência de programas assistenciais e fortalecer a economia local.

A viabilidade da renda nos acampamentos varia, portanto, conforme o tempo de existência e as condições de cada localidade. Nos acampamentos mais antigos, como o Irmã Dorothy e o Vadair Roque, que já têm uma estrutura consolidada e uma certa organização produtiva, a geração de renda é mais estável. A contribuição das mulheres nesses acampamentos é, particularmente, visível, uma vez que elas atuam na manutenção da economia doméstica e na articulação de iniciativas coletivas que visam à diversificação e melhoria da produção agrícola. Além disso, a participação delas nos processos de

comercialização e na negociação com outros movimentos sociais e com o mercado local tem sido um fator indispensável para a sustentabilidade econômica dessas famílias acampadas.

Por outro lado, nos acampamentos mais recentes, como o Nova Canaã, localizado em Peabiru, a situação ainda é mais precária. A falta de infraestrutura adequada e a dificuldade de acesso a mercados mais amplos tornam a geração de renda um desafio. As mulheres, por outro lado, têm demonstrado grande resiliência e inovação, porque se adaptam à realidade do acampamento e buscam alternativas para garantir a alimentação e o sustento das suas famílias. Elas também desempenham liderança no processo de organização interna, ao mobilizarem recursos e ajudarem a desenvolver alternativas que possam superar as limitações financeiras. Nesse sentido, a “peleia” pela terra para essas mulheres está também ligada à luta por uma vida digna e pela autonomia econômica: um movimento que começa dentro de casa, no cuidado da família e na administração do orçamento doméstico, e se expande para a luta coletiva no acampamento.

A análise também evidencia a importância do tema para entender o lugar das mulheres nesses territórios e sua contribuição vital para a luta pela Reforma Agrária. Reconhecemos que elas desempenham funções essenciais na organização, produção e desenvolvimento dos acampamentos, o que reforça a relevância de sua participação no debate sobre o encargo social feminino nesse contexto.

Além disso, como docente e testemunha da luta pela Reforma Agrária no município de Peabiru desde a década de 1990, nossa experiência nos permitiu compreender a complexidade das questões agrárias e a importância da participação feminina ao longo dessa “peleia” — como os membros desse movimento costumam chamar a própria luta. Ao observarmos de perto esse processo e, no contexto escolar, entrarmos em contato com as famílias envolvidas, sempre nos impressionamos com a força e a resistência das mulheres. Elas enfrentam disputas muitas vezes violentas pela terra, ao mesmo tempo em que desempenham múltiplos papéis, cuidando dos filhos, da família, dos afazeres domésticos e da produtividade dos lotes. O desejo de compartilhar essas histórias e experiências, frequentemente desconhecidas pela sociedade, nos motiva a conduzir esta pesquisa. Para avançarmos nessa análise e

validarmos nosso problema de pesquisa, formulamos algumas questões e reflexões que nos nortearão durante o desenvolvimento do estudo.

Inicialmente, questionamos de que maneira as dinâmicas de poder dentro dos acampamentos em estudo afetam a participação das mulheres — as quais, serão oportunamente apresentadas — nas tomadas de decisão e nas atividades do movimento. Na verdade, como as relações de poder dentro desses acampamentos exercem um impacto significativo sobre a participação feminina, convém questionar se a estrutura hierárquica vigente, ainda que em espaços pretensamente progressistas, restringe ou reverbera a voz e a influência das mulheres, prejudicando ou potencializando sua capacidade de contribuir plenamente para as ações coletivas.

Do mesmo modo, indagamos sobre os principais desafios enfrentados pelas mulheres nos acampamentos, buscando entender se estes estão intrinsecamente ligados aos processos de organização e participação nos movimentos voltados para a Reforma Agrária. É que a luta pela conquista e manutenção da terra, costumeiramente, expõe as mulheres a situações de vulnerabilidade, em razão das persistentes desigualdades de gênero e à subestimação de sua participação. Na verdade, como se demonstrará, as mulheres enfrentam dificuldades para se envolver plenamente nos processos de tomada de decisão e, muitas vezes, enfrentam obstáculos para acessar recursos e oportunidades de maneira igualitária.

Ademais, como as mulheres nos acampamentos se contrapõem e encaram eventuais opressões de gênero e as desigualdades estruturais presentes no contexto da Reforma Agrária? Elas resistem e enfrentam tais desafios por meio da solidariedade, união e busca ativa por espaços de protagonismo? Organizam-se para combater as injustiças e reivindicar seus direitos, fortalecendo-se na luta pela igualdade? Até que ponto as conquistas das mulheres nos acampamentos contribuem para a transformação das relações de poder e de gênero no movimento e na sociedade em geral? Os sucessos das mulheres nesses acampamentos impactam na transformação das relações de poder e gênero tanto dentro do movimento quanto na sociedade em geral? Ao conquistarem espaços de liderança, as mulheres são agentes ativos na promoção da igualdade e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva?

A partir desses questionamentos, buscamos explorar as complexas interações entre gênero e Reforma Agrária, com delimitação nos acampamentos do MST na região de Campo Mourão, abrangendo os municípios limítrofes de Barbosa Ferraz, Quinta do Sol e Peabiru. Embora a luta e a resistência contra a invisibilidade das mulheres nos acampamentos do MST sejam um fenômeno complexo, que exigem uma análise aprofundada para compreender seus motivos e impactos, a resposta a tais questionamentos será vital para revelar como a figura feminina influencia a dinâmica interna do movimento e suas estruturas de poder na comunidade.

Diante dos desafios apresentados, identificamos a necessidade premente de investigar as dinâmicas sociais nos acampamentos. Nesse sentido, esta pesquisa propõe-se a analisar as complexas relações de poder e gênero nesse contexto específico, com foco especial nos municípios de Peabiru, Quinta do Sol e Barbosa Ferraz, em particular, nos acampamentos Nova Canaã, Valdair Roque, Irmã Dorothy e Nossa Senhora do Carmo: territórios emblemáticos de luta e resistência.

No presente estudo, adotamos o método científico do Materialismo Histórico Dialético, que oferece uma análise crítica das relações sociais e históricas que permeiam os acampamentos. Este método permite a compreensão das contradições e dinâmicas estruturais dessas relações. Para aprofundar nossa análise e considerar a subjetividade e o multifacetamento dessa temática, recorreremos à Teoria da Complexidade, elaborada por Edgar Morin (2000). Esta abordagem interdisciplinar se mostra essencial, conforme apontado por Folloni (2008) em estudos semelhantes, para a compreensão dos sistemas complexos presentes nos territórios de luta pela Reforma Agrária.

As categorias e os conceitos que orientam a pesquisa são: território, poder, gênero e movimentos sociais. Tais dimensões, inferimos, são primordiais para a compreensão das dinâmicas no recorte adotado. Para realizar a análise econômica, política e cultural do território, bem como as discussões sobre poder e territorialização, dentro da perspectiva da relação de gênero nos acampamentos da Reforma Agrária, utilizaremos alguns estudos de autores que discutem a temática proposta.

Além de Morin (1999, 2000, 2016), a pesquisa abrange, entre outros, os estudos de Andrade (2013, 2020), Barreto (2018), Bobbio (1987, 1999), Butto (2008, 2011), Dallabrida (2020, 2021), Fernandes (1996, 1998, 1999, 2000,

2005, 2024), Jorge (2019), Martins (1984, 1991, 1995), Moreira (2007), Paulino (2010), Raffestin (1993), Rua e Abramovay (2000), Santos (1996, 2002) e Serra (1991, 2009, 2010). Do mesmo modo, buscamos auxílio de materiais bibliográficos e informativos — documentos norteadores e normas —, por meio de órgãos como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Prefeituras Municipais, dentre outros.

Esse material é importante para a compreensão da dinâmica dos acampamentos rurais em questão. Na pesquisa, a propósito, realizamos um levantamento bibliográfico relacionado à temática, que inclui dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do MST, entre outros. Além disso, são analisadas fontes empíricas como reportagens da imprensa regional, atas e documentos das assembleias dos acampamentos, processos judiciais, liminares, petições do Ministério Público e sentenças relacionadas à desapropriação. Também são considerados os discursos de autoridades civis e religiosas sobre os camponeses, especialmente sobre a participação das mulheres na produção e nas demandas dos acampamentos. Após a realização da pesquisa documental e bibliográfica, bem como das entrevistas e questionários, com base nos aportes teóricos e metodológicos utilizados, procedemos à verificação e análise das informações obtidas para confirmar ou refutar as indagações iniciais da pesquisa.

Com o intuito de promover uma análise abrangente, realizamos visitas aos acampamentos para explorar o cotidiano das mulheres, suas vivências nesses territórios e compreender os principais desafios e experiências enfrentados pelos acampados. Nas atividades de campo, são feitos registros fotográficos e coleta de documentos, além da condução de entrevistas semiestruturadas com mulheres camponesas e lideranças locais do MST. As entrevistas são realizadas de forma a promover interpelações e questionamentos, de modo a evitar qualquer julgamento de valor que possa influenciar nas respostas dos entrevistados e das entrevistadas. Todos os dados, em levantamento, foram cuidadosamente registrados, gravados e posteriormente transcritos para análise minuciosa. Foram entrevistadas mulheres maiores de 16 anos, com um mínimo de 50 participantes, e também lideranças do Movimento local (homens ou mulheres), que possam contribuir para a qualidade das informações e da pesquisa.

Conforme mencionado anteriormente, a pesquisa investigou as dinâmicas de gênero presentes nos acampamentos do MST e como essas dinâmicas afetam a visibilidade e participação das mulheres. Embora os acampamentos representem territórios de resistência e luta por direitos fundamentais, parecem reproduzir padrões de invisibilidade em relação às mulheres. Para identificar os motivos fundamentais que levam a essa invisibilidade, foi crucial explorar as relações de poder, as expectativas culturais e as estruturas organizacionais dentro dos acampamentos, a fim de compreender como as mulheres são posicionadas e, muitas vezes, marginalizadas. Isso também envolveu a análise das funções tradicionalmente atribuídas às mulheres nos acampamentos e como essas funções contribuíram para sua invisibilidade.

O Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), no âmbito em que desenvolvemos essa pesquisa, demandou que se adotasse uma abordagem interdisciplinar, pressupondo, *grosso modo*, conforme Morin (2016), a interpenetração e a combinação de métodos, teorias e perspectivas de diferentes disciplinas para abordar esta temática, inegavelmente complexa. Nesse contexto, a Geografia assumiu preponderância, ao discutir território e poder e ao explorar suas diversas manifestações e relações sociais, com especial atenção aos aspectos de gênero. Nosso objetivo, ao acionarmos os saberes desse campo do conhecimento, foi investigar e compreender como as dinâmicas territoriais foram influenciadas por essas relações, elucidando as complexidades que permeiam os acampamentos do MST.

Além da Geografia, a História entra em cena no aprofundamento de nossa análise, concentrando-se nas relações possíveis nos acampamentos do MST ao longo do tempo e em diferentes localidades. Partindo do surgimento do Movimento, nossa atenção se voltou para momentos específicos nos acampamentos Irmã Dorothy, Vadair Roque, Nova Canaã e Nossa Senhora do Carmo. Essa abordagem espacial ofereceu uma compreensão mais abrangente das transformações e desenvolvimento sociais e territoriais.

Soma-se a Sociologia, que contribui para o aprofundamento da pesquisa, ao discutir a importância dos movimentos sociais e, em particular, o surgimento do MST. Destacamos o múnus da presença das mulheres nesses movimentos, enfatizando sua luta incansável pelo acesso à terra. A análise sociológica permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais que

impulsionam a atuação feminina nos acampamentos. Esses territórios estão à mercê das negociações políticas e judiciais. Por essa razão, nos respaldamos na Ciência Política para analisar as relações entre os movimentos sociais, representados pelo MST, e os diversos poderes que influenciam a estrutura política. Investigamos como esses movimentos dialogam, confrontam e interagem com as instâncias de poder, de modo a contribuir para uma compreensão mais ampla das dinâmicas políticas que moldam o contexto dos acampamentos do movimento.

A abordagem interdisciplinar proposta, à luz das postulações de Morin (2016), permite uma análise holística e enriquecedora dos acampamentos, abrangendo dimensões geográficas, históricas, sociológicas e políticas. Isso pode proporcionar uma compreensão menos superficial e limitada das complexidades desses territórios e dos desafios enfrentados por seus membros, especialmente, as mulheres.

Ao final desta pesquisa, esperamos que os resultados contribuam para o entendimento mais amplo da presença feminina nos acampamentos do MST. Adicionalmente, tendo em mente que a pesquisa abre espaço para discussões sobre como superar esses obstáculos, almejamos que esse estudo sinalize algumas estratégias no sentido da promoção da equidade de gênero e do fortalecer o protagonismo das mulheres nas dinâmicas de poder e nas práticas de Reforma Agrária, de modo a reconhecer contribuições das mulheres para a luta pela Reforma Agrária e direitos no campo.

Cabe mencionar que a dissertação está estruturada em quatro seções, que incluem esta introdução e as considerações finais. Na segunda seção, apresentamos o percurso teórico metodológico, onde discutimos os conceitos de território, poder, identidade de gênero com o perfil das mulheres e os territórios da Reforma Agrária. A terceira seção, por sua vez, tem a finalidade de abordar, de modo contextualizado, os territórios do MST na região de Campo Mourão, incluindo seu processo de territorialização ou ocupação, as características dos territórios e a trajetória dos camponeses que compõem os Acampamentos Irmã Dorothy, Nossa senhora do Carmo, Valdair Roque e Nova Canaã. São analisadas as singularidades e as diferenças de ocupação e uso da terra nesses territórios. Na quarta seção, examinaremos a participação das mulheres nos territórios da Reforma Agrária na região de Campo Mourão, onde pormenorizaremos sua presença e suas vidas nos acampamentos, assim como

no cotidiano de luta para se manter na terra ocupada, além da valorização de seu trabalho.

2 BASES TEÓRICAS PARA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER NOS TERRITÓRIOS DO MST

Para compreendermos melhor a dinâmica dos territórios do MST e a atuação das mulheres nesse cenário, julgamos que seja oportuno explorar, com a devida contextualização, as interações entre território, poder, gênero e movimentos sociais. Tais categorias, nesse contexto, não existem isoladamente: antes, se entrelaçam de maneira complexa, modelando a vivência e as lutas das trabalhadoras envolvidas.

Por isso mesmo, nesta seção, abordaremos as referidas categoriais, ao mesmo tempo em que exploramos as interações complexas e interdependentes entre esses elementos fundamentais. Ao examinarmos o conceito de território, destacamos sua importância como espaço de poder e símbolo de luta e resistência para os movimentos sociais, incluindo o MST. Em relação ao poder, discutimos as diferentes formas de dominação e resistência para compreensão dessa dinâmica presentes nos acampamentos, especialmente no que diz respeito à distribuição desigual do trabalho e à tomada de decisões. No que se refere ao gênero, analisaremos as estruturas que moldam as experiências das mulheres nos movimentos sociais, bem como suas estratégias de autonomia e resistência. Por fim, discutiremos os movimentos sociais e destacamos sua capacidade de mobilização e transformação social, delimitadas na atuação do MST na região de Campo Mourão.

2.1 Território e poder: Dimensões da Luta Coletiva nos Acampamentos

A análise das relações entre território, poder, gênero e movimentos sociais é essencial para entender as dinâmicas nos acampamentos do MST e a contribuição das mulheres nesse contexto. O conceito de território abrange não apenas sua delimitação, mas também aspectos de identidade e controle. Essa compreensão é central para investigarmos como o território se torna espaço de luta e resistência, especialmente, para as mulheres, cujas experiências são moldadas por essas interações complexas. No âmbito do referido movimento, é importante perceber que o território vai além de uma mera delimitação

geográfica, sendo concebido como um espaço de identidade, pertencimento e disputa política (MST, 2019). Para o MST (2019), ele representa, primeiramente, um local de moradia e produção, mas também um símbolo de resistência e transformação social. Seja como for, ao explorar o significado de território, podemos aprofundar nossa visão sobre as vivências e as lutas dos trabalhadores nos acampamentos. Neste sentido, o conceito de território abrange diversas dimensões que vão além de suas fronteiras geográficas. “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1993, p. 144). Em seu sentido mais amplo, o território é uma expressão da identidade e da soberania de uma entidade sobre um determinado espaço. Isso pode incluir não apenas a posse física do território, mas também o controle político, econômico e social sobre ele. O território, portanto, é um reflexo das relações de poder e das dinâmicas de interação entre os diferentes atores que o habitam.

Além disso, Milton Santos (1996) defende que o território pode ser entendido como um espaço simbólico carregado de significados culturais, históricos e emocionais. Para muitos povos indígenas, por exemplo, o território não é apenas uma extensão de terra, mas uma parte integrante de sua identidade e de sua relação com o mundo natural. Da mesma forma, para pessoas de muitas nações, o território é um símbolo de orgulho nacional e de pertencimento.

Entender a dinâmica entre espaço e território é fundamental. O território não existe de forma isolada; ele surge a partir do espaço, resultado das ações de um ator sintagmático em diversos níveis. Ao se apropriar de um espaço, de maneira concreta ou abstrata, esse ator “territorializa” o espaço (Raffestin, 1993).

Nessa abordagem, ainda segundo Raffestin (1993), o território é concebido como um espaço onde é depositado um esforço, seja em forma de energia ou informação, resultando em relações que refletem dinâmicas de poder. Para um marxista, o espaço não possui valor de troca, apenas valor de uso, ou seja, uma utilidade intrínseca. O espaço, portanto, é primordial e existe independentemente de qualquer ação. Ele é, de certa forma, “dado”, como se fosse uma matéria-prima, existindo antes de qualquer intervenção.

Qualquer prática espacial, conduzida por um conjunto de ações ou comportamentos, resulta em uma “produção territorial” que envolve a interação entre tecido, nó e rede. É relevante observar que nenhuma sociedade, por mais rudimentar que seja, pode evitar a necessidade de organizar o espaço onde suas

atividades ocorrem. Indivíduos ou grupos ocupam posições no espaço e se distribuem conforme modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados (Raffestin,1993). Para o autor:

[...] as “imagens” territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território (Raffestin,1993, p. 152).

Nos acampamentos do MST, a distinção entre espaço e território é fundamental para entender como as relações de produção e as dinâmicas sociais se reproduzem. Como argumenta Andrade (2013), o espaço não deve ser confundido com território; é somente quando os “atores” se apropriam de um espaço que ele se torna território, um processo que implica a “territorialização” desse espaço. Essa transformação, segundo Costa (2008), é particularmente relevante nas discussões contemporâneas sobre território na ciência geográfica, que têm evoluído para uma abordagem multidimensional e multiescalar, desafiando a visão tradicional que limitava o conceito à posse e controle por parte do Estado. No contexto dos acampamentos, essa perspectiva permite compreender mais profundamente as complexas relações sociais e de poder que moldam a vida cotidiana dos trabalhadores, de maneira a revelar como suas lutas por autonomia e reconhecimento se entrelaçam com a construção de um território próprio.

No entanto, o conceito de território também pode ser problematizado em um mundo cada vez mais globalizado, onde as fronteiras físicas nem sempre correspondem àquelas políticas, econômicas e culturais. Além disso, com o avanço da tecnologia e das comunicações, o território físico é complementado e, em alguns casos, até mesmo substituído por territórios virtuais e digitais. Plataformas *online*, como redes sociais e jogos eletrônicos, criam novos espaços de interação e sociabilidade que transcendem as fronteiras geográficas tradicionais, desafiando assim nossas concepções convencionais de território. Aliás, Dallabrida (2020, p. 17) é enfático ao lembrar que a

[...] consideração do território como recurso cultural e econômico deriva de sua recente e progressiva valoração como parte do patrimônio histórico e cultural. [...] passa a considerar o território

como patrimônio, em razão da evolução da própria concepção de patrimônio e da progressiva reelaboração do conceito de território.

Para Dallabrida (2020), o território passa a ser visto como complexo herdado, de caráter histórico, legado das sociedades precedentes. Pensar o território, nas mais diferentes dimensões — a ambiental, social, administrativa, infra estrutural, paisagística e, entre outras coisas, produtiva — exige novos posicionamentos. A noção de território, por exemplo, está intimamente ligada às relações de poder e de como ocorre a construção social do território. O território, nesse cenário, é um campo de disputa de poder. Isso leva à distinção entre “território-dado” e “território-construído” (Pecqueur, 2005). O primeiro refere-se à delimitação política-administrativa, como uma região, município com suas subdivisões em distritos e localidades, representando uma porção do espaço sujeita à observação. Já o território construído é socialmente instituído pelos atores, emergindo de um processo de melhorias resultantes das interações dos agentes sociais e identificado retrospectivamente (Dallabrida *et al.*, 2021).

Em suma, as definições de território são tão diversas quanto as próprias sociedades e culturas que o habitam. Do ponto de vista físico, o território pode ser delimitado por fronteiras naturais ou artificiais, mas seu significado vai muito além disso, abrangendo aspectos políticos, sociais, culturais e mesmo virtuais. É por meio do território que construímos nossas identidades, expressamos nosso poder e estabelecemos nossas relações, ou seja, a territorialidade. Esta adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza quanto as relações sociais (Raffestin, 1993).

A vida é tecida por conexões, e a territorialidade reflete esse entrelaçamento, sendo resultado das relações entre sociedade, espaço e tempo. Segundo Raffestin (1993), a territorialidade não é estática; ao contrário, está em constante transformação, moldada pelas interações humanas e pelo meio ambiente. Para o autor, ela não se limita à ocupação de um espaço físico, mas se insere em um contexto mais amplo, que envolve a produção, a troca e o

consumo de bens. Reduzi-la apenas à relação com o espaço significaria adotar uma visão determinista e limitada. A territorialidade, portanto, é sempre uma construção relacional, na qual diferentes atores desempenham papéis e influenciam seu desenvolvimento (Raffestin, 1993).

A formação de um território, lembra Andrade (2013), incute nas pessoas que o povoam o sentimento de participação e gera uma consciência de pertencimento e solidariedade. A territorialidade engloba práticas e expressões materiais e simbólicas que garantem a apropriação e a permanência de um território por um determinado grupo social — Estado, grupos sociais, empresas — (Andrade, 2013). Em linhas gerais, o território é, de um lado, um produto e, de outro, uma condição da territorialização, sendo moldado pelo exercício do poder por grupos ou classes sociais específicas (Andrade, 1993).

A interseção entre território e poder é essencial para entender as dinâmicas sociais nos acampamentos do MST, onde a territorialidade não apenas reflete, mas também condiciona as relações de poder entre os indivíduos e grupos que o habitam.

Assim como o território, o conceito de poder é multifacetado, como advoga Raffestin (1993), permeia diversas esferas da vida social e influencia as interações entre indivíduos, grupos e instituições. Em sua essência, o poder representa a capacidade ou habilidade de impactar ou controlar o comportamento, ações ou decisões de outros. No entanto, sua manifestação pode ocorrer de diferentes formas e em diversos contextos, abrangendo aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. “Toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade” (Raffestin, 1993, p. 53).

No âmbito político, o poder é frequentemente associado à autoridade e à capacidade de formular e impor leis, políticas e decisões que moldam a estrutura e o funcionamento da sociedade. Essa forma de poder, segundo Raffestin (1993, p. 50), manifesta-se, em grande parte, por meio das instituições governamentais, onde os detentores do poder tomam decisões que afetam diretamente a vida dos cidadãos. Entretanto, Raffestin (1993, p. 50) destaca que o poder não se restringe à esfera política, já que também está presente nas relações econômicas, em que indivíduos ou grupos detentores de recursos financeiros exercem influência significativa sobre decisões econômicas e a distribuição de riqueza. Além disso, o poder social e cultural se manifesta por meio das normas,

valores e crenças que orientam comportamentos e determinam posições na hierarquia social.

Sob a perspectiva marxista, contudo, o aspecto econômico é determinante, pois a estrutura material da sociedade — baseada nas relações de produção e na propriedade dos meios de produção — condiciona as esferas política, social e cultural. Dessa forma, a dominação política e ideológica decorre, em última instância, das relações econômicas, o que reforça a centralidade da economia na compreensão das dinâmicas de poder.

Diante desse panorama, evidenciamos a estreita relação entre o poder e o território. O território, entendido por Santos (1993) como um espaço geográfico delimitado, torna-se o palco onde as dinâmicas de poder se desenrolam e se manifestam. A territorialização do poder, de acordo com Santos (1996), ocorre quando determinados grupos ou instituições estabelecem controle sobre um território específico, exercendo autoridade e influência sobre seus habitantes e recursos.

Para Santos (1996), essa relação entre poder e território pode ser observada em diversos contextos, desde o controle estatal sobre um país ou região até as disputas territoriais entre grupos étnicos, culturais ou econômicos. A territorialização do poder vai além da simples ocupação física do espaço, envolvendo também a imposição de símbolos — sejam eles herdados ou recentemente elaborados (Santos, 1996, p. 181) — e de práticas que reforçam e legitimam a autoridade dos detentores do poder. Esses símbolos e essas práticas desempenham uma função essencial na construção e manutenção das hierarquias sociais e influencia a organização das relações políticas e econômicas dentro de um determinado território.

Compreender as diferentes definições e manifestações do poder, bem como sua relação com o território e os processos de territorialização, é fundamental para analisar as dinâmicas sociais e políticas que estruturam nossa sociedade. O poder, como vemos, se expressa de múltiplas formas, desde a dominação explícita por meio de instituições e normas até mecanismos sutis de controle, como os discursos ideológicos e a produção do espaço geográfico de acordo com interesses específicos. Por intermédio dessa análise, torna-se possível identificar as estruturas de poder vigentes e reconhecer as formas de resistência e contestação que emergem em diferentes contextos. Assim, compreender a territorialização do poder permite vislumbrar possibilidades

concretas de transformação e democratização das relações sociais e promover espaços mais equitativos e inclusivos dentro das comunidades e na sociedade como um todo (Santos, 1996).

Nas postulações de Raffestin (1993), o Poder com uma letra maiúscula refere-se à soberania do Estado, à forma da lei ou da unidade global de uma dominação e se torna mais familiar enquanto a confusão entre Estado e Poder for facilitada, mascarando ou diminuindo o poder nome comum. Ele defende que

[...] poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem. A ambiguidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o “Poder” e o “poder”. Mas o primeiro é mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço, identificável. Como consequência é o perigoso e inquietante, inspira a desconfiança pela própria ameaça que representa. Porém o mais perigoso é aquele que não se vê, ou que não se vê mais porque se acreditou tê-lo derrotado, condenando-o à prisão domiciliar (Raffestin, 1993, p. 52).

O poder, nas palavras de Raffestin (1993), é uma força dinâmica que surge no contexto das relações humanas. Cada interação entre indivíduos, grupos ou entidades é uma oportunidade para o poder se manifestar. Nesse processo de troca e comunicação, os participantes se encontram em um campo de poder, onde suas forças e influências se entrelaçam e se confrontam (Raffestin, 1993).

Em sua essência, o poder é multidimensional, abrangendo uma variedade de aspectos que vão além da simples imposição de vontade, como defende o autor. Ele está intrinsecamente ligado à manipulação dos fluxos de energia e informação que perpassam as relações. Esses fluxos são como correntes invisíveis que conectam e desconectam os indivíduos, moldando o curso das interações e determinando os resultados.

Cada relação, portanto, constitui um ponto de origem do poder. Seja em uma conversa informal entre amigos, em uma negociação empresarial ou em um embate político, o poder se manifesta de diferentes formas, influenciando as interações e os desdobramentos de cada situação. A dinâmica dessas relações

é determinada pela capacidade dos envolvidos de mobilizar recursos, controlar informações e direcionar discursos. Assim, o poder não se restringe a estruturas formais, mas se materializa nos mais diversos contextos sociais, moldando comportamentos, decisões e resultados.

Para Bourdieu (1989), no entanto, o poder nem sempre se manifesta de forma explícita ou coercitiva. Segundo o autor, ele pode se manifestar de maneiras sutis e, até mesmo, subliminar, por intermédio de gestos, linguagem corporal, palavras ou, inclusive, do silêncio. Aqueles que são capazes de entender tais sutilezas conseguem manipular, de forma eficaz, os fluxos de energia e informação para atingir seus objetivos, sem que, todavia, os outros percebam. Para o autor, compreender o poder como um campo de influência que permeia todas as relações humanas é indispensável para captar as complexidades do mundo social. Dessa maneira, reconhecendo as diversas formas e dimensões do poder, podemos aumentar nossa consciência sobre como ele se manifesta em nossas interações e trabalhar para construir relações mais equilibradas e justas (Bourdieu, 1989). Nesse sentido, ao discutir as contribuições de Goffman — reconhecido pelo discutir as relações de poder na vida cotidiana —, Gastaldo (2008, p. 150-151) acrescenta que a

[...] relação de poder existe na medida em que algumas definições da situação são mais legítimas do que outras, e essa legitimidade é a resultante de quem tem o poder de propor e sustentar a definição. A diferença, por exemplo, entre um “militante de esquerda” e um “subversivo” – para pensar em categorias típicas da ditadura militar – é um (*sic*) questão de definição da situação.

Gastaldo (2008) interpreta as ideias de Goffman, ao lembrar que o poder estaria intimamente relacionado ao processo de troca e comunicação. Em cada interação entre pessoas, há uma espécie de negociação delicada de influências, nas quais as competências, os recursos e a autoridade de cada indivíduo são como que negociados. Mesmo nas relações mais cotidianas, como aquelas entre amigos ou colegas, o poder oferece uma contribuição decisiva, que molda a dinâmica dos vínculos.

Assim, ao abordar as contribuições de Goffman sobre as relações de poder na vida cotidiana, Gastaldo (2008) torna evidente que essa dinâmica é fundamental para entender as interações nos acampamentos do MST. Como

destaca Gastaldo (2008), a relação de poder se manifesta nas definições de situação, onde a legitimidade é atribuída àqueles que conseguem propor e sustentar essas definições. Além disso, a ideia de que o poder está intimamente ligado ao processo de troca e comunicação ressalta que, nas interações diárias entre os integrantes do MST, ocorre uma constante negociação de influências e autoridade. Assim, mesmo nas relações cotidianas, o poder molda a dinâmica dos vínculos e a luta pela autonomia e reconhecimento, refletindo a complexidade das interações sociais dentro do movimento.

Para Castells (2018), o poder vai além da mera dominação ou controle; ele está profundamente relacionado à maneira como manipulamos os fluxos de energia e informação nas relações. Esses fluxos abrangem desde as palavras que escolhemos e os gestos que utilizamos na comunicação até o silêncio que, intencionalmente, decidimos manter diante do interlocutor. Em cada interação, o poder se manifesta, regulando a dinâmica por meio dessas trocas constantes que, como argumenta Goffman, podem ser entendidas como negociações. No entanto, o exercício do poder não se limita à persuasão estratégica e consciente para a conquista de objetivos. Ele também envolve a capacidade de estruturar narrativas, influenciar percepções e definir agendas, moldando a realidade de acordo com interesses específicos. O poder pode operar de forma sutil e difusa, por meio de normas sociais, discursos e instituições que orientam comportamentos e consolidam hierarquias. É essencial reconhecer, ainda, que o poder pode ser exercido de maneira abusiva ou opressiva, o que gera desequilíbrios e injustiças que comprometem a qualidade e a legitimidade das relações humanas. Destarte, compreender suas múltiplas manifestações permite agir estrategicamente, ao mesmo tempo em que se torna possível identificar e questionar as estruturas de dominação que perpetuam desigualdades e exclusões.

Portanto, compreender o poder como uma força presente em todas as relações humanas é essencial para questionar as estruturas que o sustentam, identificando suas implicações sociais. Ao reconhecer os mecanismos que perpetuam desigualdades e hierarquias, torna-se possível navegar pelas complexidades do mundo social, com a finalidade de contestar formas de dominação e buscar relações mais justas e emancipatórias. Essa análise das relações de poder na vida cotidiana nos leva a considerar como essas dinâmicas se manifestam de maneira particular no trabalho e nas interações nos territórios

do MST, pois, segundo Raffestin (1993), o trabalho é o elemento fundamental que dá origem ao poder, e isso ocorre por meio de duas dimensões: a energia e a informação. O trabalho é “a energia informada” (Raffestin, 1993, p. 56), ao se referir ao fato de que o trabalho envolve não apenas a aplicação de energia física, mas também a incorporação de informação. Em outras palavras, o trabalho não é apenas uma questão de esforço físico, mas também de direcionamento intelectual e organização de recursos.

O trabalho não se resume à aplicação de energia bruta; ele envolve o direcionamento estratégico dessa energia de forma eficaz e produtiva, reconhecendo sua natureza complexa e multidimensional. Trata-se de uma força que é guiada, orientada e canalizada para alcançar objetivos específicos dentro das relações sociais e dos sistemas produtivos. No entanto, o trabalho pode ser apropriado e manipulado, o que leva a uma cisão fundamental em sua essência. Conforme Raffestin (1993, p. 57), essa apropriação ocorre por meio da separação entre energia e informação:

Apropriar-se do trabalho significa destruí-lo ou, mais exatamente, submetê-lo a uma dicotomia e separar a energia da informação: apropriar-se de uma e/ou da outra. No fundo, é impedir o homem de dispor de uma e de outra ao mesmo tempo, o que, conseqüentemente, significa privá-lo de sua capacidade primitiva de transformação. As organizações, ao separarem a energia da informação, no nível do trabalho, realizaram a primeira fissura social.

Essa perspectiva reflete uma análise inspirada na Geografia Crítica e na teoria das relações de poder, desenvolvida por Raffestin, e não corresponde necessariamente à visão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Enquanto o MST enfatiza a luta pela terra e pela autogestão dos trabalhadores no campo (MST, 2019), a abordagem de Raffestin (1993) foca nas dinâmicas espaciais do poder e na maneira como o trabalho pode ser fragmentado e controlado dentro de estruturas organizacionais e sociais mais amplas. Mas o autor foi acionado nessa pesquisa por sua contribuição para a compreensão das relações de poder no espaço e no trabalho. Sua abordagem permite analisarmos, por exemplo, como o controle sobre a terra, os recursos e o conhecimento impactam a autonomia dos trabalhadores e a estruturação das desigualdades sociais. Ao destacar a separação entre energia e informação como um mecanismo de dominação, Raffestin (1993) torna-se um referencial

teórico que auxilia na problematização das formas de apropriação do trabalho e na identificação dos desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais na busca por emancipação e justiça social.

Seja como for, a distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual é simplesmente a manifestação mais óbvia, mais comum. A dissolução da unidade do trabalho ocorreu pela alienação, onde uma estrutura específica se apropria dos seus trunfos organizacionais para impor uma equivalência forçada (Raffestin, 1993). Realizar a equivalência do que não é equivalente é apropriar-se do trabalho em diversas formas.

Em resumo, a análise das relações de poder nos territórios do MST revela como o trabalho, à luz de uma perspectiva marxista, é central para a formação do poder, operando nas dimensões de energia e informação. Conforme destacado por Raffestin (1993), o trabalho é uma força complexa e multidimensional, cuja apropriação, frequentemente marcada pela alienação, resulta na separação entre trabalho manual e intelectual. Esta dissociação, que reflete as desigualdades estruturais do sistema capitalista, não apenas enfraquece a capacidade transformadora dos indivíduos, mas também reforça as hierarquias sociais e as formas de exploração. No contexto do MST, essa divisão do trabalho é ainda mais evidente, com as mulheres desempenhando funções determinantes na organização e na luta por reconhecimento dentro dos acampamentos. Elas não apenas enfrentam as limitações impostas pela divisão do trabalho, mas também se tornam protagonistas na construção de um modelo alternativo de sociedade, pautado pela igualdade e pela justiça social.

Essa dinâmica de apropriação do trabalho e suas implicações para o poder são ainda mais evidentes na análise de Marx (1985), que argumenta que a força de trabalho é exaurida e subtraída pelo empregador, transformando as relações entre indivíduos em relações entre objetos. A mais-valia ou o trabalho não remunerado do trabalhador explorado representa algo distinto do produto dessa desigualdade de poderes que regula a extensão e a intensidade do trabalho. Assim, a potencialidade do poder, e não o próprio poder, é construída sobre a aquisição do trabalho em sua capacidade energética informada. O poder, defende Raffestin (1993) ao interpretar as postulações marxistas, não pode ser definido por seus meios, mas sim pela relação na qual ele se origina. O poder emprega seus meios para almejar vantagens, visar aos trunfos.

O poder visa o (*sic*) controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os recursos. [...]. Uma relação pode privilegiar um dos trunfos: a população, o território ou os recursos (Raffestin, 1993, p. 58).

Weber (1974), a esse propósito, nos lembra que uma organização que busca uma manifestação pura do poder absoluto tende a se concentrar apenas nos símbolos do sucesso. O objetivo do poder, nesse contexto, é manipular exclusivamente esses símbolos. No entanto, isso pode tornar o poder frágil, à medida que aumenta a lacuna entre o triunfo real — o referencial, que se baseia em ações concretas — e o triunfo imaginário — o símbolo, que pode ser vazio e desprovido de substância (Weber, 1974).

A partir da contribuição teórica dos autores anteriormente citados, é possível concluir, portanto, que “território”, mais do que um mero espaço geográfico delimitado, é um palco sobre o qual se desenrola uma complexa dinâmica do poder. Essa relação, intrínseca e multidimensional, atravessa todas as dimensões da vida humana, desde as organizações sociais mais complexas, conforme discutido por Max Weber (1974), que enfatiza as relações de autoridade e dominação, até as interações cotidianas mais simples, como proposto por Claude Raffestin (1993), que vê o poder como uma força presente nas práticas sociais e na ocupação do espaço.

É conveniente observarmos como Marx (1985) argumenta que o controle territorial é um dos pilares fundamentais da estrutura de poder do Estado capitalista. Para Marx, ao delimitar fronteiras e exercer soberania sobre um espaço físico, os governos consolidam sua dominação interna e reforçam as relações de classe e a exploração dos trabalhadores. Nessa conjuntura, a imposição de leis e normas não é apenas um mecanismo de organização social, mas uma ferramenta para garantir a continuidade do domínio da classe dominante sobre as demais, moldando o perfil da vida dos cidadãos de acordo com os interesses do capital. Essa dinâmica, ao manter uma ordem interna que sustenta a estrutura de poder, também funciona como um mecanismo de proteção contra ameaças externas, preservando, destarte, a integridade do sistema econômico e político que favorece as elites.

Por outro lado, conforme argumenta Marx (1985), a projeção do poder impulsiona-se para além das fronteiras, configurando, como lembra Raffestin (1993), outra faceta característica da relação entre território e poder. A aquisição

de territórios estrangeiros, seja por meio de colonização, anexação ou estabelecimento de bases militares, permite a expansão da influência política e econômica. Tal dinâmica, percebida ao longo da história, continua a delinear as relações.

Por fim, sinaliza Raffestin (1993), o território é, regularmente, utilizado como moeda de troca em negociações e acordos. Disputas territoriais, como as relacionadas a fronteiras ou a posse de ilhas, são capazes de gerar tensões e conflitos geopolíticos. Para o autor, a propósito, o território:

[...] é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos. Quanto à energia e à informação, elas estão em condições de tornar complementares as duas faces da medida de todas as coisas. Portanto, desempenham um papel preponderante, que não pode nem deve ser subestimado (Raffestin, 1993, p. 59-60).

Sucintamente, a relação entre território e poder é uma constante na história da humanidade. A compreensão dessa dinâmica complexa, como nos indica Weber (1974), ao analisar as diversas formas de poder e as relações de autoridade, é fundamental para entender os embates políticos, sociais e econômicos que moldam o mundo contemporâneo. Nesse sentido, embora Marx (1985) e Weber (1974) apresentem visões distintas sobre o poder, ambos reconhecem que o território vai além de uma simples extensão de terra. Para Marx, o território está intrinsecamente ligado às relações de classe e ao controle econômico, enquanto para Weber, é um espaço de legitimação da autoridade e da dominação. Em ambos os casos, o território se configura como um elemento central na dinâmica do poder, afetando as esferas local, nacional e internacional, e exercendo influência sobre a política, a economia, a segurança e a identidade das sociedades humanas.

Nessa perspectiva, consideramos que a relação entre território e poder, mostra a complexidade das interações sociais e políticas que moldam nossas vidas, especialmente nos territórios do MST. O trabalho das mulheres nesses locais é essencial para a construção e manutenção desse poder, destacando as lutas por reconhecimento e igualdade. O território como citamos vai além de espaço físico: é onde se travam batalhas por identidade e autonomia, com as mulheres desempenhando uma importância decisiva na organização e na luta

por seus direitos. Compreender essas dinâmicas é fundamental para analisarmos os desafios atuais que continuam a definir as relações de poder em diferentes contextos, especialmente na luta por justiça social e Reforma Agrária.

2.2 Identidade de Gênero e a Luta das Mulheres nos Acampamentos do MST

A identidade de gênero das mulheres nos acampamentos do MST é um aspecto fundamental para entendermos a dinâmica social e as lutas que permeiam esses espaços. As mulheres, frequentemente confinadas a diretrizes tradicionais, transcendem os desafios impostos pelas normas de gênero, redefinindo suas identidades ao protagonizarem a luta por direitos e pela posse da terra. Essa reconfiguração é, de fato, parte de uma experiência mais ampla, na qual a construção da identidade de gênero é influenciada por uma complexa interação de fatores sociais, culturais, históricos e individuais, que moldam não apenas a percepção que elas têm de si mesmas, mas também a maneira como se relacionam com o mundo ao seu redor. A identidade de gênero é, portanto, um elemento fundamental da experiência humana, que influencia a forma como nos vemos e nos relacionamos com o mundo ao nosso redor.

No bojo dessa discussão, é importante destacar que a identidade de gênero das mulheres é frequentemente moldada pelas normas e expectativas sociais que determinam, de maneira geral, o que significa ser mulher em uma cultura ou sociedade específica. Tais normas, como afirmam Soihet e Pedro (2007), muitas vezes incluem papéis de gênero tradicionais, como o cuidado com a família, a postura emocionalmente receptiva e a dedicação a atividades associadas ao universo feminino.

No entanto, as autoras defendem ser fulcral reconhecer que as expectativas de gênero podem variar, de modo sensível, de uma cultura para outra e ao longo do tempo. Cada mulher, assim, tem uma experiência única de sua identidade de gênero, influenciada por uma infinidade de fatores subjetivos, como a própria personalidade, interesses pessoais, valores norteadores e experiências prévias de vida. Algumas mulheres, afirmam Soihet e Pedro (2007), podem se identificar de modo mais forte com as normas tradicionais de

feminilidade, enquanto outras podem desafiar ou transcender essas normas de várias formas.

Essa percepção se alinha às perspectivas de Judith Butler (2020), que argumenta que muitas mulheres encontram formas de empoderamento e resistência dentro de suas identidades de gênero, desafiando as normas sociais e reivindicando espaços de poder e liderança. Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como expresso na Cartilha *Compreender e Construir Novas Relações de Gênero* (Coletivo Nacional de Mulheres MST, 1998), as mulheres desempenham funções indispensáveis não apenas na luta pela terra, mas também na redefinição das relações de gênero dentro de suas comunidades. O MST enfatiza que a transformação das estruturas sociais implica na superação das desigualdades de gênero, promovendo a participação ativa das mulheres na tomada de decisões e na liderança, o que está diretamente ligado à busca pela igualdade de direitos e oportunidades. As mulheres do MST resistem às opressões impostas pela sociedade patriarcal e constroem novas formas de relação social, fundamentadas no coletivo e na solidariedade.

A identidade de gênero das mulheres, defende Butler (2020), é profundamente desenhada por outras dimensões de sua própria identidade, como raça, etnia, classe social, orientação sexual, idade, habilidade e outros aspectos. A interseccionalidade reconhece que essas diferentes formas de identidade se sobrepõem e se interconectam, influenciando de maneira complexa a experiência das mulheres no mundo.

Embora as mulheres tenham alcançado progressos significativos na luta por igualdade de gênero, ainda enfrentam uma série de desafios persistentes, como a discriminação, a violência de gênero, as disparidades salariais, o acesso limitado a oportunidades educacionais e econômicas, entre outros obstáculos. Segundo a *Relatório Global sobre Desigualdade de Gênero* do Fórum Econômico Mundial (2020), essas desigualdades continuam a impactar negativamente a autonomia e a qualidade de vida das mulheres em várias partes do mundo. No entanto, as mulheres têm demonstrado uma resiliência notável e uma capacidade de resistência diante dessas adversidades. Elas buscam, de maneira contínua, formas de criar mudanças significativas, não só em suas próprias vidas, como também no tecido social mais amplo, mediante a

participação em movimentos sociais, a busca por políticas públicas mais inclusivas e a valorização de seus direitos.

Diversas autoras que discutem essa temática, como Simone de Beauvoir (1980) e Betty Friedan (1971), contribuem, significativamente, para a compreensão das desigualdades de gênero, destacando a importância da divisão sexual do trabalho no delineamento de identidades femininas limitadas e na perpetuação de hierarquias de gênero. Essa divisão, historicamente construída, restringe as oportunidades das mulheres, circunscrevendo sua participação às esferas familiares, longe da vida política, e reforçando estereótipos de gênero, porquanto perpetua desigualdades socioeconômicas e culturais. Isso posto, é pertinente trazer à baila que, no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a questão da identidade de gênero e o perfil das mulheres ocupam posições fundamentais na luta pela Reforma Agrária e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária no campo, como evidenciam Butto e Dantas (2008), ao discutirem a presença feminina no contexto dos assentamentos do MST.

De acordo com Butto e Dantas (2008), as mulheres desempenham um papel fundamental no Movimento, pois estão ativamente envolvidas nas ocupações de terra, nas mobilizações, nas assembleias e em todas as instâncias de organização e tomada de decisão. Elas se tornam protagonistas da luta pela Reforma Agrária e contribuem significativamente para os avanços do movimento ao longo dos anos. Ao enfrentar e desafiar as desigualdades de gênero que perpassam a sociedade brasileira, inclusive no meio rural, as mulheres sem-terra lutam contra a discriminação, a violência de gênero e outras formas de opressão, buscando, com isso, estabelecer relações mais igualitárias e solidárias dentro dos assentamentos e acampamentos.

Embora o MST promova espaços de organização e empoderamento das mulheres, oferecendo oportunidades de formação política, educação popular e liderança feminina, que possibilitam o desenvolvimento de habilidades, o fortalecimento da autoestima e a assunção de papéis de liderança, tanto no movimento quanto em suas comunidades e famílias, Butto e Dantas (2008) destacam que a luta pela igualdade de gênero no campo ainda enfrenta obstáculos significativos. Esses desafios envolvem, entre outras coisas, a persistência de valores patriarcais, a desigualdade na divisão do trabalho e, o que é mais grave, a violência de gênero. Nesse contexto, Minozzo (2021)

denuncia que os “hábitos cotidianos que tornam natural as relações de submissão da mulher são violências, especialmente para a mulher camponesa, que muitas vezes, por desconhecimento, não encontra formas de reagir” (Minozzo, 2021, p. 28). Apesar disso, nos assentamentos e acampamentos do MST, as mulheres demonstram uma presença de destaque na construção de alternativas para uma agricultura mais justa, sustentável e solidária, porquanto lideram iniciativas de produção agroecológica, educação no campo, saúde comunitária, economia solidária e outras práticas voltadas para o bem-estar das famílias e a preservação do meio ambiente.

O MST, institucionalmente, reconhece a importância de integrar as demandas específicas das mulheres à luta mais ampla pela Reforma Agrária e pela justiça social, o que inclui o direito das mulheres à terra e à participação política, combate à violência de gênero, acesso a serviços públicos de qualidade e fortalecimento dos espaços de cuidado e apoio às mulheres e às famílias. No *site* oficial do Movimento, se diz expressamente que o

[...] protagonismo feminino contribuiu significativamente para o avanço organizativo do movimento. Já nas primeiras ocupações de terra a presença das mulheres e das crianças impactou no sentido de sensibilizar a sociedade quanto ao problema da exclusão e desterritorialização das famílias sem-terra e ao mesmo tempo tensionou o governo a agir por conta da dimensão da violência que os ruralistas poderiam chegar (MST, 2024).

A identidade de gênero e o protagonismo das mulheres, registra Minozzo (2021), são aspectos essenciais da luta do MST pela Reforma Agrária e pela transformação social. Reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres fortalece a luta por uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, onde todas as pessoas, independentemente de seu gênero, possam viver com dignidade e liberdade. No entanto, o autor ainda ressalva que:

[...] para que isso ocorra, é necessário (*sic*) o reconhecimento e o entendimento dos mecanismos, possibilitando às mulheres camponesas o acesso à educação para que empoderadas possam superar o machismo e construir relações de respeito e equidade nas relações de gênero, participando nas diferentes instâncias de poder (Minozzo, 2021, p. 28).

Para compreendermos de maneira mais profunda como esses processos se materializam nos territórios da Reforma Agrária, a próxima subseção abordará

os movimentos sociais e suas estratégias voltadas para a construção de territórios mais justos e, de maneira mais ampla, mais igualitários.

2.3 Movimentos sociais e a construção de Territórios pela Reforma Agrária: uma luta de homens e mulheres

Os movimentos sociais — em especial, o MST — e a Reforma Agrária estão, intrinsecamente, relacionados ao conceito de território. Na verdade, ao reivindicar o acesso à terra para trabalhadores rurais, o movimento não se limita apenas à ocupação de propriedades, mas se engaja em um processo ativo de construção de territórios rurais, sobre os quais as relações sociais, a produção, a cultura e a identidade são (re)ajustadas de forma coletiva e participativa. Nesse sentido, o território é central para a luta do MST, na medida em que representa o espaço físico no qual esses trabalhadores buscam estabelecer assentamentos e desenvolver atividades produtivas. Diante disso, a Reforma Agrária proposta pelo MST visa à redistribuição de terras, buscando combater a concentração fundiária e promover uma distribuição mais equitativa dos recursos naturais. É aí que se situa a luta das “mulheres em suas atuações diversas e na criação de estratégias para a permanência na terra” (Minozzo, 2021, p. 15).

Nesse contexto, a participação das mulheres nas lutas pela terra vai muito além de um simples papel de apoio ou complementaridade. Elas assumem funções centrais tanto nas mobilizações quanto na organização da vida nos assentamentos e acampamentos, sendo responsáveis por práticas de cuidado, produção, educação e cultura. A atuação feminina transforma o território não apenas em espaço de resistência política, mas também em lugar de construção cotidiana de novas formas de sociabilidade e pertencimento. Com isso, o território da Reforma Agrária torna-se também um território de gênero, onde as mulheres enfrentam e ressignificam as desigualdades históricas e estruturais, abrindo caminhos para novas possibilidades de existência e emancipação no meio rural.

Ademais, o protagonismo das mulheres ao longo da história, segundo Pinto (2010), tem sido multifacetado e evolutivo, marcado por contribuições significativas e por desafios persistentes. Desde os tempos imemoriais até a contemporaneidade, conforme destaca a autora, as mulheres desempenham funções vitais em diversas esferas da sociedade, incluindo a família, a economia,

a política, a ciência e a cultura. Na Idade Média, a atribuição das mulheres variava conforme a classe social. O Renascimento, por sua vez, trouxe uma valorização do conhecimento e da arte, mas as oportunidades para elas continuaram limitadas. Nesse período também se deu o início dos movimentos feministas, que lutavam por direitos básicos como a educação, o voto e a igualdade no trabalho (Pinto, 2010).

Reconhecer essas ausências e silenciamentos é fundamental para compreender os atuais processos de luta e resistência protagonizados por mulheres no meio rural. Ao inseri-las no centro da análise geográfica, torna-se possível não apenas valorizar suas experiências, mas também reconstruir, de forma crítica e inclusiva, as narrativas sobre a produção e apropriação do espaço.

Por outro lado, de acordo com Rezende (2024), o século XX foi um período de transformações profundas para as mulheres. O movimento sufragista, que teve início em diversos países, lutava principalmente pelo direito ao voto — reivindicação central da chamada primeira onda do feminismo (Faria, 2015). O país pioneiro na concessão desse direito foi a Nova Zelândia, em 1893, seguido da Austrália, em 1902, e da Finlândia, em 1906. Na América Latina, o Equador foi o primeiro a reconhecer o sufrágio feminino, em 1929; no Brasil, essa conquista foi efetivada em 1932, na Argentina em 1951 (Ribeiro, 2002) e, por fim, no Paraguai em 1961, sendo o último país latino-americano a conceder esse direito. Em outras regiões, como na Arábia Saudita, as mulheres só passaram a votar em 2011 (Mariani; Ducroquet; Prado, 2016). No Brasil, esse movimento se assemelha ao inglês e teve como figura central a cientista Bertha Lutz, pesquisadora da Biologia que, após estudar na França e entrar em contato com o movimento sufragista inglês, fundou em 1922 a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Essa organização foi crucial para articular pautas como a luta pelo voto, as reivindicações das mulheres trabalhadoras e as ideias do pensamento anarquista (Pinto, 2003). Já nas décadas de 1960 e 1970, o movimento feminista ampliou sua agenda, voltando-se para os direitos reprodutivos, a igualdade no mercado de trabalho e a superação das normas de gênero opressivas. Essa mobilização também possibilitou a inserção das mulheres em profissões até então dominadas por homens, como medicina, engenharia e direito.

Assim, a presença feminina nas sociedades ao longo da história configura-se como uma trajetória de resiliência, luta e conquista (Pinto, 2010). Apesar das inúmeras barreiras, as mulheres, de maneira contínua, desempenharam funções substanciais no progresso da humanidade, especialmente, a partir da primeira onda feminista que, segundo Pinto (2010), ocorreu entre o final do século XIX e o início do século XX, com seu auge entre 1850 e 1940, variando um pouco conforme o país. Mesmo com os avanços sociais, a luta pela igualdade de gênero persiste, com a esperança de um futuro no qual as mulheres desfrutem de oportunidades e direitos verdadeiramente iguais em todos os aspectos da vida.

É importante mencionar que a assim chamada primeira onda feminista perdeu força em escala global ao longo do tempo, segundo Veronezzi (2018), mas ressurgiu com vigor na década de 1960, impulsionada por uma série de acontecimentos e transformações culturais e sociais. Entre as principais influências desse novo momento estão a publicação da obra *O Segundo Sexo*, da filósofa e ativista francesa Simone de Beauvoir; o lançamento da pílula anticoncepcional nos primeiros anos da década; a ocupação da Universidade de Sorbonne, em Paris, durante o movimento conhecido como “Maio de 1968”, quando estudantes protestaram contra a ordem acadêmica tradicional; e o surgimento do movimento hippie nos Estados Unidos. Esses e outros fatores contribuíram para renovar o movimento feminista, que passou a se expandir principalmente na Europa e nos Estados Unidos, trazendo à tona discussões sobre as desigualdades nas relações de poder entre homens e mulheres. Esse novo momento ficou conhecido como a segunda onda do feminismo (Pinto, 2010).

No Brasil, a década de 1960 teve início com grande efervescência social, que foi rapidamente cerceada pelo golpe militar de 1964. Inicialmente moderado, o regime se tornou mais autoritário a partir de 1968, com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), intensificando a repressão política e levando militantes de esquerda, inclusive feministas, à clandestinidade (Pinto, 2010). A segunda onda do feminismo no país teve início na década de 1970, marcada por características próprias e uma organização contrária ao autoritarismo vigente. Influenciada pelo pensamento marxista — à época perseguido e considerado ilegal —, essa nova fase do movimento feminista também se articulava com as lutas pela redemocratização do Brasil (Sarti, 2004, p. 46).

Em 1975, durante um evento promovido na Cidade do México, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o “Ano Internacional da Mulher” e declarou o período de 1975 a 1985 como a “Década da Mulher”. Nesse mesmo ano, ocorreu no Brasil um ciclo de debates intitulado “O papel e o comportamento da mulher na sociedade brasileira”, patrocinado pela ONU, que teve forte impacto na agenda e nas ações dos movimentos feministas no país (Pinto, 2010).

Vale mencionar que os anos 1970, tanto no Brasil quanto em diversas partes do mundo, foram marcados pelo surgimento de novos movimentos sociais, que trouxeram consigo novas forças políticas e propostas de ruptura com os modelos tradicionais de organização social. Esses movimentos buscavam construir novas formas de compreender e transformar o mundo, por meio da ação coletiva. Movimentos feministas, étnico-raciais, ecológicos e de direitos LGBTQIA+ passaram a atuar de maneira articulada, cada qual com suas pautas específicas, mas com o objetivo comum de romper com as múltiplas formas de desigualdade presentes na sociedade (Veleda da Silva; Lan, 2007).

Além disso, o termo *gênero* abarca o caráter essencialmente social e cultural das distinções baseadas no sexo e afasta a noção de naturalização. Ele traz clareza à ideia de assimetria e hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder. Nesse sentido, Rua e Abramovay (2000) asseguram que é por meio da análise de gênero que se torna possível compreender as relações que homens e mulheres estabelecem entre si, entre grupos, entre comunidade e a sociedade.

No contexto da luta pela terra e das disputas por território e poder no Brasil, as mulheres desempenham funções polivalentes e complexas, de maneira que, historicamente, aquelas que vivem em contextos rurais enfrentam um duplo desafio: não apenas lutam pela pertença da terra, mas também o combate às desigualdades de gênero que, muitas vezes, as excluem de processos decisórios e de oportunidades econômicas. No entanto, como veremos, em movimentos sociais como o MST, as mulheres não são meras coadjuvantes: elas se tornam líderes e agentes de mudanças.

Antes de avançarmos na seara da luta feminina pela terra, importa lembrar que as disputas por território e poder tem sido permanente no Brasil desde a colonização, processo ampliado ao longo de séculos, por meio de muita violência e desigualdades sociais (Jorge, 2019). Diante desses conflitos, surgem diversos

movimentos sociais que buscam seus direitos e um pedaço de terra para sobreviver, como exemplo o MST.

Apesar de ser um movimento de grande relevância para a sociedade e de organização e estrutura e de abrir espaço para que as mulheres conquistem nele o seu próprio “lugar”, o MST também enfrenta dificuldades para superar certos desafios. Entre eles, destacamos aqueles ligados às relações de gênero. Na verdade, as mulheres camponesas, embora sejam vitais para o funcionamento desse movimento social, enfrentam barreiras que podem limitar sua participação e autonomia. Nesta investigação, buscamos compreender como as relações de poder nos acampamentos e assentamentos moldam o perfil das mulheres, suas contribuições e a luta por seus direitos, além de identificar estratégias para a construção de relações mais equitativas nesses espaços.

Como aponta Veronezzi (2018), ao se debruçar sobre a realidade feminina nos territórios da Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (Omaquesp), as mulheres assentadas têm ocupado, ao longo do tempo, posições centrais na manutenção, dinamização e transformação dos territórios conquistados. Seus depoimentos, que serão destrinchados oportunamente, demonstram não apenas consciência das desigualdades de gênero, mas também desejo de elaborar e construir coletivamente novos horizontes para a vida no campo. Essas mulheres, mesmo que por vezes distantes dos referenciais teóricos do feminismo, compartilham com ele pautas e experiências concretas de resistência, que emergem do cotidiano da luta pela terra e pela dignidade.

Os territórios da Reforma Agrária, geralmente, consistem em áreas de terra desapropriadas pelo governo com o objetivo de redistribuí-las para famílias de trabalhadores rurais sem terra. Esses territórios podem variar em tamanho e localização, dependendo das políticas e demandas específicas de cada país. O movimento pela Reforma Agrária, portanto, não se restringe ao Brasil, tendo se disseminado por diversos países ao longo da história, com diferentes formas de implementação e resultados.

Veronezzi (2018) também observa que o fortalecimento dos territórios pela Reforma Agrária depende, diretamente, da atuação das mulheres, não apenas em aspectos produtivos, mas na articulação de redes de solidariedade, na educação política das comunidades e na proposição de práticas sustentáveis. Ao reconhecer esse protagonismo, o autor destaca que dar visibilidade a essas

mulheres é uma forma de legitimar suas denúncias, seus sonhos e suas estratégias de vida na luta pela posse da terra.

No Brasil, o movimento é amplamente representado pelo MST, que tem sido protagonista na luta pela terra e na promoção da justiça social no campo. De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reportados pelo MST (2019), a Reforma Agrária no país busca a redistribuição de terras visando à democratização do acesso à terra e ao reconhecimento do valor social da propriedade. Internacionalmente, podemos observar movimentos similares em outros países. Por exemplo, na Bolívia, o processo de Reforma Agrária tem sido uma prioridade desde a Revolução Nacional de 1952. O governo revolucionário criou o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) em 1958 para legalizar as terras ocupadas pelos camponeses indígenas, promovendo a redistribuição de terras e visando a corrigir desigualdades históricas, como assevera Kelleen (2024). Já em Cuba, a Reforma Agrária foi um pilar fundamental da Revolução Cubana, com a redistribuição de terras a trabalhadores agrícolas e a promoção da agricultura coletiva. A Lei de Reforma Agrária de 1959 limitou o tamanho das propriedades rurais e redistribuiu terras excedentes para camponeses, transformando a estrutura agrária do país (Brasil de Fato, 2020). Por sua vez, na África do Sul, a questão da redistribuição de terras para corrigir as desigualdades do regime do apartheid continua sendo um desafio central nas políticas de Reforma Agrária. Segundo o Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (2024), após o fim do *apartheid*, o governo implementou políticas buscando redistribuir terras para a população negra, mas o progresso tem sido lento, e a questão fundiária permanece um tema de debate e ação política no país. Esses exemplos mostram que, embora as formas de organização e os objetivos específicos possam variar, a Reforma Agrária continua sendo uma ferramenta importante de luta pela justiça social, acesso à terra e equidade nos países em desenvolvimento. A dinâmica desse movimento é, frequentemente, influenciada pelas condições políticas e econômicas locais, mas seu impacto na promoção de igualdade social e econômica é uma característica comum a muitas nações.

É, pois, nessa perspectiva da luta pela terra, no âmbito da Reforma Agrária, que nossa análise explora o cotidiano das mulheres, ou seja, suas vivências nos acampamentos, já que o desconhecimento da especificidade que marca a contribuição das mulheres favorece a subestimação das suas atividades

na família e no espaço produtivo, acentuando a ideia de invisibilidade (Abramovay; Rua, 2000).

Durante muito tempo, como lembra Veronezzi (2018), as Ciências Humanas desconsideraram as mulheres enquanto agentes de produção do espaço. O conhecimento geográfico, em particular, esteve tradicionalmente vinculado à leitura privatamente androcêntrica da realidade, priorizando a atuação masculina e relegando a vivência das mulheres a uma condição marginal ou até mesmo inexistente. Nessa conjuntura, a abordagem da mulher enquanto sujeito essencial de transformação e construção territorial foi, por décadas, vista como algo periférico ou irrelevante (Silva, 2003). Essa negligência obscureceu a diversidade das experiências femininas, comprometendo uma compreensão mais integral dos arranjos sociais e espaciais no campo e na cidade.

Segundo Veleda da Silva (2013), a falta de empenho para integrar as perspectivas dos feminismos e de gênero na Geografia pode estar associada à ausência de familiaridade com as múltiplas possibilidades interpretativas que essas abordagens oferecem. O que ainda se observa, muitas vezes, é a resistência a romper com paradigmas tradicionais, o que impede que a disciplina avance em direção a uma leitura mais plural e sensível à realidade das mulheres e de outros sujeitos historicamente marginalizados.

As mulheres do MST, na construção desses territórios, atuam em diversas frentes, como destacado por Butto e Dantas (2008), García (2004), Minozzo (2021) e Veronezzi (2018): desde a organização de acampamentos e assentamentos, passando pela produção agrícola — com a mão na enxada — e pela participação em espaços de formação e luta política, perpassando a promoção de práticas agroecológicas e a preservação da biodiversidade do território ocupado. Mais que isso: elas desafiam as estruturas patriarcais e tradicionais do campo, já que questionam e propõem, coletivamente com os homens, novas formas de organização familiar e comunitária. Veronezzi (2018) reitera que a participação ativa das mulheres no MST é uma demonstração clara de que a luta pela Reforma Agrária também é uma luta pela emancipação feminina e pela construção de um território onde as mulheres possam exercer plenamente seus direitos e potencialidades, “contribuindo para a conquista da cidadania e de relações baseadas na equidade” (Veronezzi, 2018, p. 76).

No contexto da construção do território — processo que envolve, simultaneamente, a edificação material e simbólica dos conceitos já detalhados —, as camponesas ligadas ao movimento social em questão desempenham um papel central na organização e manutenção da vida comunitária. Suas iniciativas abrangem desde a criação e preservação de hortas comunitárias e projetos coletivos de geração de renda[,] até a promoção de formações políticas e educativas nos espaços construídos pela militância. Compreender esse processo, a partir de perspectivas feministas e de gênero, como propõe Veronezzi (2018), exige uma análise meticulosa das dinâmicas sociais que envolvem grupos historicamente excluídos e explorados pelas estruturas de poder dominantes. Nesse sentido, o olhar sobre a produção do espaço geográfico passa a ser também uma ferramenta de empoderamento e emancipação das mulheres assentadas, como ocorre no caso específico das integrantes da Omapesp, cujas práticas reforçam sua permanência na terra e sua autonomia enquanto sujeitas políticas.

Nessa dinâmica emancipatória, esses espaços formativos abordam uma ampla gama de temas, que vão desde a conscientização sobre violência de gênero até a formulação de estratégias de inserção e visibilidade social, buscando desconstruir, no imaginário coletivo, o senso comum que, nos últimos anos, tem contribuído para o desprestígio do movimento e de seus integrantes. Ademais, as mulheres salvaguardam os saberes tradicionais e a valorização da cultura popular, consolidando-se como guardiãs do conhecimento ancestral e da identidade camponesa. Tal protagonismo, de um lado, fortalece a coesão social dentro dos territórios da Reforma Agrária, e, de outro, contribui para a construção de uma identidade coletiva que abarca as múltiplas dimensões da vida no campo, reafirmando a relevância da luta pela terra e pela justiça social.

Como frisa Minozzo (2021), as mulheres sem-terra têm uma influência determinante na criação de táticas em vista da própria permanência na terra ocupada pelo movimento, de maneira que não apenas lutam, ao lado dos homens, pela posse do território, como os ajudam na definição de planejamento estratégico para sua manutenção e sustentabilidade. Essa presença diversificada, segundo Minozzo (2021), demonstra que a luta das sem-terra é indispensável para a consolidação desse novo modelo de Reforma Agrária: visão corroborada por Veronezzi (2018), que acrescenta ser importante

considerar as especificidades e necessidades de todos os integrantes da comunidade rural.

É possível concluir que a função das mulheres nos movimentos sociais, como o MST, é tida como um facilitador para a construção — também simbólica, para usar uma terminologia cara a Weber (1974) — de territórios da Reforma Agrária. Como se vê, as sem-terra não se limitam à reivindicação do direito à terra. Na verdade, elas são coprotagonistas na construção de um projeto de sociedade no campo, pautado por princípios de igualdade, justiça social e sustentabilidade (MST, 2024). Ao participarem, de modo ativo, dos movimentos sociais, as mulheres contribuem para transformar esses territórios rurais, na medida em que promovem relações de gênero mais igualitárias, fortalecendo, a agroecologia como alternativa ao modelo tradicional do agronegócio.

2.3.1 A luta pela terra e a Reforma Agrária

O conceito de Reforma Agrária, conforme definição oficial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil, 2020), trata-se de um conjunto de medidas que visa à redistribuição de terras agrícolas para promover uma distribuição mais equitativa dos recursos fundiários e melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais, em atendimento aos princípios de justiça social e de aumento da produtividade, conforme disposto na Lei n. 4.504/64, conhecida como “Estatuto da Terra”. Tal política, ainda segundo o referido ministério em sua página oficial (Brasil, 2020), não somente promove a cidadania e a democratização do acesso à terra, como também instiga a geração de renda no campo, bem como a produção de alimentos básicos, na medida em que combate a fome e a pobreza, combatendo, de um lado, a desigualdade social e, de outro, facilitando o acesso dos cidadãos residentes em áreas rurais aos serviços públicos ofertados pelo Estado Brasileiro.

A política nacional de Reforma Agrária contribuiria para redução do êxodo do campo para as cidades, de sorte que diversificaria o comércio e os serviços no meio rural. O principal objetivo dessa política pública, portanto, é corrigir desigualdades históricas na posse da terra, aumentar a produção agrícola, reduzir a pobreza rural e promover a justiça social. Além disso, pode incluir apoio técnico e financeiro aos agricultores familiares para garantir que as terras redistribuídas sejam cultivadas de forma produtiva e sustentável.

É pertinente lembrar, a propósito, que o debate sobre a Reforma Agrária no Brasil não é recente: na verdade, ganhou força a partir do final da década de 1950, com o avanço da industrialização no país (Brasil, 2020). Nesse período, aliás, surgiram as Ligas Camponesas, inicialmente organizadas no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão (PE), em 1945, por trabalhadores rurais que buscavam melhores condições de vida e de trabalho. O movimento ganhou grande projeção a partir da década de 1950, especialmente, sob a liderança do advogado e ativista Francisco Julião, que articulou a expansão das ligas pelo Nordeste brasileiro e fortaleceu suas reivindicações por Reforma Agrária e justiça social no campo. Em 1962, o Governo Federal, liderado pelo Presidente João Goulart, criou a Superintendência de Reforma Agrária (Supra), o primeiro órgão público dedicado exclusivamente ao tema no âmbito da estrutura estatal brasileira. No entanto, com a promulgação do Estatuto da Terra, logo no primeiro ano da Ditadura Militar no Brasil, em 1964, pelo então Presidente Humberto Castelo Branco, foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), que substituíram a Supra. Apesar da crescente organização dos trabalhadores rurais, o golpe militar de 1964 representou um duro golpe para a luta camponesa: as Ligas Camponesas foram violentamente reprimidas, seus líderes perseguidos e suas atividades sistematicamente desarticuladas pelo regime. Ainda assim, a luta pela terra no Brasil persistiu, sendo retomada por novos movimentos sociais nas décadas seguintes, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se consolidou como um dos principais protagonistas da Reforma Agrária no país.

Aquela contextura, convém mencionarmos, parece contrariar o senso comum no que tange esse assunto. É que, embora a temática da Reforma Agrária seja, atualmente, apontada como uma das pautas progressistas dos partidos de esquerda, foi no regime militar (1964-1985) — ligado à direita, como evidencia Oliveira (2024) — que o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária foi implementado, sob o comando do General Castelo Branco, que publicou o Decreto nº 59.566, em 14 de novembro de 1966. Quatro anos depois, em 9 de julho de 1970, coube ao Presidente Médici assinar o Decreto-Lei nº 1.110, o qual unificou o Ibra e o Inda para formar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que, desde então, assume a responsabilidade pela implementação das políticas de Reforma Agrária no Brasil.

Apesar desse aparente incremento à questão fundiária no período do governo de exceção, Stropasolas (2024, s/p.) ressalva que, na verdade, a “luta dos trabalhadores rurais por terra e melhores condições de trabalho foi brutalmente interrompida pelo golpe militar de 1964”, ao lembrar que o avanço da Reforma Agrária no Brasil, que ganhara força, sobretudo, entre 1959 e 1964, com o apoio de sindicatos, movimentos populares e setores da Igreja Católica. O autor lembra que a repressão, balizada pelos militares com mão de ferro, levou à morte ou ao desaparecimento um total de 1.654 camponeses (Stropasolas, 2024) e que o Estatuto da Terra de 1964, em que pese tenha modernizado a legislação vigente, favoreceu os grandes proprietários, fortalecendo o latifúndio. Além disso, a ditadura ainda sufocou os movimentos sociais e sindicalistas, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), promovendo, concomitantemente, uma agenda ruralista que priorizou os interesses “oligarquias rurais em todo o país” (Stropasolas, 2024, s/p.), em detrimento da justiça social.

Aquela conjuntura de retrocesso apontado por Strapasolas (2024) nas conquistas sociais reforçou o protagonismo do Estado como protetor dos interesses oligárquicos, em desfavorecimento de uma reorganização fundiária que pudesse, de fato, promover a redistribuição de terras e a justiça social no campo. Todavia, com a redemocratização em 1985, abriu-se, novamente, um novo horizonte à luta pela terra, culminando na promulgação da Constituição de 1988, a qual estabeleceu fundamentos para a promoção da função social da propriedade, garantindo diretrizes para a Reforma Agrária. A nova Carta Magna passou a reconhecer efetivamente o direito dos trabalhadores rurais à terra e consolidou o Incra como órgão central na execução dessas políticas, efetivando uma ruptura significativa com o passado autoritário e renovando, para os trabalhadores rurais e suas famílias, a esperança de justiça fundiária no Brasil.

Seja como for, atualmente, com atuação nacional, por meio de uma rede de 29 superintendências regionais, o Incra desempenha primazia na promoção da Reforma Agrária, facilitando o acesso à terra e fomentando o desenvolvimento rural sustentável, em consonância com os princípios constitucionais elencados na Carta Magna de 1988, como destaca Fernandes (1996).

No contexto mundial, a implementação da Reforma Agrária pode variar bastante entre os países e depende de fatores políticos, econômicos e sociais.

Em muitos casos, é um processo complexo e controverso, envolvendo debates sobre direitos de propriedade, compensação para os proprietários de terra e a eficácia das medidas adotadas. Neste sentido, Barreto (2018) contextualiza historicamente a questão, ao mencionar que, de acordo com

[...] o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, (INCRA) são 4.800,000 sem-terra. A Reforma Agrária é garantida desde 1964, quando o governo militar criou o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) e a Constituição de 1988, manteve a garantia. Para o MST, o Brasil tem todas as condições de realização da Reforma Agrária, o fato de não fazer se deve as questões políticas, das forças políticas existentes, principalmente a bancada ruralista. (Barreto, 2018, p. 30).

Na verdade, desde os anos 1980 até os dias atuais, essa luta é liderada, no Brasil, principalmente, pelo MST, além de alguns sindicatos associados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e outros movimentos regionais secundários, dissidentes do MST. Embora não seja o único grupo envolvido na reivindicação pela terra e Reforma Agrária no Brasil, o MST é, sem dúvida, o movimento social mais importante e expressivo surgido no país (Barreto, 2018). No entanto, outros grupos também desempenham um papel fundamental nessa luta, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que atua na promoção da soberania alimentar e no fortalecimento da produção camponesa, e o Movimento Camponês Popular (MCP), que tem como eixo central a agroecologia e a organização dos assentados da Reforma Agrária. Além deles, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada pela Igreja Católica em 1975, tem historicamente apoiado trabalhadores rurais na luta por regularização fundiária e na denúncia da violência no campo. Outro movimento que se destaca é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), cuja atuação se dá principalmente na defesa dos direitos das comunidades que foram deslocadas por obras hidrelétricas, mas que também levanta a bandeira do acesso à terra como uma forma de reparação. No mesmo sentido, o Movimento de Trabalhadores Rurais Quilombolas (MTRQ) busca garantir a posse de terras às comunidades quilombolas, promovendo o reconhecimento e a regularização dos territórios tradicionais. Dessa forma, embora o MST tenha maior visibilidade, a luta pela Reforma Agrária no Brasil é ampla e composta por diferentes organizações que, de maneira articulada ou independente, reivindicam a

democratização do acesso à terra e a construção de um modelo de desenvolvimento rural que favoreça os trabalhadores do campo.

É oportuno lembrarmos que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu ao final do regime militar, em um contexto marcado por intensa desigualdade social e pela acentuada concentração fundiária, como destaca Martins (1990). No entanto, sua origem está profundamente enraizada nas mobilizações anteriores de trabalhadores rurais em diversas regiões do país. Em 1979, por exemplo, ocorreram ocupações de terra nas fazendas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul, e lutas significativas no Paraná contra os impactos da construção da usina de Itaipu. Já em 1980, ações semelhantes se espalharam por Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Em 1982, dois grandes encontros ampliaram a articulação nacional: um em Medianeira (PR), com lideranças do RS, SC, PR, SP e MS, e outro em Goiânia, reunindo representantes de 16 estados. Essas movimentações demonstram que a constituição do MST foi resultado de um processo histórico de organização coletiva frente ao fracasso das promessas de reforma agrária durante a ditadura e à modernização do campo, que aprofundou a exclusão dos pequenos agricultores e camponeses.

Nessa conjuntura, o MST foi oficialmente fundado em 1984, no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, realizado em Cascavel, Paraná. “Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela Reforma Agrária e lutar por mudanças sociais no país”, como destaca o site oficial do Movimento (MST, 2019, s/p.). Institucionalmente, o MST defende, como missão: “Queremos ser produtores de alimentos, de cultura e conhecimentos. E mais do que isso: queremos ser construtores de um país socialmente justo, democrático, com igualdade e com harmonia com a natureza” (MST, 2019, s/p.).

O movimento cresceu a partir das ocupações de terras improdutivas, como uma forma de pressionar o governo a acelerar a implementação de uma política de redistribuição de terras (Martins, 1990). Inspirado por ideais de justiça social, igualdade e acesso aos direitos básicos, o Movimento não apenas reivindica o acesso a terras, mas também visa a criar assentamentos sustentáveis e desenvolver neles a educação, a saúde e a cultura para as famílias assentadas (MST, 2019).

Ainda que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tenha sido, nos últimos anos, alvo de intensas críticas, sua relevância para a luta pela Reforma Agrária no Brasil permanece inegável. Parte dessas críticas pode ser compreendida à luz da abordagem adotada pela grande mídia nacional, que, conforme apontam Figueiredo e Calbido (2018), tende a construir uma imagem negativa dos sem-terra, à medida em que enfatiza conflitos e criminaliza suas ações, em detrimento de um debate aprofundado sobre a desigualdade fundiária no país. Além disso, a demonização do MST tem sido fomentada por setores da extrema-direita, quase sempre, em aliança com representantes do agronegócio, que veem no movimento uma ameaça aos seus interesses econômicos e políticos (Trindade, 2024). Esse processo de estigmatização culminou, em 2023, na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados, cujo objetivo era investigar as atividades do MST, o que reforça a narrativa de que o movimento agiria à margem da legalidade. No entanto, independentemente das tentativas de deslegitimação, a importância do MST na luta pela democratização do acesso à terra é inquestionável. O Brasil ainda apresenta uma das mais altas taxas de concentração fundiária do mundo, reflexo de um modelo histórico de ocupação do solo que privilegiou grandes latifúndios em detrimento da distribuição equitativa de terras (Martins, 1990). Nesse cenário, o movimento se consolidou como um dos principais protagonistas da Reforma Agrária, ao instalar acampamentos, organizar trabalhadores rurais e reivindicar políticas públicas que garantam o direito à terra, à produção agrícola sustentável e à dignidade das famílias camponesas.

Isso posto, Fernandes (1999, p. 7) argumenta que, “desde o fim dos governos militares, a Reforma Agrária foi recolocada na pauta política, na esperança de sua realização”. No entanto, segundo o autor, apesar dessa retomada do debate, os governos que se sucederam à redemocratização de 1985 não formularam um projeto efetivo e estruturado de Reforma Agrária. Em vez disso, limitaram-se a implementar políticas de assentamento como respostas pontuais às pressões exercidas por movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra. Além disso, Fernandes (1999, p. 7) destaca que “Reforma Agrária virou metáfora para justificar uma política de atrelamento do governo com os proprietários de terra”, ou seja, em muitos casos, as medidas adotadas não representam uma redistribuição efetiva da terra, mas sim estratégias paliativas que conciliam interesses do agronegócio e da classe latifundiária, em detrimento

dos trabalhadores rurais que continuam sem acesso à terra e sem usufruir plenamente dos benefícios de uma verdadeira reforma. Essa realidade encontra eco no clássico da literatura brasileira *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, especialmente no verso entoado por vozes femininas:

É de bom tamanho, nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe neste latifúndio.
Não é cova grande. É cova medida,
é a terra que querias ver dividida (Melo Neto, 2020, p. 13).

A metáfora presente no poema ilustra, de forma contundente, a perpetuação da desigualdade fundiária no Brasil, onde a promessa de uma distribuição justa da terra muitas vezes se reduz a concessões simbólicas que não alteram significativamente a estrutura agrária do país.

Tanto é assim que, como resultado, o número de acampamentos rurais continua a crescer, como evidenciado por Fernandes (2024), de modo que os conflitos pela posse da terra ocorrem em todas as regiões do Brasil, inclusive nos arredores de Campo Mourão, onde estão os acampamentos que elegemos para essa análise.

A propósito, segundo José de Souza Martins (1990), a Reforma Agrária é uma questão política que deve ser considerada em termos qualitativos, e não quantitativos. O perfil da Reforma Agrária brasileira não é determinado pelo número de desapropriações ou pela quantidade de terras desapropriadas ou compradas. O aspecto essencial é a existência de um setor significativo da sociedade que reivindique a ampliação da agricultura familiar no sistema econômico, com uma parte dessa agricultura familiar nas mãos de pessoas que se ressocializaram e se politizaram na luta pela Reforma Agrária.

2.3.2. Os territórios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST)

Os territórios no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra representam uma das expressões mais concretas e significativas da luta pela Reforma Agrária no Brasil. Tradicionalmente, eles são formados por assentamentos e acampamentos, que constituem espaços de resistência, organização e produção agrícola, sem prejuízo do enfrentamento rotineiro de desafios legais, sociais e econômicos, como caracterizado por Andrade (2020).

Esses territórios são, essencialmente, frutos de ocupações de terras consideradas improdutivas — ou seja, aquelas que não estão sendo utilizadas para a produção agrícola, pecuária, florestal ou qualquer outra atividade econômica que possa representar desenvolvimento e o cumprimento da função social da terra, nos termos da Constituição Federal (Brasil, 1988) —, e que, portanto, deveriam atender à finalidade primaz da terra: produzir. Isso posto, Andrade (2020) destaca que, nesses assentamentos, os camponeses têm a oportunidade de cultivar a terra coletiva ou individualmente, promovendo a assim chamada agricultura familiar e a produção sustentável. Na realidade, as práticas agroecológicas são amplamente incentivadas, como forma de romper com o modelo tradicional de agricultura que depende de grandes monoculturas e do uso intensivo de agrotóxicos (Zarref, 2018).

Sobre isso, Zarref pontua que o surgimento do MST dá um novo significado à Reforma Agrária, de modo a atualizá-la, além de reconhecer

[...] o campesinato como guardião das florestas, das sementes, das nascentes, dos rios e da fauna. Podemos, então, dizer que desde o início o MST entende que o território conquistado tem uma função com a sociedade e com o planeta de produzir alimento, mas também cuidar da natureza (Zarref, 2018).

Para Caldart (2001), essa característica desse movimento social não apenas contribui para a preservação do meio ambiente e para a construção de um modelo de desenvolvimento rural mais inclusivo e sustentável, como fortalece, no âmbito desses territórios, a segurança alimentar das famílias assentadas. Além disso, os territórios ligados ao MST são caracterizados, via de regra, por um forte sentido de solidariedade e de, como já aludimos, pertencimento à comunidade, na qual as decisões são tomadas em assembleia, coletivamente, de maneira que as responsabilidades são compartilhadas (Caldart, 2001).

Esse traço característico do movimento faz com que seus territórios se destaquem pela ênfase dada à educação e à formação política, com o objetivo, segundo Caldart (2001), de capacitar os acampados para a administração consciente dos territórios ocupados e em vista da continuidade da luta pela terra. Não por acaso, escolas e centros de formação são criados nos acampamentos, de modo a promover — senão a educação formal, visto que, no Paraná, a educação no campo tem se tornado um desafio dificultado pelas políticas

neoliberais do governo do Estado para o setor (Caldas, 2023) —, pelo menos, cursos técnicos e de formação política, onde o saber é nivelado de modo horizontal. A ênfase que se dá à educação reflete, de acordo com Caldart (2001), o compromisso do MST com a emancipação efetiva dos trabalhadores rurais, já que lhes fornece as ferramentas necessárias para compreender e transformar a realidade que os circunda.

Caldart (2001) ressalva que a construção e manutenção desses territórios não ficam isentas de dificuldades. De fato, o MST enfrenta resistência - concreta ou simbólica - de diversos setores da sociedade, incluindo latifundiários, políticos ultraconservadores, parte da imprensa comercial e, até mesmo setores do judiciário, que veem nessas ocupações de terra uma afronta à ordem estabelecida (Barreto, 2018). Além disso, os conflitos por terra, ou as desocupações violentas, ou ainda a insistente criminalização do movimento são barreiras consideráveis e constantes que os membros do MST enfrentam. Ainda assim, os sem-terra têm conseguido avançar, como destaca Minozzo (2021), seja por meio da conquista de terras para milhares de famílias de agricultores, seja ao mostrar que é possível construir um modelo alternativo de desenvolvimento rural.

Os territórios circunscritos à atuação do MST se configuram, como ressaltamos, como espaços de resistência e de construção de um novo projeto de sociedade, que se baseia, na leitura de Menegat e Tedeschi (2009), na justiça social, na solidariedade e na sustentabilidade. Tais territórios representam, segundo os autores, não apenas uma alternativa ao modelo agrário — concentrador e excludente — vigente no Brasil, como também uma maneira de (a)firmar o direito à terra como um direito fundamental do ser humano. A luta pela terra, no contexto dos acampamentos, se desdobra em diferentes frentes. No entanto, a primeira e mais intrínseca delas por parte das mulheres ocorre no espaço doméstico, no interior de suas próprias casas. Isso porque, historicamente, as mulheres têm sido associadas a funções secundárias nas questões de terra e poder, de modo que, muitas vezes, são vistas como coadjuvantes ou mero suporte dos homens nas demandas relacionadas ao território. Essa dinâmica reflete a estrutura patriarcal que ainda persiste em muitas comunidades rurais e que, no caso dos acampamentos, é um desafio adicional. De fato, o MST, desde sua formação, tem pautado a luta pela terra de maneira articulada com a luta contra as opressões estruturais, como o

patriarcado e o racismo. Segundo o Setor de Gênero do movimento, é necessário atrelar a questão de gênero com a luta de classes, buscando “esclarecer que construir novas relações de gênero é fundamental para que se possa avançar na revolução cultural e, conseqüentemente, na luta contra os pilares ideológicos do capitalismo” (MST, 2001, p. 153): uma luta que começa internamente.

(Considerando a citação, estes dois parágrafos poderiam sair da introdução e comporem o corpo da pesquisa, em local adequado à discussão)

Aliás, a luta interna, dentro de casa, está relacionada a questões de poder, de identidade e de espaço. É que, ao longo da história, a mulher tem sido confinada ao espaço doméstico, associada à reprodução da vida e à manutenção da ordem familiar. Ao desafiar essas imposições e ao se envolver diretamente na luta pela terra e pela organização dos acampamentos, a figura feminina rompe com uma estrutura histórica de subordinação. Este movimento é fundamental para a conquista do direito à terra e, especialmente, para a redefinição de sua atuação no espaço familiar e social. As mulheres, ao se organizarem politicamente, acabam ainda por reforçar sua luta pessoal por respeito e emancipação no núcleo familiar, o que gera repercussões diretas nas relações de gênero, na dinâmica da luta coletiva e na construção de uma nova visão de pertencimento e protagonismo.

A luta do MST e a organização de seus territórios são, logo, uma demonstração clara de que a Reforma Agrária não se limita a uma questão de mera distribuição de terras, mas, sobretudo, um importante recurso rumo à transformação social, política e econômica, com repercussões profundas na vida das pessoas e, de modo mais amplo, na estrutura agrária do país.

2.3.3 Origem, trajetória e importância do MST

Sem dúvida, o MST é um dos maiores e mais influentes movimentos sociais do Brasil, com uma trajetória marcante, como destaca Marschner (2009). Em atividade há mais de quatro décadas, o movimento tem sido responsável por transformar o cenário fundiário brasileiro, ao lutar pela redistribuição de terras e pela justiça social no campo. Com uma importância que transcende as fronteiras nacionais, o MST é reconhecido internacionalmente, sendo respeitado tanto pela sua organização estruturada quanto pela resistência contínua diante dos

desafios impostos, contribuindo significativamente para o debate sobre a Reforma Agrária no país. Apesar disso, desde sua fundação, tem aumentado a concentração de terras nas mãos dos latifundiários, o que gera injustiças acentuadas no acesso à terra, como tem denunciado a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2019): órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da Igreja Católica. A instituição corrobora as postulações de Caldart (2001), que dão conta de que os trabalhadores rurais, especialmente os sem-terra, enfrentam agudos problemas sociais e econômicos.

Foi para responder a tais injustiças, a propósito, que surgiu o movimento. Apesar dos avanços conquistados por esses trabalhadores rurais — como a criação de assentamentos e a ampliação dos direitos dos camponeses —, a luta pela Reforma Agrária representa um desafio permanente, marcado, de um lado, pela resistência de grandes proprietários de terra e, de outro, pela falta de políticas públicas efetivas voltadas à questão agrária por parte dos governos.

É conveniente lembrarmos que, ao longo da própria trajetória, o MST travou embates contra forças antagônicas, quais sejam, a busca pela democratização do acesso à terra — encarnada na pele dos camponeses ligados ao movimento — e a manutenção do *status quo* por parte do agronegócio e de setores políticos que, ao contrário dos sem-terra, veem na concentração de terras uma coluna de sustentação de seu poder econômico e social.

O MST amplia sua atuação para além da luta pela terra, de modo que se envolve, como demonstramos, em temas atinentes à educação, saúde, cultura e defesa dos direitos humanos, o que, segundo Caldart (2001), reforça sua relevância enquanto um movimento social de base que é, desde a origem, plurifacetado. O movimento criou escolas e centros de formação que ofertam instrução formal, desde a alfabetização até cursos: técnicos e, inclusive, de ensino superior, sempre com uma ênfase na educação popular e na formação de lideranças comunitárias. Esse aspecto educativo do MST demonstra seu compromisso com a emancipação dos trabalhadores rurais, não só no sentido econômico, mas igualmente na esfera do saber e da cidadania.

É relevante lembrar que a importância do MST, de acordo com a Contrab (2004), vai além do contexto brasileiro, servindo de inspiração para movimentos sociais de outros países que, como ele, lutam por justiça social e Reforma Agrária. Sua capacidade de organização, resiliência e inovação em métodos de

protesto e mobilização são reconhecidas internacionalmente, o que, na visão de Barreto (2018), consolida o MST como um exemplo de resistência e de luta por um mundo mais justo e igualitário a partir do acesso à terra. Dessa maneira, o MST representa uma resposta popular às injustiças históricas do campo, concomitantemente em que estimula a luta daqueles e daquelas que acreditam na possibilidade de um país onde a terra seja um direito de todos, e não privilégio de poucos.

2.3.4 Como o MST faz uso das relações entre território e poder para a realização da Reforma Agrária?

O MST utiliza as relações entre território e poder como uma estratégia fundamental para a promoção da Reforma Agrária no país, entendendo que o controle e a ocupação do território sejam elementos fundamentais na luta pelo direito à terra e, como resultado, na contestação das desigualdades fundiárias no cenário nacional. O sentido território, para o MST, extrapola a noção de espaço físico e se torna, como denotado, um campo de disputa política e simbólica, onde se manifestam as relações de dominação, resistência e transformação social (Serra, 2010).

Serra (1991) ainda enfatiza que uma das principais estratégias do movimento é a ocupação de terras improdutivas ou subutilizadas, de maneira que as ações desafiam, diretamente, o poder dos grandes proprietários, ao evidenciarem, pela própria luta, as contradições de um modelo agrário que, historicamente, privilegia o lucro de uns poucos afortunados, em prejuízo do bem-estar coletivo da maioria (Serra, 1991).

Por isso, Fernandes (2000) e Andrade (2013) parecem concordar que a ocupação de terras e a criação de assentamentos servem como modelos alternativos de uso da terra, baseados em princípios de autogestão, cooperação e sustentabilidade. Estes assentamentos, mais que espaços de produção agrícola, são, por excelência, centros de resistência cultural e política, no qual os trabalhadores dessas comunidades rurais experimentam novas formas de viver, produzir e se relacionar com a terra (Fernandes, 2000; Andrade, 2013).

A demora na desapropriação de terras para a Reforma Agrária — que costuma se estender ao longo de décadas — é um fenômeno que reflete a resistência política e econômica de diversos setores da sociedade, em especial,

os latifundiários e o agronegócio. A Reforma Agrária, que deveria ser um direito constitucional, como medida para promover a justiça social no campo, só avança de fato mediante forte pressão social. Os processos de desapropriação envolvem disputas judiciais, burocracias e, não raras vezes, a oposição daqueles que se beneficiam do latifúndio, que se organizam para garantir que a reforma não se concretize ou aconteça de forma lenta e parcial. Além disso, o cenário político e econômico do Brasil, a depender de quem sejam os mandatários, pode influenciar a rapidez com que essas ações ocorrem, ficando à mercê das alianças do governo e das prioridades de sua agenda. Tal lentidão acaba por ampliar as tensões entre o Estado e os movimentos sociais, que se veem instados a intensificar suas mobilizações para garantir o direito à terra.

Nesse contexto de espera e pressão social, a estratégia de luta das mulheres nesses acampamentos tem sido plural e basilar para a continuidade do movimento. As mulheres, muitas vezes à frente de iniciativas de organização local, se envolvem, ativamente, nas lutas pela Reforma Agrária, de forma que transcende as simples demandas por terras. Elas tomam a frente na mobilização de suas famílias e comunidades, utilizando tanto a pressão política quanto as manifestações públicas para chamar atenção para a causa. Além de participarem de protestos e ocupações, as mulheres se organizam em grupos de apoio, realizando ações como a educação política, a organização de mutirões, o trabalho comunitário e, mesmo, o auxílio psicológico e social às famílias que enfrentam os desafios da permanência no acampamento.

Do mesmo modo, esses territórios são compreendidos, no imaginário dos membros do movimento, como instrumentos de poder coletivo, nos quais as decisões são tomadas coletivamente, nas assembleias, e onde a formação política e a educação popular são enfatizadas (Caldart, 2001; Butto; Hora, 2008). O controle territorial do MST, vale o registro, também é uma forma de resistência às pressões externas e um meio de fortalecer a luta pela Reforma Agrária ao legitimar suas ações e ampliar a visibilidade da causa, fato para o qual Serra, (2010) chama a atenção.

Além disso, o MST engaja-se, colaborativamente, com outras organizações sociais brasileiros e movimentos internacionais, de modo a ampliar o apoio à sua causa, na medida em que desafia as abordagens tradicionais sobre propriedade privada e produtividade (Dallabrida *et al.*, 2021; Fernandes *et al.*, 2024) concentradas no agronegócio. Essa estratégia visa a contestar o poder

dos latifúndios, redefinindo o conceito de poder no espaço rural, promovendo a emancipação dos trabalhadores rurais e um modelo de desenvolvimento humanizado que valoriza as pessoas e o meio ambiente (Caldart, 2004).

Portanto, o MST lança mão de relações entre território e poder para reivindicar a Reforma Agrária, ao mesmo tempo em que constrói um modelo alternativo e próprio de desenvolvimento rural. Isso significa que a luta pela terra se entrelaça, invariavelmente, com a construção de uma nova forma de poder popular, na qual a democracia direta e a justiça social são, continuamente, experimentadas e promovidas (Fernandes, 1998; Barreto, 2018). É o que procuramos evidenciar no próximo capítulo que se dedicará à concretude dos territórios do MST na região de Campo Mourão.

3 OS TERRITÓRIOS DO MST NA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO

Nesta seção, além de explorarmos os territórios ocupados e cultivados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região de Campo Mourão, também examinamos, mais detidamente, a distinção entre território de ocupação e assentamento. Analisaremos as características de cada tipo de território, incluindo suas origens, processos de ocupação, estruturas de governança, formas de organização social e econômica, e relação com as políticas públicas de Reforma Agrária. Destacamos as principais diferenças entre esses dois tipos de território e como elas impactam a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais e a dinâmica das comunidades locais. O objetivo, portanto, está em fornecer e interpretar elementos das diversas modalidades de território do MST na região de Campo Mourão, facilitando, assim, a compreensão sobre as estratégias e desafios do movimento na busca pela transformação social e pela garantia dos direitos dos trabalhadores do campo.

3.1 Território de ocupação e de assentamento

É importante distinguir entre os territórios de ocupação e os de assentamento, as duas modalidades representam as formas distintas de intervenção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta pela Reforma Agrária e da busca por acesso à terra para trabalhadores rurais sem-terra.

Os acampamentos representam uma estratégia de ocupação temporária de terras por famílias de trabalhadores rurais sem-terra, especialmente em áreas rurais consideradas improdutivas ou de relevância social. Essa prática é um meio de manifestação e pressão sobre o governo, visando a efetivação da desapropriação de terras e a promoção da Reforma Agrária. Nestes locais, as famílias enfrentam condições precárias de moradia, habitando barracas ou alojamentos improvisados, enquanto aguardam a resolução de suas demandas por terra. Além disso, os acampamentos funcionam como espaços de mobilização política e organização social, onde são realizadas assembleias, atividades de formação e manifestações públicas, visando à sensibilização e

conscientização sobre a causa da Reforma Agrária (Serra, 2010; Fernandes, 1998).

Na realidade, os assentamentos são áreas de terra desapropriadas pelo governo e redistribuídas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para famílias de trabalhadores rurais sem terra. Nestes locais, as famílias recebem lotes de terra para uso produtivo, comumente destinados à agricultura familiar, pecuária ou outras atividades agroextrativistas. A estruturação dos assentamentos visa promover a organização coletiva e a autossuficiência das famílias, oferecendo infraestrutura básica como estradas, escolas, postos de saúde e sistemas de abastecimento de água. Além de servirem como espaços de moradia e produção, os assentamentos são também ambientes de construção de comunidades, onde são cultivadas práticas de gestão participativa e solidariedade entre os assentados (Fernandes, 2000).

Enquanto os acampamentos são áreas temporárias ocupadas como forma de pressão política para a obtenção de terras, os assentamentos são áreas permanentes onde as famílias sem-terra são reassentadas após a desapropriação, visando à sua reintegração social e econômica, mediante a agricultura familiar e da organização coletiva.

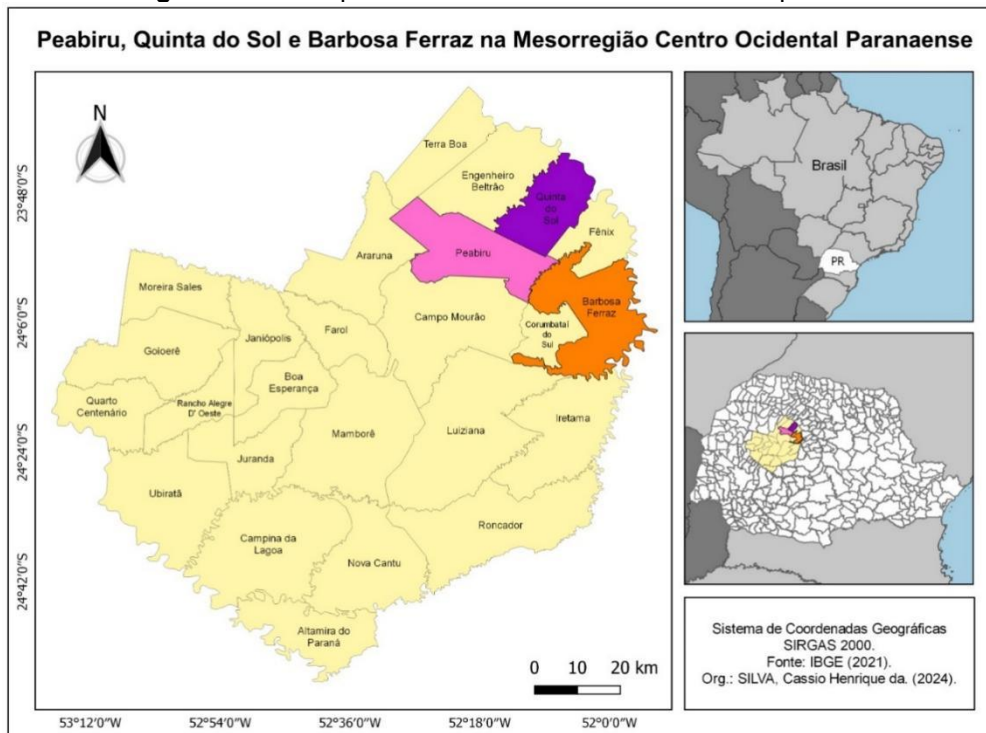
As quatro áreas em estudos são ainda acampamentos e, neste estudo, vêm geograficamente apresentadas pela Imagem 1. Cada uma delas recebe uma denominação específica dentro do município e da comunidade que estão inseridos, estando assim designados e chamados:

- **Acampamento Irmã Dorothy** (Barbosa Ferraz). Início em 22 de novembro de 2005;
- **Acampamento Nossa Senhora do Carmo** (Barbosa Ferraz). Início em 16 de julho de 2006;
- **Acampamento Valdair Roque** (Quinta do Sol). Início em 13 de novembro de 2014;
- **Acampamento Nova Canaã** (Peabiru). Início em 13 de setembro de 2014.

As quatro áreas em estudo são apresentadas, geograficamente, na Imagem 1, que ilustra os municípios onde estão localizados os acampamentos estudados. Essa representação visual marca as localizações dos acampamentos Irmã Dorothy, Nossa Senhora do Carmo, Valdair Roque e Nova

Canaã e busca contextualizar a relação desses territórios com o entorno geográfico, destacando a proximidade entre os municípios de Peabiru, Quinta do Sol e Barbosa Ferraz, que são limítrofes entre si.

Imagem 1 – Municípios onde estão localizados os Acampamentos



Fonte: IBGE, 2021 – Org. Silva, 2024.

Esse mapa complementa as informações detalhadas na Tabela 1, disposta a seguir, que apresenta o número de famílias residentes em cada um desses territórios. Juntas, a imagem e a tabela oferecem uma visão integrada e enriquecida das dinâmicas sociais, demográficas e territoriais que caracterizam essas áreas. A Imagem 1, ao mapear a localização dos acampamentos, facilita a compreensão das interações entre esses espaços e o contexto mais amplo, que pressupõe fatores como acessibilidade, infraestrutura e a organização da luta pela terra.

Tais elementos, combinados, são fundamentais para entender a realidade vivida pelas famílias nos acampamentos, iluminando as complexas relações que se formam dentro e fora desses territórios. Além disso, destacam a importância de cada acampamento na luta pela Reforma Agrária e na construção de uma nova forma de vida comunitária, marcada pela resistência, solidariedade e pela busca incessante por justiça social.

Tabela 1 – Número de famílias nos territórios ligados ao MST da Região de Campo Mourão

ACAMPAMENTOS	Nº de famílias	Nº de mulheres	Nº de homens	Nº de crianças	Nº de adolescentes
Irmã Dorothy	33	24	33	26	5
Nossa Senhora do Carmo	8	8	13	3	-
Valdair Roque	100	70	120	50	20
Nova Canaã	48	35	48	6	15

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise dos dados da Tabela 1, que descreve o número de famílias nos acampamentos ligados ao MST na região de Campo Mourão, revela aspectos significativos sobre a estrutura social e demográfica desses territórios. O Acampamento Valdair Roque se destaca como o mais populoso, com 100 famílias. A maior presença de homens (120) em relação às mulheres (70) sugere que, nesse território, pode haver dinâmicas específicas de trabalho e liderança, onde os homens assumem papéis mais visíveis nas atividades produtivas e na representação comunitária.

Por outro lado, o acampamento Irmã Dorothy apresenta uma composição mais equilibrada entre homens e mulheres, indicando um engajamento significativo das mulheres nas atividades do território. Essa participação é primordial para a organização e resistência social do movimento, reforçando a ideia de que o território é construído coletivamente.

No acampamento Nova Canaã, a presença de 15 adolescentes entre 48 famílias ressalta a importância da juventude no contexto do MST. Isso sugere uma continuidade dos ideais de luta pela terra e pela justiça social, fundamentais para a construção e revitalização do território. Em contraste, o acampamento Nossa Senhora do Carmo, com um número reduzido de famílias e falta de dados sobre adolescentes, pode enfrentar desafios específicos relacionados à manutenção e atração de novos membros, o que pode comprometer a vitalidade do território.

A presença de crianças e adolescentes em todos os acampamentos é um sinal positivo para o futuro do movimento, indicando que o território está sendo moldado também pelas novas gerações, essenciais para a continuidade da luta do MST. Em suma, a análise dos dados destaca as dinâmicas sociais nos diferentes territórios, evidenciando a complexidade das relações familiares e a importância de políticas que atendam às necessidades específicas de cada

comunidade, garantindo a inclusão de todos os grupos, especialmente mulheres e jovens. Nos próximos itens, cada acampamento será explorado em detalhe, permitindo uma compreensão mais aprofundada das realidades e desafios enfrentados por cada um deles.

3.2 Acampamentos Irmã Dorothy e Nossa Senhora do Carmo, no Município de Barbosa Ferraz

O Acampamento Irmã Dorothy está localizado no Município de Barbosa Ferraz, na área da Fazenda São Paulo, sendo chamado de Pré-Assentamento devido ao tempo de ocupação e aos avanços e melhorias já conquistados, onde as famílias já estão estabelecidas em seus lotes. Ocupado em 2006 por 55 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, o acampamento tem se consolidado como um espaço de resistência e organização. Segundo Jorge (2019), a comunidade recebeu esse nome, numa

[...] homenagem à religiosa norte-americana, naturalizada brasileira, Dorothy Stang, conhecida pela atuação em defesa dos camponeses e assassinada em fevereiro 2005, meses antes de os trabalhadores iniciarem a ocupação e a construção de uma territorialidade de luta pela terra em Barbosa Ferraz (JORGE, 2019, p. 50).

Recentemente, o Acampamento Irmã Dorothy está em processo de transformação em assentamento, após o anúncio, em 7 de março de 2025, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que decretou novas desapropriações de terras para a Reforma Agrária em todo o Brasil, abrangendo também a área do acampamento (Alcântara, 2025). Cabe abrir um parêntese para sublinhar que os governos progressistas, segundo Veronezzi (2018), são os que mais atuam em vista da superação das desigualdades de gênero vividas pelas mulheres no meio rural. Para o autor,

Durante os mandatos dos presidentes Lula e Dilma, o reconhecimento das desigualdades de gênero, vivenciadas no meio rural, foi fator importante para a criação de Programas que favorecessem ações de cunho afirmativo e 122 assim, foram produzidas uma série de iniciativas que entendiam as mulheres como protagonistas no meio rural (Veronezzi, 2018, p. 121-122).

Seja como for, a medida implementada pelo mandatário petista representa um avanço significativo para a oficialização do direito à terra para as famílias que ali vivem, ao consolidar a luta pela Reforma Agrária e a territorialidade dessas comunidades. No entanto, trata-se de um sonho ainda distante para os demais acampamentos, que, embora compartilhem das mesmas aspirações, ainda enfrentam desafios para alcançar a plena posse da terra e a oficialização do assentamento.

Segundo Andrade (2013) e Jorge (2019), o território, com área de aproximadamente de 315 alqueires, apresentava problemas ambientais e, além disso, alegadamente, não cumpria com a função social da terra. Alguns hectares da fazenda eram cultivados por arrendatários que não respeitavam às áreas de mananciais e matas ciliares da propriedade, ocupada com algumas cabeças de gado que não eram cuidadas e nem vacinadas, sendo alvo de denúncias junto às autoridades sanitárias, visto que a situação poderia provocar febre aftosa. Andrade (2013, p. 221-222) lembra que:

Apesar das irregularidades da área ocupada, em junho de 2008, o Poder Judiciário determinou a reintegração de posse para o proprietário da fazenda [que] instituiu ordem de despejo para as famílias de trabalhadores sem-terra. Nesse período, as famílias foram colocadas, temporariamente, na área em que estava depositado o lixo do município de Barbosa Ferraz, até que se resolvesse a situação. Porém, tal medida se tornou insustentável e as famílias reocuparam a área, onde vivem até hoje, ameaçadas constantemente por um novo despejo.

Em entrevista concedida a Andrade (2013), o senhor Dioleto, coordenador do Acampamento Irmã Dorothy, disse que, após a ocupação, as áreas de mananciais e as matas passaram a ser cuidadas, de modo que as terras começaram a produzir uma grande diversidade de alimentos, reduzindo, sobremaneira, o uso de agrotóxicos, o que redundou na diminuição dos danos ambientais, além de voltar a cumprir a função social da terra com a produção de alimentos.

Em sua investigação, Andrade (2013) detalha que a produção de alimentos passou a suprir as necessidades das famílias, e o excedente começou a ser comercializado na área urbana do município de Barbosa Ferraz, o que gerou trabalho e renda. Entre os produtos oriundos desse território, destacam-

se os alimentícios como feijão, milho, arroz, mandioca, entre outros. A autora assevera que:

A população, os comerciantes, as lideranças religiosas e poder público local e organizações de outros municípios, especialmente de Campo Mourão, por meio de entidades, organizações sindicais e universitárias passaram a apoiar as famílias, para pressionar o Estado para regularização das terras, para que se implante a Reforma Agrária por meio do assentamento (Andrade, 2013, p. 223).

Diferentemente do que ocorre em outras realidades, no território do Acampamento Irmã Dorothy, observamos um contexto de apoio e solidariedade entre os munícipes e as autoridades locais. Essa relação foi construída ao longo dos anos, de modo a refletir a possibilidade de coexistência pacífica entre diferentes realidades sociais. Por meio do diálogo, foi possível superar os conflitos históricos em torno da questão agrária, o que resultou na promoção de um desenvolvimento local sustentável e, verdadeiramente, inclusivo. Como exemplo dessa relação harmoniosa e da mobilização em torno da defesa dos direitos das famílias, ocorreram diversas reuniões no Poder Legislativo do município de Barbosa Ferraz, com a participação ativa de várias entidades comprometidas com a luta pela terra. Essas reuniões foram momentos fundamentais para fortalecer as alianças e debater estratégias que garantissem a continuidade do apoio às famílias acampadas.

Além disso, foram realizadas inúmeras visitas à Superintendência Regional do INCRA do Paraná, um espaço essencial para a discussão das demandas das famílias e a mediação das questões legais e administrativas relacionadas ao acesso à terra. Durante essas visitas, representantes do acampamento Irmã Dorothy — ilustrado na Imagem 2 —, juntamente com lideranças de várias entidades sociais e políticos locais, se reuniram para tratar de questões cruciais para o desenvolvimento dos acampamentos, como o reconhecimento da posse da terra e a implementação de políticas públicas voltadas para a Reforma Agrária. Essas reuniões e visitas demonstraram o esforço conjunto de diferentes esferas da sociedade, destacando a importância do apoio institucional e político na viabilização das demandas do MST. Um exemplo significativo dessa atuação foi uma conversa informal, registrada por Andrade (2013), que ocorreu em 2010 com o então governador em exercício, Orlando Pessuti.

Durante sua visita ao Hospital Santa Casa de Campo Mourão, as lideranças do MST aproveitaram a oportunidade para entregar um documento oficial ao governador, no qual solicitavam agilidade no processo de reconhecimento do acesso à terra. Esse gesto simbolizou a pressão política e a busca por soluções mais rápidas e efetivas para o reconhecimento e a regularização da posse das terras, um processo que frequentemente se arrasta por anos e envolve complexas questões burocráticas e jurídicas.

As ações descritas não só refletem a busca pela concretização do direito à terra, mas também ilustram a articulação entre movimentos sociais, poder público e entidades civis, compondo uma rede de apoio que fortalece a luta por justiça social e Reforma Agrária. Essas iniciativas ressaltam a importância de um diálogo contínuo e produtivo entre as partes envolvidas, a fim de garantir os direitos das famílias e promover um processo de mudança social efetiva.

Imagem 2 – Visão aérea do Acampamento Irmã Dorothy



Fonte: Silva, 2023.

Jorge (2019) enfatiza que os primeiros anos nesse acampamento foram marcados por uma caminhada árdua de reconstrução, durante a qual as famílias, fragilizadas por anos de luta pela posse da terra e despejos, necessitavam superar desafios imensos. A falta de recursos básicos, como alimentos, ferramentas e materiais de construção, exigiu um esforço sobre-humano de toda comunidade. As lembranças dos camponeses entrevistados evocam imagens de um início marcado pela precariedade, com famílias chegando ao lugar com

pouquíssimos pertences, dependendo da solidariedade dos companheiros e do auxílio dos familiares para iniciar a produção agrícola.

No mesmo município de Barbosa Ferraz, encontra-se o Acampamento — denominado pelo MST de pré-assentamento — Nossa Senhora do Carmo, igualmente vinculado ao Movimento. A ocupação da fazenda anteriormente batizada de “Os Oitenta”, iniciada em 16 de julho de 2006, desencadeou um processo de territorialização marcado por intensas lutas e resistências. Apesar de ter iniciado com 15 famílias, atualmente, somente seis delas permanecem no local, aguardando, há sete anos, o processo de assentamento pelo INCRA. Andrade (2013) destaca que essa trajetória evidencia as dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais na luta pela terra na região do Paraná, apontando a lentidão dos processos institucionais, tanto legislativos quanto, sobretudo, judiciários.

Andrade relata uma situação comum nos processos de Reforma Agrária: a existência de áreas dentro de propriedades destinadas à reforma que, por alguma razão — falta de documentação, disputas judiciais, etc.—, não são incluídas nos projetos de assentamento de forma imediata. Nesse sentido, a pesquisadora reporta que:

[...] o local ocupado faz parte da área de uma fazenda que foi cedida a fins de Reforma Agrária para a formação do assentamento Muquidão, no município de Iretama. Essa área não possui escritura por isso ficou fora do projeto do assentamento Muquidão que está localizada na outra margem do Rio Formoso. (Andrade, 2013, p. 226).

As famílias acampadas no Acampamento Irmã Dorothy produzem uma variedade de alimentos para consumo próprio, e o excedente é comercializado nos municípios de Barbosa Ferraz e Iretama. Além disso, elas criam caprinos, suínos, bovinos e equinos em pastagens de uso coletivo.

Até 2013, as casas eram feitas de galhos de árvores e cobertas por lona, uma situação que começou a mudar com a contribuição dos professores e estudantes universitários. Esses grupos implementaram um projeto de incentivo à fruticultura nos assentamentos da Microrregião, o que ajudou na melhoria das condições de vida das famílias. Além disso, foi realizado um mapeamento para a divisão dos lotes, considerando áreas de mananciais, reserva legal e espaços

coletivos. A área foi então dividida em seis lotes, variando de 6 a 8 alqueires por família (Andrade, 2013).

Apesar das melhorias nas estruturas dos barracos, as famílias do acampamento Nossa Senhora do Carmo continuam a enfrentar grandes dificuldades. Mesmo após sete anos de ocupação, ainda não há acesso a serviços essenciais, como saneamento básico, luz elétrica, água tratada e encanada. A falta de qualquer tipo de infraestrutura no local reflete a realidade precária em que essas famílias se encontram, o que agrava as condições de vida e torna a luta por direitos básicos uma constante. Andrade (2013), a esse respeito, destaca que, apesar dos esforços das famílias e das entidades envolvidas, a ausência de serviços básicos continua sendo um dos maiores obstáculos à melhoria da qualidade de vida no acampamento.

Em 2024, o Acampamento Nossa Senhora do Carmo, representado nas imagens de satélite da Imagem 3, conta com oito famílias, um número reduzido em comparação aos períodos anteriores, mas que, ainda assim, mantém a luta pela terra e melhores condições de vida. Ao longo da última década, as condições de vida e produção no acampamento sofreram algumas alterações, mas, no geral, as melhorias têm sido lentas e insuficientes para garantir a autonomia e dignidade das famílias. A escassez de recursos e o processo de regularização fundiária, que ainda está longe de ser concluído, continuam a dificultar a permanência das famílias no local de forma definitiva e segura.

A luta contínua dessas famílias por melhores condições de vida e por acesso à terra reflete a persistência e a resistência dos trabalhadores rurais em face de adversidades. A falta de infraestrutura básica, somada à demora no processo de regularização fundiária, são desafios que ainda precisam ser superados para que as famílias possam, finalmente, ter a garantia oficial da posse da terra e uma vida com dignidade.

A superação desses obstáculos é fundamental para garantir a permanência das famílias no território, assim como para fortalecer a luta pela Reforma Agrária, que continua sendo uma bandeira fundamental na busca por justiça social, igualdade e acesso aos direitos básicos. A regularização fundiária e a implementação de infraestrutura básica são passos cruciais para proporcionar às famílias a segurança e as condições necessárias para desenvolver uma vida digna e sustentável.

Imagem 3 – Divisão dos lotes no Acampamento Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Silva; Colavite (2010) *apud* Andrade (2013)

3.20 Acampamento Valdair Roque do município de Quinta do Sol

O Acampamento Valdair Roque, também conhecido como Comunidade Valdair Roque, está localizado no município de Quinta do Sol, na região de Campo Mourão. Sua história teve início no dia 13 de novembro de 2014, quando um grupo de famílias de trabalhadores rurais sem-terra iniciou a ocupação da área, com o escopo de garantir o direito à terra e promover a Reforma Agrária na região.

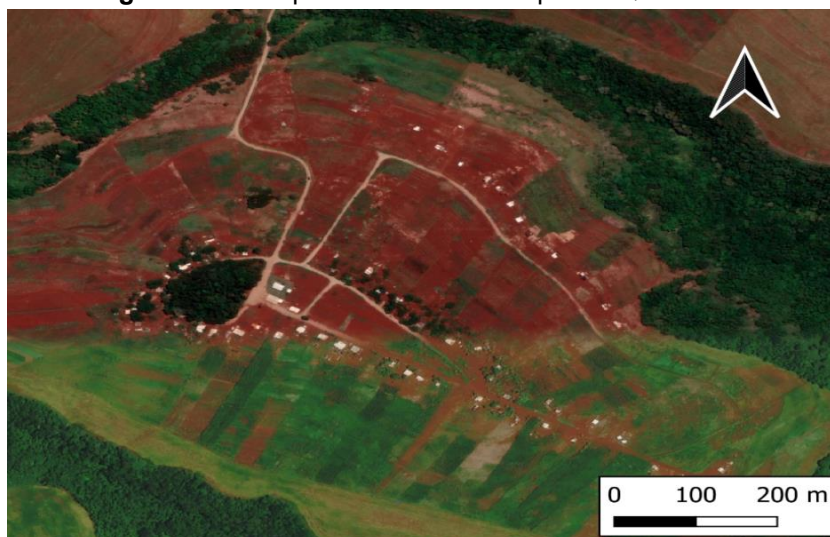
Os membros do MST daquela ocupação relataram o histórico do respectivo território, num documento batizado por eles de “Dossiê Catarina”, de autoria coletiva. Nele, os camponeses contam que,

No dia treze de novembro de 2014 inicia-se a ocupação do latifúndio, fazenda Sta. Catarina, do complexo Sabaraalcool. Uma área com muitas dívidas com os trabalhadores, e com a União. Diante de um acordo feito entre o MST, INCRA, MINISTÉRIO PÚBLICO E A EMPRESA SABARAALCOOL, as famílias ficaram sem acesso a terra para plantio, as margens de um córrego

existente na área, sem poder produzir, mas com esperança que o INCRA cumpriria sua parte no acordo e que, se não houvesse uma desapropriação da área em um período de dois anos, seria apontado outra área para fazer o assentamento para as famílias (Dossiê Catarina, 2023).

Como podemos observar, no entanto, que, apesar das expectativas e das promessas estabelecidas no acordo, o processo de desapropriação não avançou conforme o esperado, gerando grande frustração entre as famílias acampadas no Acampamento Valdair Roque. Essa situação é ilustrada pela imagem de satélite apresentada na Imagem 4, que demonstra a atual condição da área e a continuidade da luta das famílias pelo direito à terra.

Imagem 4 – Acampamento Valdair Roque de Quinta do Sol



Fonte: Silva (2023).

Conforme o aludido documento interno, o acordo foi quebrado em 2017, de modo que as famílias foram surpreendidas por um grande contingente militar que fez o despejo forçado das famílias. Então as famílias descontentes com a ação decidiram que tinham de retornar à área, e cinco dias após o despejo, fez-se a reocupação, começando uma (re)construção de uma comunidade.

Atualmente, o Acampamento Valdair Roque abriga 100 famílias, incluindo cerca de 50 crianças com idades entre 0 e 13 anos. Todas as moradias no acampamento possuem acesso aos serviços de energia elétrica e de água encanada, o que garante um nível básico de infraestrutura. Além disso, o acampamento conta com hortas comunitárias e criações de animais, como caprinos, suínos e aves, o que contribui para a autossuficiência alimentar e a

qualidade de vida dos moradores. Esses avanços refletem a capacidade de organização e a luta contínua das famílias pelo direito à terra e à dignidade no campo.

As famílias da comunidade estão inseridas em diversos programas sociais ofertados pelo município, participando, de modo ativo, de atividades de saúde, agricultura e assistência social. Todas as crianças frequentam a escola e participam de projetos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), como oficinas e grupos de convivência, enquanto os adultos estão cadastrados no CAD-Produtor, o que lhes garante acesso a programas de apoio à produção rural, bem como no CAD Único, que facilita o acesso a benefícios sociais.

Na safra 2020/2021, o acampamento Valdair Roque alcançou uma produção expressiva, com cerca de 1.050 toneladas de milho, 400 toneladas de mandioca, 19 toneladas de feijão e 20 toneladas de pepino. Além disso, a produção de outras culturas diversificadas, como arroz, amendoim, abóbora, frutas, verduras e legumes, totalizou cerca de 50 toneladas. No setor de criação de aves, que inclui galinhas, patos e angolas, o acampamento manteve aproximadamente 2.000 cabeças. Em relação aos suínos, bovinos, equinos e caprinos, o número foi de cerca de 550 cabeças. Tais números evidenciam o potencial produtivo e a diversidade agropecuária da comunidade, favorecendo, significativamente, a segurança alimentar e o desenvolvimento social dos acampados.

Desde a reocupação, vale ressaltar, algumas ações importantes realizadas pelas famílias desta comunidade, tal como a manutenção de uma horta, com a finalidade de doar alimentos as pessoas em situação de extrema pobreza, vítimas do coronavírus, e outras situações emergenciais.

Nestas ações de solidariedade, já foram distribuídos por esta comunidade cerca de 10 toneladas de alimentos, destinados aos municípios de Campo Mourão, Maringá, Quinta do Sol, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz e Peabiru.

Na safra 2022/2023, a estimativa de produção do acampamento era robusta e diversificada. A produção de grãos, entre os quais, feijão, milho e outros, alcançou cerca de 900 toneladas. A mandioca, tanto para consumo *in natura* quanto para a produção de polvilho, totalizou 800 toneladas, aproximadamente. A produção de leite de vaca foi de cerca de 20 toneladas. Outras culturas, como arroz, amendoim, abóbora, além de diversas frutas, verduras e legumes, somaram cerca de 100 toneladas. Já no setor de criação

de aves — galinhas, patos e angolas —, o número de animais girou em torno de 5.000. Quanto à criação de suínos, bovinos, equinos e caprinos, foram contabilizadas cerca de 1.100 cabeças, o que sinaliza a crescente capacidade produtiva da comunidade, bem como sua inegável proeminência na produção agropecuária do município.

Para o plantio e manutenção da terra produtiva, os assentados estimam um orçamento anual gasto pelas famílias no município de Quinta do Sol, de 1,5 milhões de reais. Ademais, a estimativa do orçamento anual das famílias, entre diversos gastos, tais como: supermercados, combustíveis, farmácias e etc., é de 3 milhões de reais: o que movimenta a economia local, favorecendo o comércio e os serviços da cidade. Falta, porém, uma maior visibilidade e valorização da contribuição concreta dessas famílias para o desenvolvimento do município, o que evidencia a importância de um diálogo mais amplo e informado entre os diversos setores da sociedade local.

Fica evidente que o Acampamento Valdair Roque, desde seu início em 2014 até os dias atuais, tem promovido uma transformação positiva não apenas na vida dos próprios membros, mas também, de maneira indireta, na vida dos moradores da cidade de Quinta do Sol e nas comunidades vizinhas. A presença dos acampados tem gerado benefícios ao município, como a movimentação econômica local, por meio da comercialização de produtos agrícolas e o fortalecimento de laços comunitários. Além disso, a integração do acampamento com a cidade tem contribuído para o desenvolvimento de uma consciência coletiva sobre a importância da Reforma Agrária e da luta pela justiça social, o que amplia o diálogo entre o campo e a cidade.

Ao longo desses anos de funcionamento, diversas ações foram desenvolvidas, com destaque para o plantio de 3 mil mudas de árvores, com foco no reflorestamento e na proteção de nascentes. Além disso, os acampados organizam mutirões para plantar mudas de diversas espécies, como monjoleiro, aroeira, ipê, gabioba, canela, entre outras. Esse trabalho tem sido concentrado ao redor de nascentes da comunidade, com o intuito de garantir sua proteção a longo prazo por meio da cobertura arbórea, para favorecer a recuperação ambiental e a preservação de recursos hídricos. A Imagem 5 ilustra essa iniciativa, que reforça a vocação do MST para a sustentabilidade, ao integrar a produção agrícola às práticas de preservação ambiental e fortalecer a relação entre o campo e o meio ambiente.

Imagem 5 – Mutirão de reflorestamento para proteção de nascentes



Fonte: Acervo do Acampamento Valdair Roque (2024).

Os acampados realizaram, como esforço coletivo, a construção da Capela Santa Catarina, por meio de um mutirão de trabalho para sua edificação. A Imagem 6 (6A e 6B) registra o processo de construção da capela, que se configura não apenas como um marco de fé, mas também como uma estratégia de permanência no território.

A cerimônia inaugural da Capela Santa Catarina ocorreu no dia 22 de outubro de 2021, e foi marcada por uma missa especial celebrada por Dom Bruno, bispo de Campo Mourão à época. A capela se tornou um símbolo de resistência e união para os moradores, ao representar a força comunitária e a solidariedade que caracterizam o movimento, além de consolidar a identidade e a espiritualidade dos acampados na luta pela terra.

Imagem 6 – Edificação da Capeta Santa Catarina do Valdair Roque

Imagem 6 A – Edificação Capela

Imagem 6 B – Edificação Capela



Fonte: Acervo Valdair Roque (2024).

O acampamento ainda conta com uma infraestrutura dedicada ao atendimento médico, representada pela Unidade Básica de Saúde, conforme ilustrado na Imagem 7 (7A e 7B). Essa unidade foi criada pelos próprios moradores com o objetivo de oferecer cuidados de saúde mais próximos e acessíveis à comunidade. O espaço proporciona um ambiente adequado para consultas, atendimentos de emergência e outras demandas médicas, garantindo que as necessidades de saúde dos moradores sejam atendidas de forma eficaz e oportuna. A criação dessa unidade reflete o esforço coletivo em melhorar as condições de vida no acampamento, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida da população local.

Imagem 7 – Unidade Básica de Saúde

Imagem 7 A – Posto de Saúde

Imagem 7 B – Posto de Saúde



Fonte: Acervo Valdair Roque (2024).

No dia 1º de abril de 2022, as famílias sem-terra do Acampamento Valdair Roque receberam a visita técnica do desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, Fernando Prazeres, que na época exercia a presidência do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC). A visita teve como principal objetivo buscar soluções para os conflitos enfrentados pelas famílias nas ocupações. Há anos, essas famílias vivem nessas terras, dedicando-se à produção de seus alimentos e à construção de uma vida digna no local. A situação, marcada pela insegurança fundiária e pela falta de regularização, tem gerado uma série de desafios, tanto para as famílias quanto para as autoridades envolvidas no processo. A presença do magistrado ganha destaque nesse contexto por ser considerada, pelos membros da comunidade, um marco simbólico de reconhecimento institucional e de abertura ao diálogo: um momento em que suas vozes e reivindicações foram, ainda que parcialmente, ouvidas por instâncias do poder judiciário.

O desembargador, acompanhado de sua equipe e de autoridades locais, visitou o acampamento com a intenção de ouvir as demandas das famílias pessoalmente, estabelecendo um canal de comunicação direto e promovendo a mediação entre as partes. O intuito alegado era colaborar para a resolução das questões jurídicas relacionadas à regularização fundiária e à posse da terra, que há anos têm sido uma fonte de tensão e incertezas para os trabalhadores rurais. A visita também visava, portanto, a promover um diálogo construtivo entre o poder judiciário, as lideranças do movimento social e as autoridades locais, a fim de encontrar caminhos para resolver a disputa fundiária e permitir a permanência das famílias de forma legalizada e definitiva.

Essa visita representou uma ação concreta de intervenção do poder judiciário no processo de reforma agrária, demonstrando a importância de um sistema judiciário comprometido com a mediação de conflitos e com a promoção

de direitos sociais, como o acesso à terra. Além disso, reforçou a relevância de espaços de diálogo como o CEJUSC, que buscam resolver disputas de maneira mais pacífica e eficiente, evitando que questões tão delicadas se arrastem por anos sem uma solução definitiva.

Essa ação do desembargador e sua equipe foi um importante passo na luta pela regularização das famílias do Acampamento Valdair Roque, e contribuiu para fortalecer a mobilização e as esperanças dos trabalhadores rurais em busca de uma vida mais justa e com a segurança de poderem viver e trabalhar na terra que há tanto tempo ocupam.

O que eu vi nessa comunidade é que são extremamente organizadas, produzem alimentos e fazendo o que cabe ao agricultor uma função social, produzindo alimentos e explorando a terra como deve ser explorada', afirma o desembargador Dr. Fernando Prazeres (Dossiê Catarina, 2023).

A visita do desembargador Fernando Prazeres ao Acampamento Valdair Roque, registrada na foto a seguir, representa um passo importante na busca por soluções para os conflitos enfrentados pelas famílias sem-terra. Sua observação sobre a organização e a função social dos camponeses destaca a relevância da agricultura familiar, não só como um pilar essencial para a segurança alimentar, mas também como uma forma sustentável de explorar o território.

Esse diálogo entre as instituições judiciais e a comunidade local valida o trabalho dos moradores e reforça a necessidade de se reconhecer o valor social e econômico que essas famílias representam para a região. A visita também promoveu a luta pela terra e o direito à uma vida digna, contribuindo para a conscientização sobre os desafios enfrentados por esses trabalhadores rurais

Em sequência, a Imagem 9 (9A e 9B) apresentam imagens aéreas do território, oferecendo uma visão abrangente do espaço onde essas famílias vivem e trabalham. Essas imagens complementam a visita, ilustrando a extensão e a organização do acampamento, além de destacar a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar e a construção de uma comunidade resiliente. Elas também evidenciam a dinâmica do uso da terra, com áreas de cultivo e espaços comunitários, e ressaltam os desafios logísticos e de infraestrutura enfrentados pelas famílias. Juntas, essas representações visuais ajudam a aprofundar a compreensão dos desafios e conquistas dos moradores

de Valdair Roque, proporcionando uma visão mais clara da luta cotidiana por melhores condições de vida e pelo direito à terra.

Imagem 9 – Valdair Roque: imagens aéreas

Imagem 9 A – Valdair Roque: imagens aéreas



Imagem 9 B – Valdair Roque: imagens aéreas



Fonte: Acervo Valdair Roque (2024).

As imagens do acampamento Valdair Roque, assim como a da visita de autoridades ao local, permitem uma análise mais concreta das condições em que vivem as famílias sem-terra. Esses registros evidenciam tanto os desafios enfrentados quanto as estratégias de organização adotadas pelos moradores, além de indicar a relevância do diálogo entre as instituições e a comunidade na busca por soluções para a regularização fundiária.

Com esse panorama em mente, a próxima seção se dedicará a explorar o Acampamento Nova Canaã, no município de Peabiru, que permitirá uma análise mais aprofundada das condições e desafios específicos enfrentados por esse território.

3.3 Acampamento Nova Canaã do município de Peabiru

No dia 13 de setembro de 2014, a Fazenda Rio da Várzea, uma grande propriedade rural distante 13 km do centro de Peabiru, foi ocupada por aproximadamente 500 trabalhadores rurais sem-terra (Forlin, 2014; Velozo, 2014), liderados por uma mulher: Maria Cristina da Silva, coordenadora estadual

do Movimento Luta pela Terra (MLT), assassinada quatro anos depois, em 2018, num assentamento em Querência do Norte (Portal Cidade, 2018).

Segundo a líder em depoimento ao site CRN (Forlin, 2014) replicado pelo Jornal Tribuna do Interior (Veloza, 2014), a área, que oficialmente pertencia a um morador de Londrina que nem “sabe quantas cabeças [de gado crioulo] tem na propriedade” (Veloza, 2014), estaria abandonada, a julgar pelas “carcaças de animais mortos e urubus por todo o lado” e pela presença do inseticida proibido BHC em “sacos já destruídos pelo tempo, que estaria em contato com o rio onde o gado bebe água” (Veloza, 2014).

A improdutividade, atestada pelas imagens que foram registradas em vídeo pela equipe do site que a entrevistou, redobrou nessa gente a vontade de fazer valer “o artigo 184 da Constituição” (Forlin, 2014), recitado de cor, que diz compete “à União desapropriar por interesse social, para fins de Reforma Agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social” (Brasil, 1988; Forlin, 2014). Vale lembrar que Reforma Agrária, conforme Jessé Souza, “é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade” (Martins, 2000, p. 107).

O anseio pela apropriação da terra por parte do grupo devia ser grande, especialmente, depois de ter tentado, dois meses antes, em julho de 2014, acampar em duas fazendas de Quinta do Sol. Essa tentativa foi frustrada pela intervenção da Polícia Militar do 11º Batalhão de Campo Mourão, que, de acordo com Gimenes (2014), ameaçou “retirar os invasores de forma ‘incisiva’”. A ação policial refletiu a resistência das autoridades em permitir a ocupação de terras, enquanto o grupo, em busca de um espaço para viver e trabalhar, continuava a lutar pelo direito à terra, uma questão histórica e central para as famílias sem-terra. A repressão enfrentada naquele momento aumentou ainda mais o desejo de conquista, intensificando o movimento em busca de alternativas para a regularização fundiária e a garantia de um futuro mais digno.

A nova ocupação iluminou de tal forma a esperança pela posse daquele chão que, a propósito, foi, inicialmente, batizado de Acampamento “Sol Nascente”. O nome parecia providencial. No entanto, se é verdadeira a máxima popular que “o sol nasce pra todos”, o mesmo, todavia, não pode ser dito em relação à terra que, sobretudo, no Estado do Paraná, tem se constituído num

elemento de conflito e exclusão, desde a ocupação do território pelos europeus (Fernandes, 2020; Martins, 1999).

Imagem 10 – Acampamento Nova Canaã de Peabiru



Fonte: Silva (2023).

Quando, a propósito, se verificam os dados oficiais do Estado, é possível concordar com Navarro (2014), quando sustenta que a Reforma Agrária no Brasil não alterou a estrutura fundiária nem tampouco os índices de concentração de terra.

Por causa disso, os movimentos sociais que pautam a Reforma Agrária encontram aqui, literalmente, um terreno fértil: além desse acampamento, há outros três assentamentos: Santa Rita, Marajó e Monte Alto, formados pelo MST.

Em decorrência disso e de modo muito mais intenso que nessas comunidades de assentados que as circundam, as terras da Fazenda Rio da Várzea tem sido palco de muita luta e embates. Em 30 de novembro de 2015, veio a ordem de despejo autorizado pelo então juiz da Comarca de Peabiru, em decisão confirmada pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), quando “equipes da Rotam do 11ºBPM, juntamente com a Patrulha Rural e apoio de outros destacamentos da região, fizeram [...] a reintegração de posse da Fazenda Vale do Sol”, acompanhamos, ainda que à distância, o desenrolar da reocupação pelo mesmo movimento, logo nos dias seguintes.

De fato, os embates para se legitimar a posse desse território pelos camponeses se multiplicaram ao longo desses quase 20 anos contra muitos oponentes, a começar pelo dono oficial, que, desde a ocupação, pede na Justiça

a reintegração de posse. Além dele, há outros antagonistas: a Justiça da Comarca de Peabiru que, prontamente, autorizou o cumprimento de medida liminar em desfavor das famílias que passaram a morar ali; a Polícia Militar, por meio da Coordenadoria Especial de Mediação dos Conflitos da Terra (Coorterra), que os despejou, mesmo sem ordem judicial, da cidade vizinha e, constantemente, cumpre mandados de busca e apreensão na propriedade com entusiasmo característico e os divulga; a imprensa regional, que fazia escolhas semânticas desfavoráveis aos acampados, falando, por exemplo, de “invasão” (Gimenes, 2014; Forlin, 2014) e sugerindo, pela cobertura inclusive de brigas de boteco, que fossem criminosos; e de, até mesmo, militantes sem-terra de movimentos sociais rurais concorrentes.

Diferentemente dos assentamentos existentes na cidade, fundados e assistidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Acampamento Sol Nascente foi formado pelo MLT, movimento social agrário dissidente daquele, criado em 1994 na Bahia (Gehlen; Mocelin, 2009), com uma dinâmica de organização diferente daquela do MST, com quem costuma rivalizar. Vale reiterar que o acampamento é circundado territorialmente pelos assentamentos do MST, de modo que os confrontos entre essas duas correntes, que já eram significativos, se intensificaram em Peabiru em junho de 2017, quando um confronto “deixou uma mulher ferida” (Pereira, 2017), em decorrência de um “desentendimento [que] ocorreu por uma disputa de espaço entre os dois grupos, na fazenda Sol Nascente” (Pereira, 2017).

De acordo com a liderança do acampamento, em nota oficial, em que pese o calor do evento, “com aplicação de técnicas de tortura e utilização de armas de fogo o MST invadiu e tomou para si o acampamento Sol Nascente coordenado pelo MLT” (Diário Liberdade, 2017). A nota alega, ainda, que a “coordenação do acampamento Sol Nascente, bem como um menor, tiveram suas casas invadidas, foram amarrados torturados, ofendidos moral e fisicamente, foram sequestrados, roubados e furtados em todos os seus pertences. Ficaram na rua desprovidos de qualquer dignidade da pessoa humana. Tudo registrado nos autos do inquérito policial n. 79357/2017 da 52ª Delegacia Regional de Polícia de Peabiru” (Diário Liberdade, 2017).

O MST, por sua vez, que tomou para si a ocupação do MLT, desde esse episódio, de modo que a coordenação local do acampamento acusava a antiga

liderança do MLT de exploração financeira dos camponeses, que afirmavam ser forçados a pagar

[...] mensalidades caras, sendo que não era revertido em benefícios dos moradores o dinheiro retirado do suor e sangue de cada um: ficava com duas pessoas. Sendo alvo de revolta, foram denunciados ao MST, que resolveu libertar aquele povo do cárcere privado (Silva, 2017).

Quem quer que tenha razão, o fato é que a disputa é tão complexa e *sui generis* que, apesar de informada pela parte derrotada, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica, que divulga todos os anos relatório de conflitos no campo do Brasil (Canuto *et al.*, 2018), preferiu não reportar o caso.

Vemos aí uma possível exemplificação dos conceitos de desterritorialização e reterritorialização postulados por Andrade e Serra (2020) e que pretendemos acionar durante a pesquisa.

Talvez para marcar uma virada de página, o acampamento perdeu o nome de Sol Nascente: a nova liderança recorreu à história do povo de Abraão — que conquistou “uma terra: terra onde corre leite e mel” (Deuteronômio 26,9) — para rebatizar os 400 alqueires reocupados: Nova Canaã. Denominação providencial, não apenas pelo fato de que, assim como a “Terra Prometida”, esta também é fecunda e irrigada, mas, sobretudo, porque não faltam conflitos para que o chão tão disputado deixe de ser promessa.

Em abril de 2021, por exemplo, novas disputas internas geraram “confusão generalizada no acampamento Canaã [...] que terminou com a prisão de seis homens pelos crimes de ameaça e porte ilegal de arma de fogo” (Tribuna do Interior, 2021). Em outra ocasião, dois meses depois, de acordo com a matéria do jornal Tá Sabendo (2021):

Um integrante do assentamento entrou em contato com a PM e informou que integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) estariam medindo lotes na fazenda Rio da Várzea, e que haviam invadido seu terreno para fazer novas demarcações. A situação teria gerado atrito entre as partes [...]. Ao chegar à fazenda, os policiais se depararam com cerca de 100 pessoas. Após os relatos das partes sobre o ocorrido, ficou decidido que o assunto seria tratado em uma assembleia a ser realizada entre os integrantes (Tasabendo, 2021; Rádio Cidade FM, 2021).

Aqui cabe destacar que a imprensa regional, a exemplo do que costuma ocorrer em âmbito nacional, tem se empenhado para reportar e replicar toda e qualquer notícia negativa que envolva as trabalhadoras e trabalhadores sem-terra, mesmo as mais banais que, em outro cenário e com outros atores, provavelmente, não seriam publicadas, porque irrelevantes. Curiosamente, nenhum veículo reportou, por exemplo, que, durante a pandemia de covid19, essa comunidade se mobilizou para doar a famílias carentes da cidade mais de 100 cestas básicas com produtos da Reforma Agrária em 2021 e outras 100 em 2022 (Mídia Sem Terra, 2021; 2022).

Ainda que esse tipo de conflagração pareça estar, atualmente, superado, o fato é que, para se legitimar a pertença da terra, importa que a luta se dê também do ponto de vista discursivo e ideológico, visto que a acampamento, reiteradamente, tem se empenhado em realizar cursos de formação, nos quais os objetivos do movimento sejam socializados e discutidos, para que todos falem a mesma língua.

Outra forma de se organizar em vista da territorialização e de seu reconhecimento, pela sociedade peabiruense, tem sido a abertura de espaços de convivência, como uma de pequena biblioteca, com o apoio da Academia Mourãoense de Letras, e, especialmente, de uma igreja: a Capela São Francisco de Assis, inaugurada em 2019 pelo bispo diocesano de Campo Mourão, Dom Bruno Elizeu Versari (Tasabendo, 2019), onde se celebra, mensalmente, uma missa presidida por padres da Paróquia São João Batista de Peabiru, em particular, o padre italiano Aurelio Fratus que, em 2022, a propósito, participou da inauguração da Horta Comunitária Antônio Tavares que, segundo ele, “é uma forma de criar unidade entre toda a comunidade [...], que não pode pensar em estar fechada: deve estar aberta a muitas outras pessoas, aos brasileiros que estão passando fome” (MST, 2022).

Se a luta pela terra, de fato, se robustece quando é reforçada e vocalizada pelo clero, que, no Brasil, conta com a aprovação social apesar do declínio do catolicismo (Godoy, 2023), muito mais pode ser dito em relação aos membros do Poder Judiciário, que têm poder decisório.

Por isso, em meados de 2022, após muita articulação, o acampamento Nova Canaã se organizou para acolher bem o magistrado Fernando Prazeres, desembargador do TJPR que, após visita ao acampamento, relatou:

São extremamente organizados, estão produzindo, fazendo o que cabe ao agricultor, fazendo uma função social e produzindo alimentos e explorando a terra como deve ser explorada. Essas ocupações são antigas e já consolidadas e isso deve ser levado em consideração no momento da decisão [...] O ideal seria encaminhar essas áreas para a Reforma Agrária, porque já existe um histórico de ocupação das famílias nas áreas e uma ligação dessas famílias com a terra. (MST, 2022).

Diante do exposto, é evidente que a trajetória do acampamento Nova Canaã exemplifica a luta por reconhecimento e justiça social, bem como a dinâmica entre os agentes sociais e políticos na Reforma Agrária. Enquanto a imprensa regional foca em narrativas negativas sobre os sem-terra, o Movimento busca contrabalançar o estigma com ações concretas e um discurso ideológico coeso. A abertura de espaços comunitários e o apoio de líderes religiosos e judiciais são estratégias para legitimar a ocupação da terra, com a visita do desembargador destacando a importância de uma abordagem justa e reconhecidora das contribuições das famílias.

A presença das mulheres nos territórios vinculados à Reforma Agrária na região de Campo Mourão revela uma trajetória marcada por luta, resistência e transformação. Nesta seção, discute-se a atuação feminina nesses espaços, evidenciando como elas têm afirmado suas identidades — de gênero e territoriais — por meio do engajamento político e da participação ativa no cotidiano dos acampamentos. Suas experiências mostram processos de empoderamento, protagonismo e assunção de funções estratégicas dentro do movimento, especialmente na luta pelo acesso à terra e por justiça social. É importante destacar os desafios enfrentados pelas mulheres acampadas, que, apesar das adversidades, persistem como figuras centrais na construção de alternativas sustentáveis e coletivas no campo.

O encontro de inúmeras histórias, trajetórias e saberes que permeiam os acampamentos do MST na região está enraizado em um sentimento de transgressão e resistência. Desde cedo, para muitos, o MST se apresenta como um espaço de subversão, onde, segundo Frota (2021), sujeitos e sujeitas questionam a estrutura do capitalismo e desafiam a ordem estabelecida. No entanto, à medida que a imersão nesse contexto se aprofunda, percebe-se que o Movimento é real, potente e contraditório, exigindo de seus integrantes uma postura constante de enfrentamento.

Nesse cenário de lutas e resistências, destacam-se mulheres que assumiram papéis de liderança dentro do MST, rompendo barreiras históricas de gênero e construindo novas possibilidades de atuação política e social. Histórias distintas que demonstram como essas mulheres foram forjadas dentro do Movimento para ocupar espaços, tradicionalmente, dominados por homens.

Os acampamentos do MST, como o próprio Movimento, não são espaços homogêneos. As contradições são inerentes ao seu funcionamento e à própria sociedade que o cerca, de modo que as ofensivas contra suas lideranças, muitas vezes violentas, evidenciam a necessidade de subversão como condição de existência. As mulheres que compõem essa luta demonstram que resistir não é apenas um ato político, mas uma exigência para sua própria sobrevivência e dignidade. Nesse sentido, Frota (2021), assevera que

O MST, longe de ser um espaço linear e igualitário, está permeado por contradições que se constroem no movimento real do Movimento e da sociedade da qual faz parte. Assim, estar nesse espaço de enfrentamento e ofensivas constantes – que, por vezes, atentam diretamente contra a vida de quem se dispõe a resistir – foi necessário, pois compreendi que ser subversivo é condição *sine qua non* para sobreviver, especialmente, na conjuntura atual. (Frota, 2021, p. 19)

O processo de aproximação com o MST é marcado por momentos de imersão e descobertas. Durante entrevistas realizadas com mulheres desses assentamentos, foi possível compreender as dinâmicas internas e as dificuldades enfrentadas. Segundo Oliveira (2006, p. 81), “[...] à medida que as mulheres passam a conquistar seus processos de empoderamento individuais e coletivos, passa a ocorrer uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem”. Essas transformações estruturais refletem avanços na batalha feminista no contexto do MST e apontam para um futuro de maior equidade e protagonismo feminino.

Além disso, como aponta Caldart (2012, p. 134), a luta das mulheres no MST está intrinsecamente atrelada à construção de novas subjetividades e formas de organização: “A educação no campo, enquanto processo coletivo, impulsiona a formação de sujeitos políticos, e as mulheres se destacam nesse movimento ao reivindicar espaços historicamente negados a elas”. Esse aspecto evidencia-nos como a luta pela terra e pela equidade de gênero se entrelaçam na construção da identidade dessas mulheres.

Outro ponto essencial reside na forma como a resistência feminina se articula com o enfrentamento ao patriarcado e às estruturas de poder. Conforme Stédile e Fernandes (1999, p. 215), “[...] a luta dos trabalhadores sem-terra não é apenas pelo acesso à terra, mas pela transformação estrutural da sociedade”. De fato, as mulheres dos acampamentos do MST protagonizam essa transformação ao desafiar o latifúndio e, de forma geral, as desigualdades de gênero dentro e fora desses territórios.

É pertinente registrarmos que o MST tem buscado avançar no debate sobre a diversidade de gênero e sexualidade dentro do movimento. O documento “Diversidade Sexual no MST” ressalta que

os passos rumo à sociedade igualitária só podem avançar se dados por sujeitos que se desafiem a quebrar modelos, padrões de comportamento, papéis sociais, tabus, preconceitos e classificações estabelecidas pela sociedade capitalista” (MST, 2018, p. 5).

Assim, inferimos ser essencial a criação de espaços seguros e livres de opressões, pois

a prática das organizações populares nos acampamentos e assentamentos não deve se restringir apenas em alterar o modo de produzir na terra, mas também na forma de viver em comunidade, buscando novas formas de relações sociais de respeito à vida, à diversidade humana (MST, 2018, p. 20).

Além disso, Oliveira (2006, p. 81) aponta que

à medida que as mulheres passam a conquistar seus processos de empoderamento individuais e coletivos, passa a ocorrer uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões, ou sua sexualidade e sua participação nas decisões vão ganhando fôlego.

Essa transformação é basilar para garantir a participação ativa das mulheres nos espaços de decisão dentro dos assentamentos.

O processo pedagógico do MST também desempenha um papel fundamental na formação política de seus integrantes. Conforme Gaião (2001, p. 57), “o processo pedagógico que ocorre no MST é declaradamente uma prática política dentro de um projeto transformador da sociedade”. No entanto,

esse mesmo processo pode reproduzir padrões tradicionais de gênero. Gaião (2001, p. 153) aponta que

inicialmente, o fato de o modelo de militante ser um modelo dentro dos padrões socialmente estabelecidos para o masculino viril, ele acaba estimulando a manutenção da hierarquia dos gêneros, onde o masculino é superior, através da força e da agressividade e o feminino é inferior por ter as características socialmente definidas de fragilidade e submissão.

Por isso, a superação dessas estruturas de opressão exige um trabalho contínuo de formação e sensibilização. O Caderno de Formação do Setor de Gênero do MST afirma que “gênero, sexualidade e classe envolvem relações de poder entre as pessoas e na sociedade por isso não podem ser vistas isoladamente” (MST, 2024, p. 52). Dessa forma, o fortalecimento do protagonismo feminino no MST não se dá apenas pelo acesso à terra, mas também pela construção de um ambiente que permita a emancipação das mulheres em todas as dimensões de suas vidas.

Por fim, Ferreira (2006, p. 90) reforça que

questionamos o lugar da mulher quanto a sua militância dentro do assentamento nas reuniões de assembleia, tanto as dos grupos quanto as gerais e constatamos uma expressiva quantidade de mulheres envolvidas diretamente: é uma mulher que preside o assentamento, os setores de educação e saúde são de responsabilidade de outras; enfim, as respostas de homens e mulheres, na maioria dos casos, foi de que a mulher pode e tem participado ativamente da militância do MST, algumas até mais do que os próprios homens.

Isso demonstra que, apesar das barreiras existentes, as mulheres têm conquistado espaço na luta pela terra e pela equidade de gênero dentro do movimento.

Dessa forma, ao longo das últimas décadas, as mulheres acampadas na região de Campo Mourão, como veremos, têm atuado com determinação na redefinição dos territórios da Reforma Agrária. Sua participação ativa demonstra que a luta pela terra não pode ser dissociada da luta por direitos e reconhecimento, de modo a consolidar um protagonismo que se fortalece a cada dia.

4 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS TERRITÓRIOS DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO – LUTA E RESISTÊNCIA

Este capítulo é dedicado à apresentação e análise dos resultados obtidos por meio dos questionários aplicados via *Google Meet*, bem como das entrevistas realizadas pelo *WhatsApp*. A partir desses instrumentos de coleta de dados, foi possível acessar depoimentos de mulheres que vivem e lutam nos acampamentos Nova Canaã, Irmã Dorothy, Nossa Senhora do Carmo e Valdair Roque, além de relatos de lideranças femininas que atuam nesses e em outros territórios do MST na referida região. A partir dos depoimentos colhidos, ficou evidente que a participação feminina na luta pela terra não se restringe apenas ao âmbito produtivo, mas também envolve disputas por reconhecimento e espaços de decisão. Conforme destaca García (2004, p. 76), “o cotidiano das relações no acampamento caracteriza-se pela precariedade no modo de vida e pela criação de identidades coletivas e laços de solidariedade horizontal”. Assim, a mulher enquanto “sujeito de resistência e ‘companheira de luta” (García, 2004, p. 76) é valorizada, sobretudo, pela sua capacidade laborativa.

Entretanto, o protagonismo feminino nos acampamentos ainda encontra barreiras, muitas vezes impostas por assimetrias de poder historicamente construídas. Conforme apontado por García (2004, p. 84), “outras assentadas colocam as assimetrias de poder entre homens e mulheres como o impedimento fundamental para a participação equitativa na vida do assentamento e na mobilização política”.

Os testemunhos dessas mulheres, como veremos, revelam suas experiências de resistência, suas caminhadas no movimento e os desafios enfrentados na luta pelo direito à terra e à dignidade. Mais do que simples relatos, as falas que colhemos são expressões de uma construção coletiva de saberes — e, quase sempre, de sabores, já que a relação com a produção de alimentos é uma das marcas da resistência feminina nos acampamentos —, enraizada na vivência concreta da peleia camponesa. A escuta atenta dessas histórias possibilitou a identificação de padrões, contradições e avanços no reconhecimento da participação feminina no MST, bem como a percepção de como essas mulheres, de idades e histórias diferentes, se apropriam do espaço político no contexto do movimento.

Os questionários trouxeram respostas sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano dos acampamentos, como a divisão do trabalho entre homens e mulheres, a relação com a militância e as formas de organização interna a fim de garantir maior equidade de gênero. Já as entrevistas aprofundaram aspectos subjetivos de tal vivência, porque permitiram que as entrevistadas compartilhassem percepções sobre a importância subjetiva do MST em suas vidas, as mudanças sociais promovidas pelo movimento e, de forma particular, os desafios de construir uma sociedade mais justa a partir da realidade da terra que pretendem possuir de direito.

Ao longo deste capítulo, essas narrativas serão analisadas à luz dos debates sobre território, poder e identidade de gênero, para destacar de que forma o protagonismo das mulheres tem sustentado a resistência e a permanência delas e de suas famílias nos acampamentos. Com isso, buscamos compreender a realidade feminina nesse espaço rural, mas também fortalecer a importância de suas vozes na construção da história da Reforma Agrária nesse pedaço do Paraná e da luta por justiça social no Brasil.

4.1 A Presença das Mulheres nos Territórios: Identidade de Gênero e Territorial (e Territorialidades)

Neste tópico, discutiremos como as mulheres constroem e reafirmam suas identidades de gênero e territorial dentro dos territórios da Reforma Agrária. Analisaremos as dinâmicas de poder e as relações sociais que moldam essas identidades, bem como as formas de resistência e adaptação que emergem nesse contexto. Neste item serão incluídos relatos e testemunhos das mulheres acampadas sobre suas vivências e como elas percebem e definem sua identidade de gênero e seu espaço de luta.

A identidade de gênero refere-se à percepção individual e social de uma pessoa sobre si mesma em relação aos papéis e características atribuídos aos gêneros masculino e feminino. É uma construção social que envolve aspectos psicológicos, culturais e biológicos, e pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento. A territorialidade, por sua vez, diz respeito à relação que indivíduos ou grupos estabelecem com um espaço específico, seja ele físico, social ou simbólico, e como essa relação influencia suas identidades e práticas sociais.

No contexto das mulheres acampadas na luta pela Reforma Agrária, esses conceitos se entrelaçam de maneira significativa. A identidade de gênero dessas mulheres é moldada não apenas pelas normas sociais e culturais, mas também pela experiência de viver e lutar em territórios específicos. A territorialidade aqui se manifesta na forma como essas mulheres se apropriam do espaço físico dos acampamentos, criando um senso de pertencimento e comunidade que reforça suas identidades de gênero.

A construção e a percepção do território impactam diretamente na identidade das mulheres acampadas. O território físico dos acampamentos é um espaço de resistência e luta, onde as mulheres desempenham papéis fundamentais na organização e manutenção das atividades diárias. Esse envolvimento fortalece sua identidade de gênero, pois elas se veem como agentes ativos na luta pela terra e pela justiça social.

Além do território físico, há também o território social e simbólico. O território social refere-se às redes de apoio e solidariedade que se formam entre as mulheres acampadas, criando um ambiente de empoderamento e resistência coletiva. O território simbólico, por sua vez, envolve a construção de narrativas e símbolos que representam a luta e a resistência das mulheres, reforçando sua identidade coletiva e individual.

Portanto, a identidade de gênero e a territorialidade são conceitos interligados que se manifestam de maneira única no contexto das mulheres acampadas. A luta pela Reforma Agrária não é apenas uma luta por terra, mas também uma luta pela afirmação de identidades e pela construção de novos territórios de resistência e empoderamento.

4.2 Empoderamento da Mulher no Movimento

A luta das mulheres pela Reforma Agrária no Brasil é um capítulo importante na história da resistência por direitos e igualdade social. Elas exercem um protagonismo que é essencial na construção de comunidades que sejam sustentáveis e que atuem na defesa de um modelo agrícola mais justo e inclusivo.

Essas mulheres enfrentam diversos desafios, como o preconceito, a violência e a falta de políticas públicas específicas. Apesar disso, sua força e organização têm sido preponderantes para a implementação de projetos de

produção agroecológica, educação no campo e garantia de acesso à terra. Muitos acampamentos — e mesmo, assentamentos — têm se tornado verdadeiros laboratórios de inovação social, em cujo âmbito as mulheres são artífices na criação de cooperativas e na transformação de suas realidades, de modo sustentável.

A esse respeito, Veronezzi (2018) afirma que as práticas agroecológicas e sustentáveis realizadas pelas mulheres sem-terra são marcadas por um cuidado minucioso com os processos produtivos. Segundo o autor, isso ocorre porque as mulheres tendem a atuar com mais atenção aos detalhes, demonstrando maior habilidade e zelo em suas tarefas, já que “geralmente, não desperdiçam espaço, priorizando-se a diversidade produtiva, enquanto que os homens possuem uma tendência mais voltada à utilização de máquinas e da força física, e na perda de espaço no processo de produção” (Veronezzi, 2018, p. 118).

Além do papel produtivo e sustentável, as mulheres também estão na linha de frente das lutas sociais. Movimentos sociais, como o MST, têm sido fundamentais para potencializar e reverberar as vozes dessas mulheres. Elas lideram marchas, ocupações e outras ações que pressionam por uma Reforma Agrária que promova inclusão e desenvolvimento.

Nesse sentido, a luta dessas mulheres transcende as fronteiras do campo e busca, do mesmo modo, mudar a percepção social sobre a imagem feminina no movimento, na agricultura e na sociedade como um todo. São símbolos de resistência e renovação, na medida em que buscam provar que a Reforma Agrária, para além de apenas uma questão de terras, mas também de justiça social e de valorização da mulher como agente de transformação.

Aqui, exploraremos o empoderamento das mulheres dentro do movimento de Reforma Agrária. Veremos como elas têm conquistado espaços de liderança e influência, desafiando estruturas patriarcais e promovendo mudanças significativas nas comunidades onde atuam. A esse propósito, Garcia (2004), acrescenta que:

Da mesma maneira que na sociedade ocidental como um todo, a ideologia hegemônica de gênero se faz presente nos acampamentos e assentamentos. Em ambos espaços se cobram papéis e valores sociais diferenciados segundo o gênero das companheiras e companheiros. A partir da análise da divisão sexual do trabalho, podemos constatar que não se trata apenas

de uma divisão fortuita e aleatória, senão que estabelece a hierarquização de funções entre homens e mulheres. Contudo, o gênero é também construído ideologicamente através de uma série de valores que se reproduzem no tempo e no espaço (Garcia, 2004, p. 93).

Garcia (2004) sublinha que o enfoque sobre o empoderamento feminino ressalta que as mulheres vivenciam diferentes formas de opressão, raça, classe, história, ocupação. Tal modelo de análise sugere uma atenção especial voltada às estruturas e às situações enfrentadas pelas mulheres trabalhadoras rurais no contexto de territorialização da Luta pela Terra. A desigualdade de acesso ao poder e à tomada de decisões nos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, quando comparada à dos trabalhadores, evidencia que o empoderamento feminino como uma necessidade irrenunciável para elas. Esse processo, que é complexo, pressupõe a criação de alternativas empreendidas por iniciativa delas próprias, seja por meio de organizações em grupos, seja, sobretudo, pela conscientização sobre sua própria realidade.

A partir da análise proposta por Garcia (2004), torna-se evidente que a territorialização da luta pela Reforma Agrária é também um espaço de disputas simbólicas e materiais no que se refere às relações de gênero. O Coletivo de Gênero do MST se insere nessa dinâmica ao propor uma ruptura com os padrões hegemônicos que historicamente relegaram as mulheres a papéis secundários na luta social e na vida comunitária. A organização desse coletivo transcende a reivindicação por terra e produção, buscando a construção de um novo sujeito político, no qual trabalhadoras e trabalhadores sem-terra compartilham igualmente o protagonismo na luta.

No entanto, conforme destacado por Garcia (2004, p. 98), essa participação das mulheres não ocorre de maneira linear ou homogênea. Há um processo de resistência constante à ideologia de gênero herdada da sociedade ocidental, que impõe barreiras à participação feminina, sobretudo no ambiente dos assentamentos. Se nos acampamentos a luta pela terra promove uma relativa equidade na participação entre homens e mulheres, essa paridade tende a se dissolver à medida que a territorialização se consolida e os assentamentos são formalizados. A divisão sexual do trabalho, que já permeia as relações nos acampamentos, se intensifica nos assentamentos, muitas vezes relegando as mulheres às atividades domésticas e de reprodução social, invisibilizando seu

trabalho na esfera produtiva e dificultando seu acesso à tomada de decisões comunitárias.

Diante desse contexto, o empoderamento feminino dentro da luta pela Reforma Agrária não pode ser entendido apenas como um processo individual, mas sim como uma construção coletiva e política. As mulheres, ao se organizarem em coletivos, cooperativas e espaços de formação, desafiam não apenas a estrutura patriarcal presente no campo, mas também as barreiras institucionais que dificultam sua emancipação. A resistência feminina nos assentamentos não se resume à produção agrícola ou ao trabalho comunitário; ela também se expressa na disputa por espaços políticos dentro do movimento, na reivindicação por políticas públicas voltadas para as mulheres do campo e na luta pelo reconhecimento do trabalho feminino como essencial para a construção de um modelo de desenvolvimento rural mais justo e igualitário.

Além disso, as marchas, as ocupações e as demais ações coprotagonizadas pelas mulheres no âmbito da luta do MST são exemplos concretos dessa busca pela equidade. Nessa perspectiva, ao reivindicarem políticas de crédito específicas para mulheres, acesso a assistência técnica e espaços de formação política, elas subvertem a lógica patriarcal que, tradicionalmente, as exclui da esfera pública e da decisão política. Desta maneira, o empoderamento feminino na conjuntura da Reforma Agrária não se limita à reivindicação por direitos: antes, se traduz em uma transformação mais profunda, estrutural, que redefine o próprio significado da luta maior que encampam pela posse do território.

Logo, ao analisar as falas das trabalhadoras rurais e sua participação nos diferentes acampamentos da Reforma Agrária na região de Campo Mourão, percebe-se que o enfrentamento às desigualdades de gênero persiste como um elemento central da luta por justiça social no campo. Diante disso, as mulheres sem-terra resistem e (re)inventam relações sociais e políticas nesses espaços de militância, demonstrando que a luta pela terra é, antes de tudo, uma luta por dignidade e reconhecimento. É que a Reforma Agrária, quando compreendida a partir de uma perspectiva de gênero, torna-se um instrumento poderoso para a construção de uma sociedade mais equitativa e democrática.

Corroborando essa visão, Garcia (2004, p. 98) diz que

A relativa eqüidade entre os companheiros e companheiras de luta, observada nos acampamentos, perde significado nos assentamentos, quando a participação feminina se torna surpreendentemente restrita. O fato da baixa participação das mulheres no ambiente dos assentamentos não representa um comportamento “naturalmente” feminino. Nada existe na natureza das mulheres que as torne menos participativas. Se isso ocorre deve-se às barreiras à participação erguidas a partir das relações sociais de gênero e do código de valores que as sustenta e as mantêm. A divisão sexual do trabalho alimenta a invisibilidade do trabalho da mulher e dificulta o acesso à tomada de decisões de ordem comunitária.

Vale ressaltar que, segundo a tipologia das lutas sociais proposta por Garcia (2004), observa-se uma evolução nos eixos de confrontação política. Tradicionalmente, os movimentos como o dos sem-terra concentravam suas bandeiras na luta contra as estruturas materiais de dominação e exploração econômica — dimensão fundamental da questão agrária. Contudo, conforme argumenta a autora, “crescem em importância as lutas forjadas contra as formas de sujeição, contra a submissão da subjetividade” (Garcia, 2004, p. 126), o que representa, decerto, uma ampliação do espectro dos conflitos sociais.

Nessa conjuntura, os Coletivos de Gênero emergem como atores fulcrais no contexto do movimento, promovendo o que Garcia (2004) denomina de “uma outra face da luta” (p. 126). Essa nova dimensão do confronto social não substitui, mas complementa e redimensiona as tradicionais reivindicações materiais, ao incorporar as pautas identitárias e de reconhecimento.

Aprofundando essa análise, Garcia (2004) examina as bases estruturais da exploração capitalista e destaca que “a exploração da classe trabalhadora é caracterizada pela apropriação contínua da mais-valia do trabalho pelo capital” (p. 146). Todavia, a autora vai além da crítica econômica tradicional, já que demonstra como essas injustiças “transcendem questões de distribuição de riqueza e afetam as estruturas sociais e relações de poder entre as classes” (Garcia, 2004, p. 146).

Nessa perspectiva crítica, a autora desvela como as “normas sociais que definem o que é trabalho, quem o realiza, para quem e como é recompensado” (Garcia, 2004, p. 146) estão profundamente marcadas por hierarquias de gênero. Não por acaso, a divisão do trabalho pautado em fatores de gênero é analisada em sua historicidade: “Enquanto as mulheres são frequentemente associadas a tarefas relacionadas à reprodução e ao cuidado de outras pessoas,

os homens são vinculados a atividades que demandam força física, destreza, habilidades analíticas ou posições de liderança” (Garcia, 2004, p. 146).

Com isso, a persistência dessas estruturas é destacada pela autora, que observa como “essas práticas de discriminação de gênero continuam sendo reproduzidas na sociedade ocidental” (Garcia, 2004, p. 146), ainda que com pormenores regionais. Tal análise, por assim dizer, permite compreender como as lutas contemporâneas articulam, também de forma dialética, as dimensões materiais e simbólicas da dominação, enquanto configuram um novo paradigma nos movimentos sociais.

4.3 As mulheres rurais acampadas na luta pela Reforma Agrária

Neste tópico, se focará a vida das mulheres rurais acampadas, com destaque às suas lutas diárias e à resiliência necessária para permanecerem na busca pela Reforma Agrária. Abordaremos as dificuldades enfrentadas, bem como as estratégias de resistência e de solidariedade que fortalecem tais mulheres na busca por seus direitos.

Discutir-se-ão as condições e da presença feminina nesses espaços rurais acompanhados pelo movimento de Reforma Agrária, a saber, os acampamentos Irmã Dorothy, Valdair Roque, Nossa Senhora do Carmo e Nova Canaã, considerando, também, aspectos como acesso à terra, recursos e serviços.

As discussões se apoiarão na pesquisa de Maria Franco Garcia, sob o título de *A luta pela terra sob enfoque de gênero*, por meio da qual relata suas impressões e seus apontamentos que convergem para a compreensão também da nossa realidade no contexto específico dos estudados.

É oportuno ponderar que a ocupação rural, enquanto instrumento de luta pela Reforma Agrária, não se resume a um ato de tomada de terra, mas constitui um processo socioespacial e político complexo, conforme destaca Garcia (2004). Trata-se, portanto, de uma ferramenta de resistência da classe trabalhadora, que, ao ocupar latifúndios e terras devolutas, reconfiguram, radicalmente, a estrutura do espaço rural. Nesse movimento, emergem novas formas de gestão do território — os acampamentos e assentamentos — que desafiam a ordem fundiária excludente e criam alternativas de organização coletiva. No entanto, como ressalta a Garcia (2004, p. 65), “a produção e

reprodução do espaço estruturam-se através de determinadas relações de poder decisivas, sendo o gênero uma delas”. Isso significa que, mesmo em contextos de luta coletiva, as dinâmicas de gênero continuam a moldar o cotidiano, influenciando desde a divisão do trabalho até a ocupação física dos lugares.

Nos acampamentos Irmã Dorothy, Valdair Roque, Nossa Senhora do Carmo e Nova Canaã — espaços assistidos pelo MST —, as mulheres enfrentam desafios específicos, marcados pela precariedade material e pela persistência de normas tradicionais de gênero. Ainda assim, elas desenvolvem estratégias de resistência e solidariedade que fortalecem sua permanência na luta. Como observa Garcia (2004), “o lugar acampamento concentra relações de gênero, relações de poder socialmente construídas, diferenciadas do lugar do assentamento” (p. 65). Essa diferenciação conta com uma dimensão espacial concreta: enquanto os homens, frequentemente, ocupam espaços de decisão política e trabalho externo, as mulheres são, majoritariamente, responsáveis pelo cuidado das crianças, preparo de alimentos e manutenção dos barracos: atividades que, embora essenciais, permanecem subvalorizadas.

Apesar disso, o acampamento também se configura como um espaço de formação política e ressignificação identitária. Nesse sentido, como observa Garcia (2004), “nos acampamentos tem lugar o processo de formação política que busca colocar homens e mulheres em movimento” (p. 69), de forma que a proximidade física entre as famílias, que residem em barracos lado a lado, facilita a constante interação e a criação de redes de apoio mútuo. Nessas condições de precariedade e soluções paliativas, “as atividades de socialização política realizam-se no acampamento sem diferenciação de gênero nem idade” (Garcia, 2004, p. 70), já que permitem que as mulheres — muitas das quais, anteriormente, confinadas ao espaço doméstico — participem, de modo ativo, de assembleias, mobilizações e ações formativas. Esses momentos de debate coletivo, que costumam culminar com confraternizações e partilha de alimentos produzidos pelos acampados, são fundamentais para a construção de uma identidade Sem-Terra, por meio da qual as experiências de expropriação e exploração são compartilhadas e (res)significadas como motivos de luta.

Com efeito, a pesquisa de Garcia (2004) revela, para além disso, uma contradição inerente aos acampamentos: se, por um lado, eles reproduzem certas hierarquias de gênero herdadas da sociedade mais ampla, por outro, abrem possibilidades para que as mulheres rompam com modelos tradicionais e

assumam novos lugares na esfera pública. Essa tensão é visível no cotidiano das mulheres rurais, que, mesmo sobrecarregadas com tarefas domésticas, organizam-se em coletivos, ocupam cargos de liderança e reivindicam maior participação nas decisões do movimento. Assim, a luta pela terra, nesse sentido, não se dissocia da luta por reconhecimento e igualdade de gênero: ambas, faces de um mesmo processo de transformação social.

No caso das mulheres acampadas em questão, apesar de assumirem múltiplas funções e desempenharem papéis fundamentais dentro das comunidades, observa-se que ainda não houve uma organização efetiva voltada para a eleição de representantes nas câmaras municipais ou em outros espaços públicos de poder. Essa ausência de representatividade política formal contrasta com a importância de sua atuação cotidiana e reforça a necessidade de avanços nesse campo. Aliás, Veronezzi (2018) afirma que quanto mais mulheres ocuparem cargos políticos, nos espaços de decisão e poder, maiores serão as possibilidades de mudanças no contexto social e econômico das comunidades onde estão inseridas. Para o autor, a presença feminina na política representa um avanço democrático, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às questões de gênero, como saúde, educação, trabalho e combate à violência.

Destarte, ao analisar a vida das mulheres nos acampamentos, Garcia pondera que é preciso considerar tanto as estruturas que as oprimem quanto as estratégias que constroem para resistir. Apesar das dificuldades — como a falta de acesso a serviços básicos, a insegurança fundiária e a dupla jornada de trabalho —, elas seguem reinventando o espaço do acampamento, transformando-o em um território de luta pela terra e, do mesmo modo, em um palco de disputa por relações de gênero mais justas. Como bem sintetiza Garcia (2004), o acampamento é, ao mesmo tempo, um reflexo das desigualdades sociais e um laboratório de novas possibilidades: um espaço onde, na resistência cotidiana, “se trabalha na conscientização da condição de expropriados e explorados” (p. 71), fortalecendo a luta coletiva por direitos e emancipação.

Para a autora,

O acampamento é esse lugar entre a ocupação o e a posse do lote. É também um território de barracos de lona e de despejos, de organização e gestão coletiva, de assembléias, de trabalho comunitário, de militância ativa e de resistência. A sua dinâmica

implica o desenvolvimento por parte de cada um dos seus membros de uma função. Isto faz com que as acampadas e acampados participem de diferentes atividades desenvolvidas no espaço do cotidiano, organizado em ocasiões para facilitar as atividades comunitárias. (Garcia, 2004, p. 71).

Conforme analisa Garcia (2004), o período de acampamento impõe às famílias condições extremamente precárias, nas quais a vida se desenrola em barracos de lona, sem infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da rotina doméstica. Essa realidade, marcada pela falta de privacidade e por dificuldades materiais, acaba por reforçar o convívio coletivo, fazendo com que as relações comunitárias se sobreponham, em muitos aspectos, aos laços familiares tradicionais. Nas palavras da autora, “essa precariedade contribui para a ampliação do convívio coletivo, fortalecendo as relações comunitárias em detrimento dos familiares” (Garcia, 2004, p. 72).

Essa dinâmica altera, significativamente, a divisão de papéis de gênero no espaço do acampamento. Enquanto, no assentamento, as atividades realizadas dentro do lote são, normalmente, naturalizadas como parte do “doméstico” — uma esfera ampliada no meio rural —, no acampamento, a linha entre o privado e o coletivo se torna mais fluida. Garcia (2004) destaca que “a associação entre mulher e esfera privada/doméstica/reprodutiva se manifesta de forma distinta em comparação à realidade das mulheres assentadas” (p. 73), já que a própria organização espacial do acampamento — com seus barracos aglomerados e áreas comuns de convivência — desafia a noção tradicional de domesticidade feminina.

Além disso, as duras condições de subsistência — como a falta de água, a insegurança alimentar e a constante ameaça de despejo — contribuem para a formação de uma identidade coletiva de resistência. Nas palavras da autora, “as severas condições de subsistência e a vulnerabilidade enfrentadas pelo grupo favorecem a construção de uma auto-percepção coletiva dos acampados e acampadas como agentes de resistência em pé de igualdade” (Garcia, 2004, p. 73). Essa percepção compartilhada reforça laços horizontais de solidariedade, nos quais as mulheres, embora ainda carreguem responsabilidades domésticas, passam a ser reconhecidas também como “companheiras de luta”: sujeitos políticos cujo trabalho e militância são fundamentais para a sobrevivência do grupo (Garcia, 2004, p. 76).

Nesse cenário, o cotidiano do acampamento é marcado por uma contradição: se, por um lado, a precariedade aprofunda vulnerabilidades, por outro, ela estimula a criação de novas dinâmicas de participação política. Como ressaltava Garcia (2004), “junto com as atividades requeridas pela militância na luta, realizam-se em um ambiente de continuidade que amplia o espaço de interlocução entre os gêneros” (p. 80). Essa abertura permite que as mulheres, mesmo sobrecarregadas com tarefas reprodutivas, assumam papéis ativos na organização coletiva, participando de assembleias, ocupando funções de coordenação e, em muitas ocasiões, influenciando diretamente as tomadas de decisão.

Assim, o acampamento se revela como um espaço de transformação das relações de gênero, ainda que permeado por contradições. Se a vida sob a lona é dura e extenuante, ela também oferece às mulheres rurais oportunidades inéditas de atuação política, distanciando-se do confinamento ao espaço doméstico que muitas vivenciavam antes de ingressar no movimento. Como sintetiza Garcia (2004), “o papel da mulher como sujeito de resistência e ‘companheira de luta’ é valorizado, especialmente, pela sua capacidade de trabalho” (p. 76): uma capacidade que, no contexto da luta pela terra, adquire novos significados, transcendendo a esfera privada e ganhando reconhecimento coletivo.

Dessa forma, a experiência do acampamento, ainda que marcada pela adversidade, torna-se um terreno fértil para a redefinição de identidades, onde as mulheres resistem às opressões de gênero e se reinventam como protagonistas de um projeto maior de transformação social.

Com o intuito de buscar amplificar as vozes das mulheres que, em meio a tal precariedade e resistência, constroem diariamente a luta pela Reforma Agrária nos acampamentos rurais, entre novembro de 2024 e março de 2025, foram realizadas entrevistas com mulheres dos acampamentos Irmã Dorothy, Valdair Roque e Nossa Senhora do Carmo, espaços ligados ao MST, nos quais a organização coletiva e a militância persistem mesmo diante das adversidades. Seus relatos, que serão apresentados nas subseções seguintes, revelam não as dificuldades enfrentadas, inicialmente, sob as lonas, bem como as estratégias de sobrevivência, os laços de solidariedade e a crescente participação política feminina nesses territórios de luta.

No entanto, o caminho para ouvir todas as mulheres acampadas encontrou obstáculos. O Acampamento Nova Canaã, *a priori*, incluído no escopo da pesquisa, tornou-se um caso singular de interdição narrativa. Durante o trabalho de campo em junho de 2024, a autora dessa pesquisa recebeu a notícia de que o MST havia retirado sua bandeira do local, e uma nova direção assumira o acampamento, marcado historicamente por conflitos internos, disputas de poder e até episódios de violência armada. O atual dirigente, embora muito acessível para informações gerais, deixou claro que a decisão sobre a participação na pesquisa caberia, exclusivamente, à liderança feminina do acampamento, que, após deliberação, recusou-se a colaborar.

A justificativa apresentada foi o receio de que suas falas fossem associadas ao MST, mesmo após repetidas explicações de que o estudo não estava vinculado a nenhuma organização específica, mas, sim, às trajetórias das mulheres acampadas, independentemente, de sua filiação política. Essa resistência, embora compreensível em um contexto de disputas internas, revela uma contradição: se, por um lado, a autonomia das mulheres em decidir sobre sua participação é um avanço, por outro, parece refletir uma fragmentação da luta mais ampla pela terra. Afinal, como destacam Garcia (2004) e outras pesquisas sobre gênero e Reforma Agrária, o desejo por terra digna e justiça social é um ponto comum que transcende bandeiras políticas. A recusa em compartilhar suas experiências, ainda que legítima, acaba por silenciar parte dessa história coletiva.

Essa ausência imposta não diminui a importância das narrativas colhidas nos demais acampamentos, mas serve como lembrete dos desafios enfrentados ao se pesquisar contextos de conflito fundiário e divisões organizacionais. O caso de Nova Canaã ilustra bem como as disputas internas podem obscurecer as vozes femininas, mesmo quando estas são as protagonistas da resistência cotidiana. Enquanto nos acampamentos Irmã Dorothy, Valdair Roque e Nossa Senhora do Carmo as mulheres tenham falado sobre duplas jornadas, participação política e sonhos de assentamento, em Nova Canaã, o medo de associações políticas falou mais alto — um silêncio que, em si, também conta uma história.

Assim, esta pesquisa avança com as vozes daquelas que puderam ser ouvidas, mas reconhecendo as lacunas deixadas por quem, por razões complexas, não pôde ou não quis falar. Seus relatos reforçam que, apesar das

diferenças organizacionais, a luta das mulheres acampadas é parte de um mesmo movimento histórico: a busca por terra, dignidade e um futuro livre da exploração. E é nessa perspectiva que seguimos, trazendo à luz as estratégias, dores e esperanças das que resistem sob a sobra de lonas e pés de mamona, construindo, dia após dia, a Reforma Agrária Popular.

4.3.1. *Mulheres do Acampamento Irmã Dorothy*

No coração do Paraná, o Acampamento Irmã Dorothy, em Barbosa Ferraz, se ergue como um símbolo de resistência e esperança. A escolha do nome Acampamento Irmã Dorothy carrega um profundo significado político e simbólico, homenageando uma mulher: *Dorothy Mae Stang*, uma missionária norte-americana e ativista pelos direitos dos trabalhadores rurais e pela preservação da Amazônia, assassinada em 2005 no Pará. A denominação reflete uma memória e um projeto de luta que une Reforma Agrária, justiça social e defesa do meio ambiente.

Sob suas lonas e barracos, histórias de luta e superação se entrelaçam, revelando o rosto feminino da Reforma Agrária. Por meio dos relatos da Acampada 1 e da Acampada 2: alcinha com que se busca preservar a identidade de duas mulheres que encontraram no MST não apenas um pedaço de chão, mas um projeto de vida, revelando como a terra muda os destinos e como essas mulheres transformam a terra.

A Acampada 1, mulher de 36 anos, chegou ao Acampamento Irmã Dorothy há pouco mais de um ano, trazendo na bagagem três anos de experiência no Acampamento Nova Canaã, que fica na cidade vizinha de Peabiru. Sua decisão de trocar a cidade pelo campo foi motivada pelo desejo de oferecer aos filhos uma vida diferente. “Quem mora na cidade, geralmente, tem tempo apenas para o trabalho”, reflete, destacando a busca por um cotidiano mais significativo. Com a recente assinatura do decreto, pelo Presidente Lula, de desapropriação da Fazenda São Paulo, em 7 de março de 2025, seu sonho de terra ganhou contornos definitivos. Seu lote, de quase cinco alqueires — parte mata, parte cultivo — já exhibe os frutos desse trabalho: mandioca, milho, quiabo, banana e abóbora crescem lado a lado com um pomar em formação e uma horta de 700 metros quadrados. Os animais — éguas, carneiros, porcos, galinhas e

codornas — completam o cenário de uma vida simples que se constrói com as próprias mãos.

Integrante da direção estadual do MST pela Brigada Santinho — nome que se dá ao conjunto de acampamentos e assentamentos do movimento nessa região —, a Acampada 1 achou no movimento muito mais que terra: encontrou voz. Apesar de admitir que “trava” ao falar em público, ela reconhece que o MST lhe deu estrutura para superar esse desafio. “Tenho muito orgulho da mulher que me tornei com a ajuda do MST”, afirma, emocionada. Sua trajetória no movimento começou por curiosidade — “sempre escutei muitas histórias do MST” —, mas se transformou em paixão. Hoje, além do trabalho na roça, complementa a renda familiar com artesanato (tapetes, panos de prato, fraldas bordadas) e participação na feira do produtor local, realizada na cidade. Para ela, o MST representa igualdade: “Nós, mulheres, temos o respeito e valor que merecemos. No movimento, aprendi que nós, mulheres, temos um espaço para sermos o que quiser no mundo”.

Já Acampada 2, de 45 anos, é uma veterana na luta. Há 20 anos no Irmã Dorothy e há 25 no MST, sua trajetória é marcada por passagens por sete acampamentos diferentes — desde àquele na “beira da BR em Luisiana” ao Acampamento Quilombo dos Palmares, em Londrina. No atual acampamento, cultiva milho, feijão e mandioca, além de ordenhar vacas todas as madrugadas, iniciando uma rotina que engloba capinar, tratar dos animais e cuidar da casa. Sua história no movimento inclui funções de coordenação e comunicação, evidenciando como as mulheres, nesse território, assumem papéis de liderança mesmo em um contexto historicamente marcado pelo machismo.

Ela vivenciou uma série de eventos significativos no contexto do Acampamento Irmã Dorothy, desde a primeira ocupação em 21 de novembro de 2005, até os desafios enfrentados com a tentativa de despejo e a posterior reocupação das terras. Passou por momentos “que não dá pra esquecer”, como o despejo das famílias em 25 de junho de 2008, a reocupação logo após, e a permanência na área até os dias atuais. Ao longo dos anos, acompanhou a evolução do acampamento, incluindo a inauguração da capela Nossa Senhora do Rocio em 13 de outubro de 2019, e o momento histórico em que o presidente Lula assinou o Decreto de criação do Assentamento Irmã Dorothy, em 7 de março de 2025, assim como outros eventos históricos demonstrados no Quadro 1.

Quadro 1 – Cronologia do Assentamento Irmã Dorothy

Data	Evento
21 de novembro de 2005	Primeira ocupação
10 de junho de 2008	Tentativa de despejo pela polícia militar. Negociação e permanência na área.
25 de junho de 2008	Despejo das famílias realizado pela polícia militar. Ficam acampados numa propriedade cedida no mesmo município.
10 de julho de 2008	Reocupação 15 dias após o despejo e permanência na área até o período atual.
13 de outubro de 2019	Inauguração da capela Nossa Senhora do Rocio na sede do acampamento Irmã Dorothy. Presença do bispo de Campo Mourão, Dom Bruno, e do arcebispo de Maringá, Dom Anuar.
07 de março de 2025	Presidente Lula assina o Decreto de criação do Assentamento Irmã Dorothy.

Fonte: Direção do Acampamento, organizado pela autora.

Muitos desses eventos, como se vê, aparecem nos relatos das Acampadas 1 e 2, que revelam as múltiplas dimensões da vida no acampamento. Se, por um lado, há conquistas — como a recente desapropriação celebrada na Imagem 11, que mostra autoridades como os deputados Zeca Dirceu, parlamentar federal, e Professor Lemos, estadual, em reunião com os acampados —, por outro, persistem desafios. A Acampada 2 ainda espera pela titulação definitiva. Já a Acampada 1 enfrenta o preconceito urbano, evidenciado na fala de que está “aos poucos, conquistamos as pessoas”: ambas carregam a dupla jornada das mulheres do campo.

Esse acúmulo de responsabilidades é retratado com força no depoimento de uma assentada, registrado por Veronezzi (2018):

Os homens querem que as mulheres vão com eles pra roça, mas eles não querem *faze* o serviço com a gente em casa. Quando o sol esquenta, eles *toma* banho e as mulheres se ferra esquentando a barriga no fogão e lavando roupa. A mulher rural é mãe, mulher casada, trabalhadora, a gente tem muita função. O homem tem menos função que nós, pra eles é tudo bem mais fácil. A gente tem reunião de escola, leva filho em médico, sai

pra *faze* compra e até a roupa deles às vezes a gente tem que *compra*, sem *contar* o que a gente faz na roça né, é tudo nas nossas costa, eles são muito acomodado. A mãe que sofre todas as coisas com os filhos e eles lava as mão. O trabalho que a gente faz na roça então, esse eles contam só como uma ajudinha (Assentada 11 *apud* Veronezzi, 2018)

Esse relato evidencia, de forma direta e sensível, o quanto o trabalho das mulheres é desvalorizado, tanto no espaço doméstico quanto no produtivo. Ainda que atuem lado a lado na roça, as tarefas femininas são frequentemente vistas como extensões naturais de seu papel de cuidadoras, e não como trabalho legítimo ou politicamente reconhecido. Assim, a *peleia* dessas mulheres ultrapassa o campo produtivo e se estende à busca por reconhecimento social e político.

Imagem 11 – Celebração da assinatura do Decreto de Desapropriação

Imagem 11A – Reunião com Deputados Zeca Dirceu e Professor Lemos Após

Imagem 11B – Reunião com as autoridades para assistir à cerimônia de assinatura



Fonte: Arquivo pessoal da Acampada 1 (2024).

As imagens que acompanham esses depoimentos não são meros registros, mas documentos de uma história em plena construção. Mostram que o Acampamento Irmã Dorothy é mais que um conjunto de barracos: é um projeto de sociedade. Nele, mulheres como a Acampada 1 e a Acampada 2 não apenas ocupam terra, mas reinventam seu lugar no mundo. Como a Acampada 1 resume: “No movimento, aprendi que nós, mulheres, temos um espaço para

sermos o que quiser”. E, nesse espaço, entre hortas, assembleias e sonhos, a Reforma Agrária mostra seu rosto mais humano e mais feminino.

Nesse território, a julgar pelos depoimentos, a terra não é apenas cultivada: é vivida. E, nessas vidas, como na mandioca que teima em brotar mesmo em solo difícil, a resistência floresce.

Nesse mesmo acampamento, também foi entrevistada a Acampada 3 que, aos 49 anos, carrega no olhar a determinação de quem transformou o medo em luta. Há duas décadas no Irmã Dorothy, em Barbosa Ferraz, ela hoje dirige o espaço que um dia a acolheu quando chegou do Acampamento Casa de Pedra, em Nova Tebas. Sua história é um testemunho vivo de como o MST se tornou escola, lar e projeto de vida.

“Lutar pela terra foi buscar um pedacinho que fosse meu”, afirmou, resumindo o sonho que a levou ao movimento através dos irmãos. Hoje, após a recente desapropriação assinada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu lote de quatro alqueires — onde cultivava mandioca, milho e feijão enquanto mantém a produção leiteira como principal renda — está mais perto de se tornar realidade definitiva.

Como dirigente, a Acampada 3 conhece cada barraco, cada família, cada história de resistência do acampamento. “Não vejo nenhuma dificuldade por ser mulher. Dentro do movimento temos igualdade”, enfatiza, destacando o respeito conquistado. Sua fala revela uma transformação radical: “Antes de entrar no MST eu tinha medo. Depois vi que era totalmente diferente”.

Os cursos de formação do movimento foram suas salas de aula. Onde a vida lhe negou continuidade nos estudos formais — não completou o ensino fundamental—, o MST ofereceu lições de política, organização e autoconfiança. “Aprendi muito dentro do movimento”, reconhece, enquanto coordena reuniões e negociações que antes imaginava serem “coisa de homem”.

Sua rotina começa antes do sol nascer, entre a ordenha, os cultivos e as demandas da liderança. Mas o cansaço não apaga o orgulho: “Nós, mulheres, somos respeitadas”. Seu barraco guarda as marcas dessa jornada: fotos de assembleias, cadernos de formação, o decreto de desapropriação na parede como troféu.

Ao contrário de muitas companheiras que ainda enfrentam o machismo velado, ela vive o MST como espaço de emancipação plena. “Aqui me tornei quem sou”, disse, enquanto mostrava a horta coletiva que ajudou a organizar.

Sua história não é de sobrevivência, mas de renascimento: prova viva de que a terra liberta não apenas o corpo, mas a voz das que sempre foram silenciadas.

Na noite em que o decreto presidencial foi assinado, ela liderou a celebração no acampamento. Entre cantorias e partilhas, seu discurso eloquente foi claro: “Essa vitória é de todas nós”. Porque sabe que cada alqueire conquistado carrega o suor, as lágrimas e, principalmente, a coragem incontável das mulheres que, como ela, transformaram medo em força e terra em liberdade.

4.3.2. Mulheres do Acampamento Nossa Senhora do Carmo

Ainda na área rural do município de Barbosa Ferraz, o Acampamento Nossa Senhora do Carmo — nome que batizava a antiga fazenda improdutiva — é outro exemplo de território gerido pelo MST, o qual abriga histórias de resistência que teimam em florescer mesmo sob o sol inclemente do conflito agrário. Entre essas narrativas, destaca-se a da Acampada 4, mulher de 53 anos que, há duas décadas, mantém firme a luta por um pedaço de chão para chamar de seu.

Com escolaridade equivalente ao atual terceiro ano do Ensino Fundamental, ela aderiu ao movimento, acompanhando do marido: mesmo percurso seguido por muitas mulheres do campo: “Quando entrei no movimento, eu, meu marido e meu filho enfrentamos muitas dificuldades, como a falta de energia, água e alimento”, recorda com a voz marcada pela experiência de quem conheceu a privação extrema. Seu relato revela a face mais crua da vida sob as lonas: as noites escuras, a sede constante, o medo de conflitos armados e a incerteza sobre o alimento da próxima refeição.

Em seu lote de 6 hectares — ainda sem a segurança da documentação definitiva —, a Acampada 4 constrói, sol a sol, sua autonomia. Seus dias começam antes do sol nascer, no cuidado com os animais (gado, porcos e galinhas) e se estendem até o cair da noite, nos cultivos de arroz, feijão, milho, mandioca, amendoim e batata-doce. É uma agricultura de subsistência e de resistência, que alimenta o corpo e a alma: “Hoje, minha vida está melhor. Temos nossos alimentos e temos luz”, afirma, destacando as pequenas-grandes conquistas que marcam a diferença entre a sobrevivência e a vida digna.

Apesar de não ocupar cargos formais no MST, sua presença é fundamental na tessitura cotidiana da resistência que ajuda a manter firme há

tanto tempo. Enquanto o marido participa das mobilizações, ela mantém o lote produtivo: uma divisão de tarefas que revela tanto a força quanto as contradições da participação feminina no movimento. A água permanece seu maior desafio, lembrança constante de que a conquista da terra é processo contínuo.

Seu sustento, segundo relatou, vem da própria terra e do Programa Federal de distribuição de renda Bolsa Família: combinação que ilustra a realidade de muitas famílias acampadas. O que poderia ser visto como contradição é, na verdade, estratégia de sobrevivência em um país onde a Reforma Agrária avança a passos lentos. Veronezzi (2018) lembra, porém, que essa política pública não é a única iniciativa federal que beneficia as mulheres sem-terra: ainda que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS) não sejam direcionados, privativamente, às mulheres rurais. O pesquisador lembra,

[...] pelo que pode ser observado na realidade dos assentamentos estudados e na participação de eventos, cursos e contato com pessoas envolvidas com as políticas de gênero – o interesse em desenvolvê-los é, majoritariamente, das mulheres (Veronezzi, 2018, p. 124).

Nas palavras simples da Acampada 4, ecoa uma verdade profunda: a luta pela terra é, sobretudo, a luta pelo direito de existir com dignidade.

Sua história no Nossa Senhora do Carmo não está registrada em documentos oficiais ou discursos políticos, mas se inscreve a cada dia no solo fértil que teima em produzir mesmo sem garantias jurídicas. É a resistência que não faz manchetes, mas alimenta famílias; que não ocupa cargos, mas sustenta movimentos; que, silenciosamente, mantém viva a chama da esperança por um pedaço de terra que possa, finalmente, ser chamado de lar.

4.3.3. Mulheres do Acampamento Valdair Roque

O Acampamento Valdair Roque, na área rural do município de Quinta do Sol, emerge como um território de resistência e transformação, em cujo chão a luta pela Reforma Agrária se entrelaça com a construção cotidiana de novas relações sociais e produtivas. Foi neste espaço que a Colaboradora 1, professora estadual aposentada, de 65 anos de idade, encontrou seu lugar de

militância após ingressar no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 2017. Seu relato oferece um olhar interessante sobre a dinâmica interna desse acampamento, revelando tanto seus avanços quanto suas contradições.

Localizado em uma área anteriormente dominada pelo monocultivo de cana-de-açúcar — modelo que esgota solos e concentra terras —, o Valdair Roque tornou-se um laboratório de agricultura regenerativa. A Colaboradora 1 descreve como as famílias acampadas trabalharam para revitalizar a terra:

Plantávamos de tudo um pouco, mas a mamona tinha um papel especial. Era nossa aliada na recuperação do solo, que estava cansado de anos de cana. Cada família cuidava do seu pedaço, mas também tínhamos a produção coletiva – tudo organizado para sustentar o acampamento e fortalecer a luta (Colaboradora 1).

Essa dupla dimensão — individual e coletiva — marcava a organização produtiva: enquanto nos lotes familiares cultivava-se para subsistência (feijão, milho, hortaliças), as áreas comuns eram destinadas a cultivos estratégicos que geravam recursos para o movimento. A agroecologia, segundo a entrevistada, não era apenas uma técnica, mas um ato político de resistência ao agronegócio.

A rotina no acampamento era regida por uma ética comunitária, onde todas as tarefas — desde o plantio até a segurança — eram assumidas coletivamente. Uma das experiências mais marcantes para a Colaboradora 1 foi participar da guarita, o posto de vigilância que protegia o acampamento de possíveis despejos ou ataques: “A guarita não é brincadeira, é coisa séria. Ficar ali era um ato de responsabilidade. Aprendi que a disciplina faz parte da resistência – sem organização, não há luta que sobreviva”, lembrou.

Além da guarda, as mulheres desempenhavam funções centrais nas assembleias, nos mutirões de limpeza e até nas estratégias de enfrentamento. Todavia, como ela mesma aponta, sua participação nas mobilizações externas (como ocupações de prédios públicos ou marchas) era limitada por questões práticas: “As que tinham filhos pequenos ficavam cuidando, enquanto os homens saíam. Mas quem não tinha essa responsabilidade ia pra rua junto, e, na linha de frente, ninguém segurava a gente!”.

Apesar do discurso de igualdade, o acampamento não estava imune às tensões de gênero e poder. Sobre isso, a Colaboradora 1 relata que, embora o

convívio diário fosse marcado por respeito, algumas lideranças masculinas resistiam a dividir espaços de decisão: “O preconceito veio de quem estava no comando. Se você começava a se destacar, criavam obstáculos: era medo de perder a posição. Mas no chão, entre nós, a solidariedade sempre falou mais alto”.

Essa contradição entre uma base militante integrada e estruturas hierárquicas ainda patriarcais reflete um desafio histórico do MST, movimento que, mesmo pioneiro na inclusão de mulheres, ainda convive com resquícios do machismo estrutural.

Hoje, afastada do acampamento por questões familiares, a Colaboradora 1 disse manter viva a chama da militância. Sua história no Acampamento Valdair Roque sintetiza o que há de mais profundo na luta pela terra:

Não importa onde eu esteja – meu coração segue acampado. Um dia volto, porque a terra não é só um pedaço de chão. É identidade, é luta, é futuro. E eu? Eu ainda vou morar num assentamento e morrer no Movimento. Porque a terra... a terra é para sempre! (Colaboradora 1).

Seu depoimento, aliado à Imagem 12, que registra sua participação numa atividade alusiva ao 8 de março em Campo Mourão, não apenas documenta a trajetória de uma mulher, mas revela o próprio espírito do acampamento: um espaço onde se planta comida, mas também dignidade; onde se enfrenta o latifúndio, mas também as próprias limitações; e onde, acima de tudo, se aprende que a verdadeira Reforma Agrária só se completa quando inclui todas as vozes, especialmente, as que, como a dela, nunca se calam.

Imagem 12 – Mobilização pelo 8 de Março de 2018[,] no Calçadão de Campo Mourão



Fonte: Acervo da Colaboradora 1 (2024).

Cabe destacar que esse acampamento também se configura como um celeiro de lideranças femininas. De lá, vem o depoimento da Acampada 5, de 30 anos, que representa a nova geração de mulheres do MST. Formada em Pedagogia para Educadores do Campo pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), em 2017, ela percorre o Paraná desde os 16

anos, trabalhando com educação nas áreas de conflito, “conforme as demandas da ciranda infantil e do coletivo do Estado”, explicou, enquanto colhia alimentos orgânicos em seu lote de uma quarta de terra.

Sua trajetória é marcada por superações: “Quase fui vítima de feminicídio”, revela, transformando a dor em militância. Como educadora e diretora do setor de educação da Brigada Santinho, luta para que outras mulheres não passem pelo que enfrentou. “Aqui a gente tem voz e vez”, afirma a Acampada 5, contrastando com a realidade de muitos espaços onde “a mulher ainda não tem espaço”.

Enquanto a Acampada 3 celebrava a igualdade de gênero no movimento — “não vejo dificuldades por ser mulher” —, a Acampada 5 expõe as contradições: “O machismo é estrutural”. Mãe solo, enfrenta a dupla jornada numa sociedade que ainda impõe “tarefas não equitativas”. Mas ambas concordam: o MST oferece ferramentas para transformar essa realidade.

Os cursos de formação aparecem como portas de transformação. Para a dirigente de 49 anos, foram lições de política e autoconfiança. Para a pedagoga, o Pronera representou “uma conquista histórica da classe trabalhadora”, abrindo caminhos inimagináveis.

Nas palavras da Acampada 5, reverbera-se o sentimento que une essas mulheres: “Espero que essa luta não seja em vão”. Enquanto uma comemora a luz e os alimentos conquistados, a outra semeia conhecimento nas crianças do campo. Juntas, representam as múltiplas faces da resistência feminina — provando que a Reforma Agrária se faz com enxada e livros, com leite e letras, com coragem e esperança.

Seus lotes, ainda sem documentação definitiva, já são territórios de liberdade. Onde antes havia medo, florescem lideranças. Onde havia silêncio, avolumam-se vozes que cantam, ensinam e, acima de tudo, resistem. Porque, como bem sabem essas mulheres, a terra não se adquire apenas com decreto, de mão beijada: se conquista todos os dias, com as mãos na terra e os olhos no futuro.

4.3.4. Mulheres do Acampamento Nova Canaã

Em junho de 2024, como contextualizado anteriormente, o Movimento optou por retirar sua bandeira do Acampamento Nova Canaã, ou seja, deixou de

acompanhar esse território, que originalmente estava vinculado a uma dissidência do MST: o Movimento Luta pela Terra (MLT). Liderado por uma mulher, o MLT havia batizado o local, em 2014, como Acampamento Sol Nascente. Dez anos depois, em meio a um processo de reestruturação interna, foi eleita uma nova coordenação para liderar as famílias acampadas, agora sem vínculos nem com o MST nem com o MLT. Essa mudança parece refletir uma estratégia interna para obter apoio da Prefeitura Municipal de Peabiru, governada pelo Partido Liberal (PL) desde 2017, cuja administração, historicamente, não vê com bons olhos a luta do MST.

Apesar das explicações reiteradas de que a pesquisa não vincularia as participantes a qualquer organização específica, já que se foca nas trajetórias individuais das mulheres na luta pela terra, as acampadas entenderam que suas falas poderiam ser instrumentalizadas de alguma forma. O dirigente atual, em que pese ser aberto ao diálogo e permitido a realização da entrevista, deixou claro que a decisão final caberia às lideranças femininas, que, por sua vez, decidiram pela não colaboração.

Há aqui uma contradição reveladora: se, por um lado, a autonomia das mulheres em decidir sobre suas narrativas é um avanço, por outro, a recusa em compartilhar experiências aponta para uma fragmentação da luta coletiva: o que pode ser interpretado como um paradoxo. Como destacam outras entrevistadas, a batalha pela terra transcende siglas: é, antes de tudo, uma questão de sobrevivência e dignidade. No entanto, o temor por uma eventual interpretação equivocada ou associação política falou mais alto.

O Acampamento Nova Canaã, desde quando era Sol Nascente, tem sido palco de intensos conflitos internos e disputas por poder, que envolvem episódios de violência e até confrontos armados. Essa história conturbada criou um certo ambiente de desconfiança e cautela extrema entre suas integrantes.

É importante ressaltar que não cabe questionar a escolha dessas mulheres por não compartilharem suas histórias. Só quem vive sob a ameaça constante de despejo, em um contexto marcado por violência e instabilidade política, como é o caso de Peabiru, conhece melhor do que ninguém os riscos e os arranjos necessários para seguir em frente. O apoio da Prefeitura Municipal, ainda que existente, não elimina a precariedade da situação: uma decisão judicial desfavorável já paira sobre o acampamento, e qualquer movimento mal

interpretado pode significar um retrocesso irreparável para as famílias que ali resistem.

Assim, o silêncio dessas mulheres não é uma simples ausência, mas um ato político *per se*. Ele revela os limites da luta pela terra em contextos onde a violência e a judicialização do conflito agrário impõem barreiras até mesmo ao direito de narrar a própria história. Enquanto em outros acampamentos as mulheres falam com orgulho de suas conquistas, no Nova Canaã elas precisam calcular cada palavra, cada gesto, pois sabem que o preço de uma fala pública pode ser alto demais. Seu recado, mesmo não dito, é claro: existem batalhas que, antes de serem contadas, precisam ser vencidas, e, por ora, sua energia está toda voltada para garantir que permaneçam em suas terras.

Se, por um lado, isso marca autonomia, por outro, aparenta uma falta de reconhecimento da luta da mulher acampada como um todo orgânico e não apenas limitado ao espaço do Acampamento Nova Canaã, pois, independentemente de qual seja bandeira do movimento que organiza a Reforma Agrária, o desejo pela terra é o ponto comum a todas.

4.4 As mulheres assentadas: suas conquistas a partir da Reforma Agrária

No decorrer da pesquisa, por meio das visitas, das entrevistas e dos questionários, surgiu a necessidade de distinguir acampamento e assentamento, e assim também diferenciar como ocorre a luta das mulheres acampadas e das assentadas. Não sendo os assentamentos o foco da pesquisa, optamos por um breve relato deste, utilizando alguns depoimentos de lideranças femininas que já possuem seus lotes regularizados e como estas organizam o seu espaço produtivo e a luta pela igualdade de direitos. Isso ocorre porque, ao longo dessa investigação, tornou-se vital estabelecer uma distinção clara entre acampamentos e assentamentos, pois esses espaços representam momentos distintos na luta pela terra com implicações profundas para as mulheres. Como destaca Garcia (2004, p. 81-82), “o assentamento rural é um passo à frente no processo de luta, a posse da terra”, trazendo transformações significativas na divisão sexual do trabalho e na organização produtiva.

Nos acampamentos, a luta imediata pela sobrevivência cria espaços de atuação mais coletiva. Como observamos no Acampamento Irmã Dorothy, as mulheres desenvolvem estratégias conjuntas contra despejos e pela segurança

alimentar. Contudo, como aponta Garcia (2004, p. 85), mesmo nesses espaços persistem “obstáculos econômicos, culturais e sociais que limitam o pleno exercício da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais”.

Por outro lado, quando a terra é conquistada, surgem novas dinâmicas. Garcia (2004, p. 81-82) alerta que “a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo por gêneros se traduz na divisão espacial do assentamento”, onde o espaço público tende a ser masculino e o privado feminino. A Entrevistada 1, de Santa Rita, no município de Peabiru, confirmou: “Hoje temos nossa terra, mas a luta não acabou. Agora é para ter crédito, para vender nossa produção” (2025).

Ela vive nesse território desde o ano de 1997. Com 41 anos de idade, é casada e mãe de dois filhos, ambos nascidos no assentamento. Em 2024, recebeu o título de propriedade da terra, sendo a primeira titular do lote.

A Entrevistada 1 viveu em acampamentos desde os 4 anos de idade, junto com seus pais e mais quatro irmãos. A família tornou-se acampada em 1987, em Canta Galo (PR), vivendo muitos anos em busca da terra tão sonhada. Seu lote, atualmente, produz milho, soja e mandioca para o consumo, mas a principal fonte de renda é a sericicultura: atividade que envolve o cultivo do bicho-da-seda. Trata-se de um trabalho familiar que exige dedicação intensa: seu dia começa às 5h da manhã, com o corte de folhas de amora para alimentar as lagartas. Os casulos são vendidos à empresa BRATAC, localizada em Barbosa Ferraz, especializada na produção de seda natural orgânica. A Imagem 13 apresenta os casulos do bicho-da-seda que ela cuida.

Imagem 13 – Casulos do bicho-da-seda da Entrevistada 1



Fonte: Acervo pessoal da Entrevistada 1 (2024).

Mesmo com a rotina puxada, ela ainda prepara bolos para complementar a renda. Já participou da diretoria da comunidade e atuou como catequista por nove anos. Relata sentir falta de um grupo exclusivo de mulheres, onde pudesse compartilhar experiências e fortalecer a luta coletiva.

Ao lembrar da sua história, que começou como acampada nesse mesmo território, ela emocionou-se:

No acampamento passamos por muitas situações difíceis, despejo, fome, miséria, onde um vizinho dividia o pouco que tinha com o outro para que pelo menos a criança tivesse o que comer. Mas, mesmo assim, muitas vezes ninguém tinha. Os pais saíam na mata em busca de alimentos, tipo palmito, uma caça.... Quando a gente pegava uma pomba, era uma alegria. Mamãe fazia o risoto (Entrevistada 1, 2025).

Ela conta que, mesmo sendo considerados “bandidos” pela sociedade, os acampados se organizavam:

A gente plantava arroz, feijão, abóbora etc. Era difícil a chegada até começar a produzir algumas coisas. Mas não desistimos e aqui estamos. Hoje as coisas mudaram: já temos a terra, tudo mudou. Produzimos uma variedade de coisas dentro do assentamento. Com a titularidade, passamos a ser mais enxergados e temos mais acesso a recursos para melhorar nosso trabalho” (Entrevistada 1, 2025).

Sobre a luta feminina, ela é categórica: “Nós mulheres temos muita importância na luta pela terra, somos a força da família. Eu afirmo que sem as mulheres, a luta seria enfraquecida, acho que não teria a mesma força para lutar” (Entrevistada 1, 2025).

E concluiu, falando de como se sente quanto à organização de seu lote: “Me sinto feliz por ser uma mulher assentada que nunca desistiu, que busca e luta sempre para melhorar. Quanto ao meu trabalho, acho que é reconhecido, mas precisava ser mais valorizado” (Entrevistada 1, 2025).

De fato, a organização em lotes individuais pode trazer consequências inesperadas. Como mostra Garcia (2004, p. 83), “a forma como os assentamentos são organizados tem provocado, para muitas mulheres, um isolamento social significativo”. A Entrevistada 2, que reside no mesmo acampamento, complementa: “No assentamento, a gente planta com mais segurança, mas ainda precisamos brigar por respeito” (2025).

Ela tem 54 anos, é casada e vive ali há quase três décadas. Embora ainda não possua o título definitivo da terra, é detentora, junto com o marido, do Contrato de Concessão de Uso (CCU): documento que garante o direito de uso do lote e permite a realização de operações bancárias, acesso a políticas públicas e financiamentos, enquanto aguarda a regularização fundiária definitiva. Ela conta que, em comparação com outros agricultores, os sem-terra, mesmo já assentados, enfrentam obstáculos significativos no dia a dia: “Uma das principais dificuldades que enfrentamos são as estradas ruins, que prejudicam o transporte de insumos e produtos, assim como o transporte escolar. Além disso, algumas famílias ainda sofrem com a falta de água” (Entrevistada 2, 2025).

Ainda assim, o cotidiano no assentamento impõe desafios específicos: “as mulheres, especialmente as casadas com responsabilidades familiares, têm maiores dificuldades de participar devido ao peso da sua rotina de trabalho doméstico e extradoméstico” (Garcia, 2004, p. 83). Isso se reflete na participação política, onde, como observa Garcia (2004), “as relações de poder entre homens e mulheres permanecem como impedimento fundamental para a participação equitativa”.

Ainda assim, um dos maiores desafios é o reconhecimento do trabalho feminino. Garcia (2004, p. 85-87) destaca que “o trabalho produtivo realizado por mulheres nos lotes frequentemente não é reconhecido como parte integrante da produção agrícola”, sendo visto como complementar ao trabalho masculino. As

atividades reprodutivas, por sua vez, “são desvalorizadas pela sociedade, que tende a considerá-las responsabilidades naturais das mulheres”.

A Entrevistada 3 também compartilha uma trajetória marcada pela resistência e pela esperança. Mãe de três filhos, ela orgulha-se das conquistas que a vida no lote proporcionou à sua família. Sua filha mais velha está cursando a faculdade de Direito, o filho do meio concluiu o curso técnico em Agropecuária e a filha mais nova segue os estudos, atualmente no sétimo ano do ensino fundamental. Todos cresceram no assentamento, acompanhando de perto a luta dos pais pela subsistência e pela construção de uma vida digna no campo.

Essas conquistas demonstram de forma concreta como o acesso à terra pode transformar a realidade das famílias assentadas, possibilitando não apenas melhores condições materiais, mas também o acesso à educação e a construção de novos projetos de vida.

O cotidiano da família, sendo seu relato, é marcado pelo trabalho coletivo e pelo cuidado com a terra. Entre as práticas desenvolvidas, destaca-se o enxerto e o plantio de araucárias, atividade que representa não apenas a preservação ambiental, mas também um investimento no futuro.

A propriedade, localizada no Assentamento Nova Esperança, povoado Cascata, no município de Pitanga (PR), evidencia o esforço da família no cultivo diversificado e na construção de um modelo de produção agroecológico.

Além disso, a Entrevistada 3 participa ativamente de ações educativas, como a recepção de alunos da Escola Chico Mendes para aulas práticas sobre agrofloresta, fortalecendo a conexão entre escola e comunidade, e difundindo conhecimentos voltados para a sustentabilidade, como demonstra a Imagem 14.

Imagem 14 – Visita dos alunos da Escola Chico Mendes: aula sobre agrofloresta



Fonte: Arquivo pessoal da Entrevistada 3 (2024).

A Entrevistada 3 também compartilha uma trajetória marcada pela resistência e pela esperança. Mãe de três filhos, ela relatou, com orgulho, as conquistas que a vida no lote proporcionou à sua família: “Minha filha mais velha está cursando Direito, o do meio já terminou o técnico em Agropecuária, e a mais nova ainda está estudando, está no sétimo ano. Todos foram criados aqui, acompanhando nossa luta diária” (2025). Essas conquistas demonstram de forma concreta como o acesso à terra pode transformar a realidade das famílias assentadas, possibilitando não apenas melhores condições materiais, mas também a abertura de novas perspectivas educacionais e profissionais. Como afirmou essa entrevistada, “se não fosse o lote, não sei onde a gente estaria. Aqui, apesar das dificuldades, a gente conseguiu dar estudo para os filhos e garantir o sustento” (Entrevistada 3, 2025).

O cotidiano da família é marcado pelo trabalho coletivo e pelo cuidado com a terra. Entre as práticas ali desenvolvidas, destaca-se o enxerto e o plantio de araucárias: atividade que representa não apenas a preservação ambiental, mas também um investimento no futuro. “A gente planta pensando lá na frente, para nossos filhos e netos”, ressaltou Entrevistada 3 (2025), ao demonstrar como se faz o enxerto e o plantio da araucária, como demonstra a Imagem 15.

Imagem 15 – Enxerto e plantio de araucária

Fonte: Acervo pessoal da Entrevistada 3 (2024).

Dando continuidade à análise das experiências das mulheres assentadas, este segmento se dedicará à trajetória e percepções de outra liderança do MST, aqui designada como Entrevistada 4 para fins desta pesquisa. Com 59 anos de idade e casada, ela é engenheira agrônoma, formada em 1990 pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, reside há duas décadas no Assentamento Monte Alto, localizado em Peabiru (PR), território que se tornou o palco de sua militância e engajamento. Seu envolvimento com o movimento social teve início ainda na vida universitária, por meio do movimento estudantil e de visitas a acampamentos no oeste de Santa Catarina, como em Abelardo Luz. Identificando-se profundamente com a causa, especialmente por ser filha de pequeno agricultor, ela foi atraída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e começou a participar ativamente.

A trajetória profissional dela se entrelaça com sua militância. Ela atuou no Governo do Estado do Paraná, na gestão de Roberto Requião, prestando assistência técnica a assentamentos na região de Cascavel. Essa experiência aprofundou seu contato com as famílias rurais e despertou um grande interesse em participar do movimento. Sua dedicação a levou a acampar por cerca de três anos em Santa Tereza do Oeste, onde vivenciou um despejo, mas participou ativamente da reocupação da área, garantindo a emissão de posse para as famílias. Posteriormente, trabalhou na Secretaria de Agricultura em Maringá, durante a gestão do primeiro prefeito do Partido dos Trabalhadores na cidade, e depois na Secretaria Estadual do MST em Curitiba, focando no setor de projetos

e busca de recursos. Foi nesse período que, por informações de companheiros, soube da possibilidade de ocupar um lote no Assentamento Monte Alto, onde reside há 20 anos.

Martina é uma voz fundamental na discussão sobre o empoderamento feminino dentro do MST. Ela destaca que, desde sua entrada no movimento, a participação das mulheres sempre foi um tema amplamente debatido e trabalhado, reiterando o lema de que “sem a mulher a luta vai pela metade”. Para ela, as mulheres são fortemente incentivadas a assumir cargos de direção e responsabilidades, atuando como “protagonistas” em suas comunidades, grupos, acampamentos e assentamentos. Sua própria trajetória corrobora essa visão, tendo ocupado diversos cargos de direção em diferentes instâncias, incluindo a direção estadual e o setor de produção da Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná. Ela acredita que a ideia de uma mulher submissa praticamente não existe mais no contexto do MST, apesar de ainda haver casos isolados, que são considerados situações raras atualmente.

Embora não exista um grupo específico de mulheres em seu assentamento, devido ao seu tamanho e caráter mais antigo e tradicional, a Entrevistada 4 observa que as mulheres participam ativamente da comunidade e de suas organizações. Em relação ao preconceito, ela considera que, na interação com a cidade, a percepção negativa sobre as mulheres sem-terra “já pertence quase ao passado”, com maior harmonia na convivência com a população e o comércio local. No entanto, ela ressalta que as grandes fazendas e os representantes do agronegócio, pertencentes a uma “classe distinta e oposta”, ainda não os apreciam e provavelmente nunca o farão, o que dificulta a relação.

Aprofundando as narrativas de mulheres assentadas, a experiência da Entrevistada 5 oferece um valioso panorama sobre a resiliência e as conquistas no contexto da Reforma Agrária. Com 53 anos e separada, esta mulher reside há 21 anos no Assentamento Novo Paraíso, localizado em Boa Ventura de São Roque, no Paraná. Sua trajetória na luta pela terra começou ainda na juventude, participando com seus pais da primeira ocupação às margens da BR no estado do Paraná. Essa vivência inicial moldou sua compreensão sobre a importância da terra e da organização coletiva.

A Entrevistada 5 relata um percurso marcado por intensas dificuldades, incluindo a permanência de 18 anos no acampamento Inácio Martins. Ela

recorda o violento despejo de Corumbataí em 1986, um episódio em que as autoridades “separaram as mães de seus filhos, colocando-as a uma distância de mais de 15 quilômetros”. Após essa experiência traumática, as famílias foram realocadas para alojamentos provisórios, cedidos pelo governo, onde permaneceram por seis anos até a emblemática ocupação de Inácio Martins. Após o falecimento de seu pai e a separação conjugal, a Entrevistada 5 retornou ao acampamento, desta vez em Boa Ventura, evidenciando a terra como refúgio e o movimento como suporte em momentos de vulnerabilidade.

O papel das mulheres na resistência, segundo a Entrevistada 5, foi fundamental durante os períodos de repressão e cerco dos pistoleiros. Ela narra como “teve um grande tiroteio dos pistoleiros contra o acampamento. Eles atearam fogo, nós sofremos muita repressão ali. E ali é que surge uma grande luta das mulheres”. Ela destaca que foram as mulheres que foram basilares para a manutenção do acampamento, “buscando alimento porque as mulheres não atiravam”. Utilizavam “caminhos alternativos no meio do mato”, e “nunca fazíamos a mesma rota, do mesmo lado da estrada, um tanto a gente ia para um lado e um tanto a gente ia para o outro”. Essa atuação, permeada pela coragem e pela solidariedade, fortaleceu o coletivo e gerou grande unidade entre os acampados. Esse protagonismo feminino no processo de resistência levou a uma mudança na organização e liderança dentro do movimento: “Diante de toda essa violência e sofrimento as mulheres se fortaleceram, foram tempos de muita unidade, as mulheres começam a participar dos setores, ir para as coordenações, foi se construindo sempre um homem e uma mulher para coordenar”.

As conquistas materiais no lote da Entrevistada 5 são motivo de orgulho e ilustram a transformação de um espaço de luta em um território produtivo e de vida digna. Ela destaca que, “no lote, hoje temos 25 vacas 8 novilhas e 3 bois 1 trator 1 moto 2 carros a casa de 110 metros quadrados estábulo mangueira 2 barracões garagem chiqueiro resfriador de leite e casa de carnear”. Seu lote, gerido por mulheres, possui certificação orgânica do Instituto Biodinâmico (IBD) e apresenta uma produção agrícola diversificada para subsistência. A principal atividade produtiva é a de leite, entregue à cooperativa do movimento, a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (COPRAN), em Arapongas. Além disso, a família cultiva erva-mate em uma área de três alqueires, com aproximadamente 15 mil pés, também com certificação

orgânica, o que demonstra a aposta na sustentabilidade e na diversificação da renda.

Ao comparar o período de acampamento com o de assentamento, ela destaca que o acampamento é marcado por uma “unidade muito grande” entre as famílias, impulsionada pelo objetivo concreto da conquista da terra. Contudo, esse período também é caracterizado pela constante insegurança e a possibilidade de despejo. No assentamento, por outro lado, a insegurança é superada, mas a convivência e a unidade se manifestam de outra maneira, com novas prioridades surgindo. Apesar dos desafios de manter a luta e o comprometimento ativo, o assentamento é um lugar agradável e bom para viver, muito melhor do que qualquer outro lugar na cidade. Martina conclui que, apesar dos problemas inerentes a qualquer lugar, as mulheres do MST têm avançado significativamente, exercendo seu empoderamento e garantindo que suas vozes e ações sejam ouvidas e respeitadas.

Assim, a pesquisa revela que, seja nos acampamentos ou nos assentamentos, as mulheres seguem lutando contra estruturas profundamente arraigadas. Como conclui Garcia (2004), embora “o envolvimento na Luta pela Terra contribua para a formação de comportamentos mais participativos”, as transformações ocorrem lentamente. As vozes das mulheres entrevistadas ecoam essa complexidade — conquistaram a terra, mas seguem combatendo as desigualdades de gênero que persistem mesmo após a regularização fundiária.

Os assentamentos rurais, conquistados por intermédio da luta pela terra, representam na vida de um grande número de trabalhadores muito mais que um pedaço de terra onde trabalhar. Eles são a possibilidade de construção de um plano de vida fora dos limites da marginalidade e exclusão como destinos sociais urbanos: dos guetos dos sem-trabalho, da periferia, da favela, das “terras de ninguém” (Garcia, 2004, p. 135).

4.5 Perfil e participação das mulheres nos acampamentos: dados quantitativos e desafios contemporâneos

O questionário aplicado via *Google Forms*, respondido por 27 mulheres de três acampamentos distintos (Valdair Roque, Irmã Dorothy e Nossa Senhora do Carmo), oferece um retrato detalhado das condições de vida, participação

política e desafios enfrentados por essas trabalhadoras rurais. As entrevistas, realizadas entre novembro de 2024 e março de 2025, foram precedidas por um longo processo de aproximação com as lideranças locais, iniciado meses antes para estabelecer relações de confiança e garantir a participação das mulheres. Essa etapa preliminar foi fundamental, pois, em contextos de conflito agrário, o acesso às comunidades exige mediação e sensibilidade política.

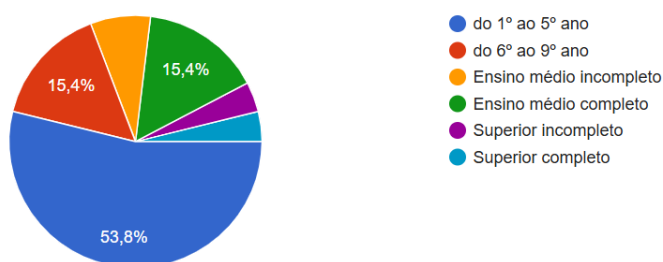
A maioria das entrevistadas (63%) tem mais de 45 anos, com idades variando entre 16 e 67 anos. A presença de apenas duas jovens abaixo dos 30 anos sugere um possível desinteresse ou dificuldade de permanência das novas gerações nos acampamentos: um dado que merece investigação mais aprofundada, pois pode refletir tanto a migração para centros urbanos quanto a falta de políticas específicas para a juventude rural.

Quanto ao estado civil, a composição é diversa: 44,4% são casadas (12 mulheres); 29,6% solteiras (8 mulheres); 26% vivem em outras formas de união (7 mulheres), incluindo uniões estáveis e arranjos familiares não formalizados.

Essa distribuição revela a complexidade das relações afetivas e familiares em contextos de precariedade, onde a instabilidade jurídica da terra muitas vezes se reflete na organização das próprias famílias.

A baixa escolaridade detectada nos questionários e representada pelo Gráfico 1 configura um quadro alarmante, com implicações sérias para o futuro, acendendo um sinal de alerta para a necessidade de intervenções imediatas: 53,8% (14 mulheres) não completaram o 5º ano do ensino fundamental; 15,4% (4 mulheres) estudaram até o 9º ano; 7,7% (2 mulheres) têm ensino médio incompleto; 15,4% (4 mulheres) concluíram o ensino médio; apenas 3,8% (1 mulher) possui ensino superior incompleto e outra 3,8% (1 mulher) o concluiu.

Gráfico 1 – A escolaridade das participantes



Fonte: Organizado pela autora, 2025

Esses números evidenciam uma exclusão educacional histórica, que limita não apenas o acesso a melhores oportunidades econômicas, mas também a participação política plena. Como destacam estudos sobre gênero e Reforma Agrária (Garcia, 2004), a falta de escolarização reforça a invisibilidade do trabalho feminino e restringe suas possibilidades de atuação em espaços decisórios.

As respostas evidenciam as múltiplas trajetórias das acampadas, que se entrelaçam com migração e a persistência na luta. Do total de entrevistadas: 63% (17 mulheres) já estiveram em outros acampamentos — algumas em dois ou mais —, demonstrando uma vida marcada por deslocamentos forçados, reinícios e resistência contínua; 37% (10 mulheres) estão em seu primeiro acampamento, indicando tanto novas adesões ao movimento quanto a rotatividade imposta pelos conflitos fundiários.

Quanto ao número de filhos, o Gráfico 2 sintetiza informações importantes das mulheres acampadas na região de Campo Mourão, revelando padrões significativos na distribuição familiar. Conforme indicado no referido gráfico, todas as participantes são mães. Aliás, a predominância da maternidade entre as mulheres acampadas do MST é um reflexo complexo de fatores históricos, sociais e culturais.

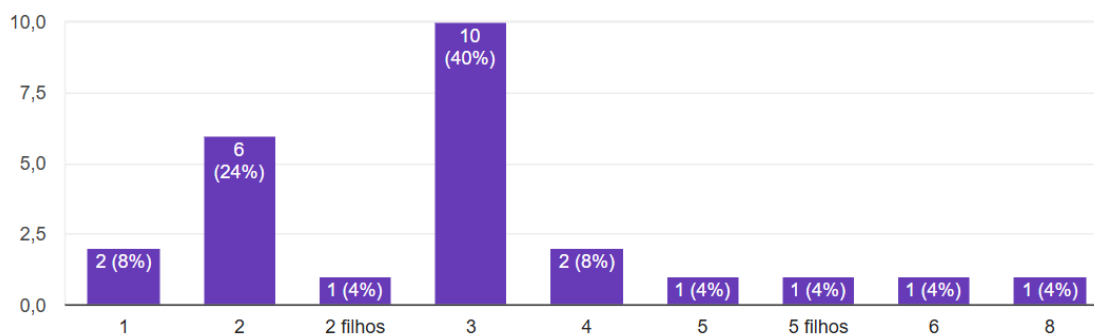
As raízes dessa realidade se estendem pelas tradições rurais, nas quais a maternidade e a família numerosa são demasiadamente valorizadas. Soma-se a isso a limitada disponibilidade de serviços de saúde reprodutiva e de planejamento familiar, o que pode reforçar a ideia de que “quanto mais braços, melhor” para a lida no campo. Nesse cenário, a maternidade não é apenas uma vivência individual, mas adquire contornos coletivos e políticos — entrelaçando-se com o ativismo e a luta pela terra. Contudo, embora as mulheres sejam maioria na população brasileira (IBGE, 2017), seus engajamentos históricos e sua atuação nos movimentos sociais foram, por muito tempo, invisibilizados pelas ciências e pelas instituições. Como lembra Veronezzi (2018), desde o início do movimento, as feministas rurais enfrentam uma série de discriminações, muitas vezes desqualificadas com rótulos como “mal-amadas”, “feias” ou “solteironas” (Knapik, 2005). Esses estigmas, longe de serem inocentes, são utilizados estrategicamente como instrumentos simbólicos para afastar as mulheres da militância e conter sua força política. Assim, no contexto da luta pela terra, ser mãe, para essas mulheres, não é sinônimo de recolhimento ao espaço

privado: ao contrário, é parte de um projeto de resistência e afirmação. A maternidade, nesse sentido, se converte também em ato político, marcando a presença das mulheres não apenas como cuidadoras, mas como sujeitas históricas que constroem o território e desafiam as hierarquias de poder (Sarti, 2004).

Além disso, o MST, por sua vez, reconhece a importância das mulheres e mães no movimento, buscando criar espaços de apoio e organização. A luta por direitos como creches, escolas e serviços de saúde nos acampamentos é uma pauta constante, evidenciando a busca por melhores condições para as mulheres e suas famílias.

É fundamental ressaltar, por outro lado, que a maternidade, embora recorrente, não define, por si só, a identidade das mulheres sem-terra dos territórios pesquisados. Como fazem questão de sublinhar em suas respostas, elas são líderes, militantes, trabalhadoras e cidadãs que lutam por seus direitos e por uma sociedade mais justa. A maternidade, nessa conjuntura, é apenas um dos aspectos de suas vidas, que se somam a uma rica e complexa trajetória de luta e resistência.

Gráfico 2 – O número de filhos



Fonte: Organizado pela autora, 2025

Todas as mulheres entrevistadas são mães, conforme indicado no gráfico. Há, além disso, a predominância de mulheres com três filhos se destaca, representando 40% das entrevistadas, o que sugere que essa é a média mais comum entre as mulheres pesquisadas. Apesar desse grupo ser o mais numeroso, há uma diversidade considerável nas respostas, incluindo desde

mães com apenas um filho, que correspondem a 8% da amostra, até aquelas com até oito filhos, que representam 4%.

Como destaca Veronezzi (2018), o número de filhos, embora varie, está frequentemente atrelado a expectativas históricas e culturais que recaem sobre a mulher rural, associando sua identidade à maternidade e ao cuidado familiar. Essa associação, muitas vezes naturalizada, torna-se uma dimensão central na experiência das assentadas — que, ao mesmo tempo em que cumprem esse papel, também o questionam, ao se inserirem em espaços de militância, trabalho coletivo e formação política.

Como defendem Carneiro e Teixeira (1995), romper com a imagem tradicional da mulher rural — limitada ao papel de mãe e esposa — exige que as organizações sociais desenvolvam ações conscientes e contínuas, que promovam a desconstrução da naturalização e da hierarquização das relações de gênero. Nesse sentido, Veronezzi (2018) reforça que é preciso levar esse debate a outras instâncias sociais, articulando o campo com políticas públicas e com os espaços formativos nas comunidades, criando mecanismos para que essas mulheres possam pensar sua maternidade para além do papel exclusivamente reprodutivo.

Outro dado relevante é a frequência expressiva de mulheres com dois filhos, configurando o segundo grupo mais presente, com 24%. Isso indica que muitas famílias mantêm um número um pouco menor de filhos, o que pode refletir escolhas pessoais ou condições socioeconômicas. Em contrapartida, observa-se uma menor incidência de famílias numerosas, com 5, 6 ou 8 filhos, cada uma dessas categorias representando 4% do total, o que sugere que lares com muitos filhos são menos comuns, embora ainda existam.

De maneira geral, os dados apresentados no Gráfico 2 apontam que a maioria das mulheres tem entre dois e três filhos, somando 64% do total analisado. Esse panorama pode estar relacionado a fatores culturais, sociais e econômicos específicos da região, influenciando as decisões reprodutivas dessas mulheres. A compreensão desse cenário pode contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais direcionadas ao atendimento das famílias acampadas, considerando suas necessidades e características demográficas.

A presença de duas mulheres paraguaias (7,4%) também chama atenção, sugerindo fluxos migratórios transfronteiriços vinculados à busca por terra e

trabalho: um aspecto pouco explorado nas pesquisas sobre Reforma Agrária no Paraná.

A pesquisa revela um panorama de avanços e contradições na participação política, evidenciando a complexidade do engajamento público nesse contexto. Apesar das barreiras estruturais, a atuação das mulheres é significativa: 37% (10 mulheres) assumiram ou assumem funções dentro do MST, desde coordenações locais até cargos em brigadas estaduais; a maioria participa, ativamente, de comissões internas (guarita, produção, saúde), mostrando que, mesmo sem formalização, sua presença é essencial para a organização cotidiana; 96,2% (26 mulheres) afirmam se sentir valorizadas no movimento, e 74,1% (20 mulheres) consideram que há igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres.

Esses dados sugerem que, nos acampamentos, a luta coletiva pode criar espaços mais igualitários do que em assentamentos consolidados, onde, como aponta Garcia (2004), a divisão do trabalho segundo o gênero tende a se acentuar. No entanto, a predominância de mulheres acima de 45 anos nas lideranças também revela que as mais jovens ainda enfrentam desafios para ascender politicamente, seja pela sobrecarga de cuidados, seja pela falta de mecanismos de renovação geracional.

A produção e a renda das mulheres acampadas oscilam entre a subsistência e a invisibilidade, refletindo a diversidade produtiva dos lotes como estratégia de resistência e autonomia. Essa diversidade se manifesta no cultivo de mandioca e milho, que constituem a base da segurança alimentar dessas comunidades, garantindo a reprodução social e cultural mediante a produção de alimentos tradicionais como a farinha de mandioca e a pamonha. Além desses cultivos essenciais, os lotes também abrigam uma variedade de hortaliças, que contribuem para uma dieta equilibrada e para a geração de excedentes para troca ou venda em pequena escala. A criação de animais, como galinhas, porcos e, em alguns casos, gado, representa outra importante fonte de renda e alimento, diversificando ainda mais a economia local.

Quase 41% (11 mulheres) complementam a renda com outras atividades, como serviços domésticos ou venda de produtos artesanais. Essa pluriatividade, embora necessária, também reflete a falta de políticas públicas que garantam mercado justo para a produção agroecológica das acampadas.

Os números não são neutros: mostram avanços, mas também desafios persistentes. Se, por um lado, as mulheres se reconhecem como parte ativa da luta, por outro, a baixa escolaridade, a sobrecarga de trabalho e a sub-representação das jovens nas lideranças revelam que a igualdade formal ainda não se traduziu em equidade real. Como resume uma das entrevistadas: “A gente participa de tudo, mas o peso da roça e dos filhos ainda é nosso”.

4.5.1 Descrição do questionário (perguntas abertas): trajetórias e sentidos da participação feminina

Este questionário, composto por 15 questões abertas transcritas a seguir, foi desenvolvido para compreender as trajetórias, motivações e desafios das mulheres nos acampamentos do MST da Brigada Santinho, permitindo que cada mulher entrevistada compartilhasse sua história de maneira livre e pessoal, proporcionando uma visão rica e diversificada sobre os diferentes caminhos que as levaram a se envolver no Movimento.

O objetivo é explorar as razões que impulsionam essas mulheres, seja pela busca por um pedaço de terra, por melhores condições de vida ou pela luta por justiça social. Além disso, as questões abordam desafios como a falta de infraestrutura, a luta contra o despejo e as dificuldades de gênero, permitindo uma compreensão mais profunda do papel das mulheres na organização e resistência do MST. Ao utilizar questões abertas, buscamos dar voz às participantes, enriquecendo a análise sobre a luta pela terra e pela dignidade.

a) Onde e em que você trabalhou antes de chegar a este acampamento?

Cada acampada tem sua história, e as trajetórias profissionais pregressas são bem diversas. Há quem já trabalhou em outros acampamentos e na roça, e também quem veio da cidade, de serviços gerais em Curitiba, de fábrica de torneira em Loanda, ou até de trabalhos como doméstica e faxineira. Como uma delas disse: “Já fiz de tudo um pouco, trabalhando no fogão ou na enxada!”.

No campo, muitas passaram pelo corte de cana na extinta usina de álcool Sabaraalcool, no distrito de Ivailândia, pertencente ao Município de Engenheiro Beltrão (PR), assim como pela agricultura em Roncador (PR) e pelo Assentamento 8 de Abril de Jardim Alegre (PR). Outras lembram do tempo no

frigorífico, na costura em Campo Mourão ou até servindo mesas em restaurante em Assunção, Paraguai.

Para muitas, a roça sempre foi o dia a dia: “Desde menina, já *tava* na lida com a terra”. Outras investiram nos estudos ou cresceram entre fazendas e sítios, sem nunca terem trabalhado fora de casa antes de chegar ao acampamento. Algumas vieram ainda crianças, sem experiência de trabalho, mas com a vida já moldada pela luta no campo.

Seja qual for o caminho, o que une todas essas histórias é a força e a resiliência. Como uma delas resumiu bem: “A gente veio de todo canto, mas aqui a luta é uma só!”.

b) Quando e como você se envolveu com o movimento?

Os caminhos que levaram as mulheres ao movimento são marcados por diferentes experiências e motivações pessoais. Algumas pessoas iniciaram sua jornada ainda na infância, acompanhando seus pais em acampamentos ou assentamentos e crescendo imersas na luta. “Eu nem entendia direito o que era o movimento, mas fui crescendo no meio da luta e, quando vi, já *tava* dentro”, conta uma militante. Outras ingressaram por meio de familiares, como irmãos, mães, sogras ou sobrinhas, que já participavam ativamente do movimento.

Para muitos, a adesão foi motivada por dificuldades econômicas, desemprego ou pela busca por uma alternativa à falta de moradia e ao alto custo do aluguel. “Não tinha pra onde ir, o aluguel *tava* puxado demais. Aí pensei: melhor lutar por um canto meu do que dar dinheiro pro dono todo mês”, explica uma acampada. Há também aquelas que se aproximaram do movimento por mera curiosidade ou pelo desejo de conhecer seus princípios e suas regras, mesmo que a abordagem-propaganda dos noticiários seja invariavelmente negativa ao retratar esses trabalhadores. Em outros casos, o contato inicial ocorreu por intermédio de visitas a amigos ou parentes nos acampamentos e assentamentos, sendo inspirados pelo ambiente e decidindo se engajar na luta. “Vim só pra ver como era, mas quando percebi, já *tava* organizando as coisas junto com o pessoal”, relata uma acampada.

Independentemente das circunstâncias individuais, essas trajetórias convergem em um mesmo ideal: a busca por transformação social, direitos e dignidade. Cada história adiciona um elemento único ao coletivo, fortalecendo o movimento na sua luta pela terra e pela justiça social.

c) Quais são as principais razões que a motivaram a se juntar ao movimento?

As motivações para integrar o movimento estão profundamente ligadas ao desejo de transformação social, à melhoria das condições de vida e à realização de sonhos. Para muitas, a principal razão foi a busca por um pedaço de terra onde pudessem plantar, morar e garantir o sustento de suas famílias. Como disse uma acampada: “Querida um lugar pra chamar de meu, pra plantar meu feijãozinho, criar minhas galinhas sem depender de patrão”. O amor pela terra e pela vida rural emerge como um elemento central, associado à busca por paz, fartura e segurança.

Diversos relatos enfatizam a necessidade de melhores condições de vida e justiça social. Muitas pessoas aderiram ao movimento como resposta a dificuldades financeiras, precariedade no trabalho ou incompatibilidade com a vida urbana. “Eu *tava* cansada de trabalhar pros outros e ganhar mixaria. Aqui, pelo menos, sei que o que planto é meu”, contou outra acampada. A luta pela terra também é vista como um meio de garantir alimentos saudáveis, proteger o meio ambiente e combater desigualdades sociais.

A influência familiar também se destaca em várias histórias. Muitas seguiram os passos de pais, parentes ou cônjuges já envolvidos na luta, perpetuando a tradição da resistência. “Desde pequena via meu pai brigando por terra, e hoje sou eu que ensino meus filhos que a luta continua”, compartilhou uma militante. Além disso, algumas mulheres encontraram no movimento uma oportunidade de recomeço, seja após uma separação, dificuldades habitacionais ou outros desafios pessoais.

Apesar das diferentes razões, há um elo comum entre todas as trajetórias: o sonho de uma vida mais digna para si e para as futuras gerações. Essas histórias vão além das necessidades individuais e refletem um compromisso coletivo com a transformação social e a construção de um futuro mais justo.

d) Quando e como você se envolveu com o movimento?

Os relatos sobre a adesão ao movimento revelam trajetórias muito diferentes, marcadas por experiências e motivações *sui generis*. Algumas pessoas cresceram dentro da luta, levadas ainda crianças pelos pais aos

acampamentos e assentamentos. Como uma delas contou: “Nasci nesse chão de luta, antes de andar já *tava* no meio das reuniões”.

Outras chegaram por influência de familiares próximos: irmãos, mães, sogras ou sobrinhas que já faziam parte do MST. Para algumas, o movimento surgiu como resposta a momentos difíceis: perda de emprego, dificuldades financeiras ou a impossibilidade de pagar aluguel. Uma acampada relembra: “Ou eu vinha pra luta ou ia morar na rua, não tinha outra saída”.

Há também quem tenha se aproximado por curiosidade, interessada nos princípios e na organização do movimento. Alguns visitaram amigos ou parentes nos acampamentos e se sentiram inspirados pelo ambiente, como contou uma delas: “Vim só pra conhecer, mas quando vi aquele povo unido, pensei: ‘É aqui que eu quero ficar!’”.

Independentemente do caminho percorrido, todas as histórias convergem para um mesmo propósito: a busca por transformação social, por direitos e por dignidade. Cada experiência fortalece o coletivo e reafirma a importância da luta pela terra e justiça social.

e) Quais são as principais razões que a motivaram a se juntar ao movimento?

As razões que levaram as pessoas a se juntar ao movimento revelam um profundo desejo de transformação social, melhoria de vida e realização de sonhos. Para muitas, a motivação principal foi a busca por um pedaço de chão onde pudessem plantar, morar e garantir o sustento da família. O amor pela terra e a paixão pela vida rural são elementos centrais em suas decisões, acompanhados pela busca por paz, fartura e sossego. Como disse uma acampada: “Queria um cantinho pra chamar de meu, plantar meu feijão sem patrão mandando em mim”.

Diversos relatos enfatizam a luta por melhores condições de vida e justiça social. Muitas mulheres se juntaram ao movimento como alternativa às dificuldades financeiras e às condições precárias de trabalho ou por não se adaptarem à vida na cidade. “Na cidade, era só trabalhar pros outros e passar o mês caçando moeda, apertada. Aqui, a gente luta, mas luta pelo que é nosso”, comentou uma delas.

A luta pela terra também é vista como uma forma de garantir alimentos saudáveis, proteger o meio ambiente e combater as desigualdades sociais. Além

disso, a influência da família foi um fator decisivo para várias pessoas. Muitos seguiram os passos de pais, parentes ou cônjuges já envolvidos no movimento, mantendo viva a tradição e a luta pela conquista da terra. Uma acampada contou: “Meu pai já dizia: terra é pra quem planta. Cresci ouvindo isso e hoje tô aqui, lutando pelo mesmo sonho”.

Outras mencionaram experiências pessoais marcantes, como separações ou dificuldades habitacionais, que os levaram a buscar no movimento uma oportunidade de recomeço. “Quando me vi sozinha com meus filhos e sem ter pra onde ir, só pensei: preciso lutar. Aqui encontrei força e um novo começo”.

Em meio a tantas motivações, o sonho de uma vida melhor para si e para os filhos foi um fio condutor que uniu essas trajetórias. Essas histórias refletem não apenas necessidades e esperanças individuais, mas também o compromisso coletivo com a transformação social e a construção de um futuro mais justo.

f) Quais desafios você enfrentou como mulher no acampamento?

Os desafios enfrentados pelas mulheres nos acampamentos refletem uma multiplicidade de dificuldades que envolvem questões sociais, estruturais e de gênero. Um dos problemas mais recorrentes é a falta de infraestrutura básica, como água, luz e saneamento, o que impacta diretamente a qualidade de vida das acampadas. “Aqui a gente aprende a fazer milagre com pouca água, mas tem dia que não é fácil”, comentou uma delas.

Além disso, a ausência de apoio adequado para cuidar dos filhos enquanto trabalham é um obstáculo significativo, limitando sua autonomia e segurança. “Se não tem com quem deixar os meninos, a gente se vira como pode, mas é puxado demais”.

Outro grande desafio mencionado é o despejo, que não apenas ameaça o lar e a estabilidade das famílias, mas também gera medo e incerteza constantes. Para as mulheres que enfrentam essas situações sozinhas, a carga é ainda maior, pois elas precisam realizar tarefas tradicionalmente vistas como “masculinas” e lidar com o preconceito. “Já ouvi que mulher não sabe manejar ferramenta, mas aqui a gente aprende e faz acontecer”.

A luta por voz e espaço dentro do próprio movimento também é destacada como uma dificuldade. Muitas enfrentam vergonha ou resistência ao se manifestar publicamente, além de serem vistas como o “sexo frágil”. “No começo

eu travava, achava que minha opinião não valia. Hoje, sei que a gente tem que falar alto pra ser ouvida”.

Apesar dessas adversidades, a força e a resistência das mulheres nos acampamentos continuam a ser um pilar fundamental na luta por justiça social e direitos à terra. Elas enfrentam desafios estruturais, como falta de recursos e preconceitos de gênero, enquanto permanecem unidas em busca de transformação e respeito.

g) Você já ocupou cargos de liderança no movimento? Se sim, qual e como foi sua experiência?

As experiências de liderança no movimento destacam uma jornada de desafios e aprendizados para aqueles que assumiram responsabilidades em diferentes cargos. Muitos relataram que exercer funções como coordenadores de grupos, dirigentes de acampamentos ou até mesmo de coletivos estaduais foi uma oportunidade enriquecedora. “No começo, eu tremia na base só de falar pra meia dúzia de gente, mas a gente aprende na marra”.

Embora alguns tenham relatado dificuldades iniciais, como o medo de falar em público, há quem tenha superado essas barreiras com o tempo, ganhando confiança e aprimorando suas habilidades por meio da prática. “A primeira vez que peguei o microfone, minha perna bamba entregou, mas depois fui pegando o jeito”.

Para outros, assumir um cargo de liderança foi não apenas um desafio, mas também uma experiência gratificante, que proporcionou crescimento pessoal e reconhecimento dentro do movimento. Entre as motivações para assumir a liderança, está o desejo de contribuir para o coletivo, aprender com a experiência e incentivar a rotatividade nos cargos. “A gente não pode deixar sempre nas mesmas mãos, todo mundo tem que ter a chance de aprender e ensinar”.

Apesar das dificuldades, como a alta responsabilidade e a necessidade de equilíbrio emocional, os relatos refletem que a liderança é vista como um meio de fortalecer o movimento e impulsionar a luta pela terra e pela transformação social.

h) Quais foram as mudanças que o movimento trouxe para a vida das mulheres nos acampamentos?

O movimento, segundo as entrevistadas, trouxe diversas transformações significativas para a vida delas nos acampamentos, promovendo mudanças que vão além da conquista da terra. Entre os relatos, destaca-se a liberdade de expressão e a oportunidade de ocuparem espaços e cargos antes restritos aos homens, proporcionando maior igualdade de gênero e respeito. “Antes, eu nem pensava em falar numa reunião, hoje eu pego o microfone sem medo”.

Muitas mulheres mencionaram que passaram a se sentir mais valorizadas, com voz e vez na luta feminista e no coletivo. Além disso, o movimento estimulou o aprendizado sobre a igualdade entre homens e mulheres, o trabalho colaborativo e o fortalecimento da união comunitária. “A gente aprende que pode fazer qualquer coisa, que mulher não tem que ficar só na cozinha ou cuidando de criança”.

Essa conscientização tem permitido que as mulheres assumam posições de liderança e desempenhem papéis fundamentais na construção de uma sociedade mais justa. Também foi destacado o impacto positivo na qualidade de vida, incluindo a conquista de casa própria e terra para cultivo, garantindo segurança e dignidade. “Ter um pedaço de chão pra chamar de meu mudou tudo. Aqui, planto meu alimento e não dependo de ninguém”.

Para muitas mulheres, o Movimento representou um espaço para criar raízes, lutar por seus sonhos e contribuir para a transformação social. Há orgulho em fazer parte da família MST e da luta coletiva, que continua sendo uma ferramenta poderosa para superar desigualdades e promover mudanças estruturais. Apesar de algumas respostas apontarem que ainda não foram percebidas mudanças, o impacto nas narrativas reflete que o Movimento é um ambiente de possibilidades e de constante luta por inclusão e equidade.

i) Quais as principais dificuldades que você enfrenta no acampamento?

Elas contam que a vida nos acampamentos apresenta uma série de desafios que impactam diretamente o cotidiano de seus moradores. A falta de infraestrutura básica, como água, luz e estradas em boas condições, é uma das dificuldades mais citadas, afetando tanto a qualidade de vida quanto a produtividade das famílias.

Além disso, o acesso limitado a recursos financeiros e transporte dificulta o desenvolvimento de atividades agrícolas e a entrega da produção, aumentando as barreiras para a subsistência. Para as mulheres, os desafios são

ainda mais evidentes. Além de enfrentarem as mesmas limitações estruturais, muitas relatam experiências de preconceito e desigualdade de gênero. “Tem homem que ainda acha que mulher não pode comandar, mas a gente mostra que pode e faz melhor”.

Algumas lideranças femininas compartilham dificuldades em serem ouvidas e respeitadas em espaços de discussão, enfrentando atitudes que desvalorizam suas contribuições. Essas barreiras podem exigir que as mulheres adotem uma postura mais firme para garantir seu espaço e voz dentro do movimento. “Se a gente não se impõe, passa batido. Tem que falar firme pra ser levada a sério”.

Outros problemas apontados envolvem as duras condições climáticas, como o sol intenso, que afeta quem trabalha nas lavouras, e situações de insegurança, como o medo de despejos. Para aqueles que vivem sozinhos, como mulheres sem companheiros, a sobrecarga de tarefas e a falta de respeito em algumas situações tornam a rotina ainda mais desafiadora. “Ser mulher sozinha aqui é dobrado: faz serviço de casa, de roça e ainda tem que aguentar olhar torto”.

Apesar das dificuldades, a resiliência dos moradores, especialmente, das mulheres, evidencia o compromisso para com a luta pela terra e pela construção de um futuro mais digno e equitativo. Os relatos demonstram que, apesar dos obstáculos, a força coletiva é essencial para superar adversidades e promover mudanças positivas nos acampamentos.

j) Você se sente valorizada dentro do movimento? Você pode escrever 2 motivos?

Dentro do Movimento, as mulheres expressam sentimentos de valorização por diversos motivos, refletindo avanços na luta pela igualdade e reconhecimento. Muitas destacam o respeito e o tratamento igualitário que recebem, afirmando que são ouvidas, têm voz ativa e ocupam espaços de decisão na comunidade. “Aqui a gente fala e é escutada, não é igual na cidade, onde mulher tem que gritar pra ter atenção”.

Esse ambiente inclusivo permite que escolham suas atividades e participem de forma ativa nos encontros, palestras e reuniões organizadas pelo Movimento. A realização de sonhos e a busca por uma vida melhor também são mencionadas como fontes de motivação e valorização. Para algumas, a

perspectiva de conquistar um pedaço de terra para morar e cultivar representa uma transformação significativa em suas vidas. “O que mais me dá orgulho é saber que meus filhos, se Deus quiser, vão crescer num lugar onde a gente pode plantar o que come”.

Além disso, ser chamada a participar de quase todas as atividades é visto como um sinal de responsabilidade e reconhecimento pelo trabalho desempenhado. Outro aspecto positivo citado é o companheirismo e a união dentro do movimento. “Aqui ninguém tá sozinho, se precisar de ajuda, sempre tem uma companheira pronta pra estender a mão”, afirmou uma das entrevistadas.

Apesar de algumas mulheres apontarem que nem sempre se sentem valorizadas, o movimento é percebido como um espaço que está avançando no reconhecimento das atividades femininas além do lar, promovendo direitos iguais e dignidade para todos.

k) Como o acampamento trabalha com as questões relacionadas à desigualdade, opressão e violência contra a mulher?

As respostas convergem no sentido de que, nos acampamentos, o enfrentamento à desigualdade, opressão e violência contra a mulher é conduzido de diversas formas, refletindo o compromisso com a construção de um ambiente mais justo e inclusivo. Muitas iniciativas incluem palestras, campanhas e debates para conscientizar a comunidade sobre igualdade de gênero e respeito. “Aqui, a gente aprende que ninguém precisa abaixar a cabeça pra homem nenhum”.

A disciplina rigorosa e a aplicação de regras também são destacadas como ferramentas fundamentais para prevenir e combater qualquer tipo de violência. O MST, por sua posição contrária à violência, promove reuniões e formações voltadas para a educação e sensibilização da comunidade. “Se um homem levanta a mão pra mulher aqui, todo mundo se junta e ele tem que responder pelo que fez”, disse uma das entrevistadas.

Em alguns acampamentos, há responsáveis designados pela segurança, garantindo a proteção das mulheres e da coletividade. Além disso, datas simbólicas, como o 8 de março, são valorizadas no calendário do Movimento, sendo utilizadas para estudos e lutas de cunho feminista, fortalecendo a discussão sobre direitos e equidade.

Apesar dessas iniciativas, algumas respostas indicam que, em certos locais, as ações ainda deixam a desejar, revelando que o trabalho contra a desigualdade e a violência pode variar entre os acampamentos. No entanto, o compromisso geral é claro: construir espaços onde as mulheres se sintam respeitadas, seguras e com voz ativa. Segundo uma delas, “a gente quer viver sem medo, sem violência e com respeito. E é isso que estamos construindo aqui”.

Essa luta contínua reflete o papel central do Movimento na promoção de mudanças sociais profundas e no combate às opressões de gênero.

l) Como vocês, mulheres no acampamento, apoiam umas às outras?

No ambiente do acampamento, o apoio mútuo entre as mulheres se manifesta de diversas formas, reforçando laços de solidariedade e companheirismo. Muitas relatam a importância de estarem sempre dispostas a ajudar umas às outras, seja nas tarefas do dia a dia, nas atividades coletivas ou nos momentos de dificuldade. “Se eu preciso sair, já tem uma vizinha que fica com meus filhos. E eu faço o mesmo por ela”, disse uma das ouvidas.

O diálogo e as conversas também são ferramentas essenciais, permitindo troca de ideias e força emocional. Para muitas, o apoio mútuo é uma forma de enfrentar desafios e incentivar a autoestima. Isso pode incluir desde gestos simples, como ajuda em atividades práticas, até iniciativas que buscam valorizar as mulheres, como tratamentos de beleza. “Às vezes, uma ajudinha no cabelo ou um elogio no dia difícil já faz diferença”, contou uma das participantes da pesquisa.

A união é frequentemente destacada como um fator-chave para promover esse ambiente colaborativo. No entanto, algumas mulheres apontam que ainda há dificuldades a serem superadas nesse quesito, com algumas comunidades apresentando menos práticas de apoio coletivo: “Tem lugar onde cada uma ainda tá muito por si, mas a gente tenta puxar pra todo mundo se juntar mais”.

m) Como a presença do acampamento afeta a comunidade local?

A presença dos acampamentos tem impactos variados nas comunidades locais, contribuindo de forma significativa em diferentes aspectos. Uma das principais influências é na geração de renda, especialmente por meio da produção agrícola. Os acampados participam do cultivo, colheita e venda de

alimentos, oferecendo produtos saudáveis, muitas vezes livres de agrotóxicos, aos mercados locais: “Aqui ninguém passa fome, e ainda conseguimos vender nossa produção *pras* cidades vizinhas”.

Esse envolvimento beneficia tanto os consumidores quanto os comerciantes, fortalecendo a economia local. Além disso, os acampamentos também são vistos como promotores de preservação ambiental, cuidando das matas e promovendo práticas sustentáveis na terra. “A gente cuida da natureza, não destrói. Quem mora aqui sabe que a terra é vida”, reforçou uma das acampadas.

A conservação de áreas verdes e o manejo responsável dos recursos naturais são valorizados pelas comunidades vizinhas, que frequentemente reconhecem o progresso trazido pelos acampados. No campo social, os acampamentos desempenham um papel importante na promoção de políticas públicas e debates sobre desigualdade, além de melhorar o acesso à infraestrutura, como estradas e serviços.

Para algumas pessoas, a presença do acampamento é percebida como positiva, proporcionando união e integração com a comunidade local, que muitas vezes acolhe bem os acampados: “No começo, teve gente que torceu o nariz, mas agora compram nossas verduras e até participam dos eventos”.

No entanto, há relatos divergentes sobre o impacto, com algumas pessoas mencionando ausência de influência significativa ou dificuldades relacionadas à renda. Apesar disso, os acampamentos são amplamente reconhecidos como espaços de progresso, produção e preservação, desempenhando um papel fundamental na dinâmica das comunidades onde estão inseridos.

n) Como a participação das mulheres no acampamento afeta a comunidade local?

A participação das mulheres nos acampamentos impacta de diversas formas a comunidade local, refletindo sua contribuição significativa em áreas como produção, preservação ambiental e integração social. Muitas delas têm um papel central na produção de alimentos saudáveis e na agricultura, ajudando a abastecer mercados locais e impulsionando o comércio: “Se tem feira com comida boa e sem veneno, pode apostar que tem mulher do acampamento por trás”.

Além disso, iniciativas voltadas para a preservação das matas e o cultivo de hortas sem agrotóxicos são diretamente influenciadas pelo trabalho dessas mulheres, promovendo práticas mais sustentáveis na região. “A gente planta e cuida da terra como se fosse parte da família”, contou uma das interpeladas.

Além da contribuição prática, as mulheres representam perseverança e força nas lutas coletivas, ajudando a ampliar a participação da comunidade em debates e decisões conjuntas. Apesar de enfrentarem desafios, como preconceitos e a falta de atenção em alguns aspectos, elas são frequentemente vistas de forma positiva pela comunidade, reconhecidas pelo seu esforço e dedicação: “No começo, alguns não levavam a gente a sério, mas agora sabem que sem as mulheres o acampamento não anda”.

No entanto, algumas respostas indicam que ainda há espaço para melhorias, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento e apoio que essas mulheres recebem. Apesar disso, sua presença nos acampamentos fortalece a relação entre os assentados e a comunidade local, contribuindo para um ambiente de maior união, progresso e justiça social.

o) Quais são suas expectativas e esperanças para o futuro do acampamento e para as mulheres?

As expectativas e esperanças para o futuro do acampamento e para as mulheres refletem o desejo por conquistas importantes e melhorias coletivas. Entre os sonhos compartilhados, a regularização da terra e a obtenção do título definitivo são apontadas como metas fundamentais para garantir a segurança e a autonomia das famílias: “A gente quer dormir tranquilo sabendo que essa terra é nossa de verdade”.

Essa conquista representaria um marco na luta pela terra, permitindo que os acampados consolidem suas vidas no assentamento e planejem um futuro melhor. A criação de espaços produtivos dedicados às mulheres também é uma aspiração recorrente. Ideias como a construção de uma cozinha coletiva ou cooperativa para a produção de pães, bolachas, bolos, queijos e doces são vistas como alternativas para geração de renda e valorização do trabalho feminino.

Essas iniciativas poderiam fortalecer a economia local e garantir maior dignidade para as mulheres e suas famílias. Outros desejos incluem o acesso a

mais recursos e infraestrutura para o acampamento, bem como a implementação de melhorias gerais que proporcionem qualidade de vida e igualdade.

A luta pela igualdade de gênero é destacada, com a esperança de que as mulheres ocupem espaços de maneira natural e equitativa, sem precisar impor sua presença. Uma das participantes revela um sonho, certamente, compartilhado pelas demais: “Quero que um dia a gente nem precise mais brigar pra ser ouvida. Que seja natural a mulher estar na liderança”.

Há também quem almeje avanços na educação, com mais oportunidades para mulheres se formarem e se qualificarem. Além disso, a visão de um futuro sustentável, com uma agroindústria no assentamento, é mencionada como uma forma de gerar renda e fortalecer a comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conclusão desta pesquisa, foi possível analisar, de forma aprofundada, a trajetória de luta das mulheres acampadas, evidenciando a sobrecarga de trabalho e a multiplicidade de funções que desempenham tanto no cotidiano dos acampamentos quanto na militância pela Reforma Agrária. O estudo foi realizado em acampamentos situados na região Centro-Ocidental do Paraná, especificamente nos municípios de Barbosa Ferraz (acampamentos Irmã Dorothy e Nossa Senhora do Carmo), Quinta do Sol (acampamento Valdair Roque) e Peabiru (acampamento Nova Canaã), todos pertencentes à Brigada Santinho.

Durante o período, observamos dinâmicas políticas e estruturais que influenciaram, diretamente, a realidade das mulheres acampadas. Uma delas tem a ver com a assinatura do Decreto Nº 12.396, de 7 de março de 2025, pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que autorizou a compra e a regularização do Acampamento Irmã Dorothy, que passou a ser assentamento, marcando uma nova etapa para as famílias e, em especial, para as mulheres que ali residem. Em contrapartida, após um conturbado conflito interno, a retirada da bandeira do MST do Acampamento Nova Canaã, juntamente com mudanças na coordenação e reorganização das frentes de trabalho, resultou em dificuldades de inserção e diálogo, impactando a participação dessas mulheres na pesquisa.

A metodologia adotada buscou compreender a luta das mulheres acampadas a partir de um referencial teórico fundamentado na história das mulheres, no feminismo e nos movimentos sociais, com ênfase no MST. As técnicas selecionadas possibilitaram a análise da relevância da atuação feminina na luta pela terra e a problematização das dificuldades enfrentadas por essas mulheres para se tornarem visíveis e fortalecerem sua autonomia em um contexto de intensa demanda laboral, que envolve a produção agrícola, o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e a militância política.

Os dados coletados indicam que, nos acampamentos analisados, a exclusão social e o projeto político de ocupação e resistência criam um ambiente de solidariedade, unindo acampados e acampadas na luta comum. A organização espacial dos barracos próximos uns aos outros favorece a

cooperação e a socialização entre os moradores, enquanto as funções coletivas contribuem para a construção de uma maior equidade de gênero. No entanto, ainda persistem marcadores sociais que atribuem a homens e mulheres papéis específicos dentro da estrutura do acampamento, refletindo desigualdades que demandam contínua problematização e enfrentamento.

Assim, esta pesquisa reforça a centralidade da participação feminina na luta pela Reforma Agrária, já que evidenciou os desafios estruturais e sociais enfrentados pelas mulheres acampadas, bem como a necessidade de maior reconhecimento e valorização de suas contribuições para a coletividade.

A questão de gênero e a luta por igualdade e equidade têm sido pautadas no debate das mulheres acampadas e dentro do MST, com avanços e conquistas significativas ao longo do tempo. No entanto, é possível identificar uma discrepância entre teoria e prática, pois, apesar das conquistas, a sobrecarga de trabalho, as múltiplas funções e as exigências políticas recaem de maneira desproporcional sobre as mulheres, especialmente as acampadas. Esse cenário reflete uma ideologia de gênero profundamente enraizada e hegemônica na sociedade ocidental, que perpetua a opressão das mulheres e molda suas funções tanto na esfera pública quanto privada.

Seja como for, a pesquisa também apontou para um futuro promissor no que tange à luta das mulheres no MST, nos acampamentos pela Reforma Agrária. Embora as dificuldades sejam numerosas, a participação política das mulheres continua a crescer, e sua organização em coletivos autônomos é uma importante estratégia para fortalecer sua presença e voz nas decisões. O Movimento tem avançado na criação de espaços de formação e debate que permitem o reconhecimento das especificidades de gênero, contribuindo para o empoderamento e a inclusão das mulheres na construção de novas relações sociais e políticas. A continuidade da luta pela Reforma Agrária, com uma perspectiva feminista e antirracista, será essencial para consolidar as conquistas já alcançadas e promover um modelo mais justo e equitativo para todos os sujeitos envolvidos.

Nos acampamentos visitados, foi possível observar experiências de relativa equidade entre homens e mulheres, impulsionadas pela luta comum pela terra e pela Reforma Agrária. No entanto, alguns relatos e observações sugerem que, em certos contextos de transição para os assentamentos, a participação

política das mulheres pode ser impactada pela crescente centralidade das responsabilidades familiares e da gestão da propriedade.

Um questionamento central que permeou o desenvolvimento desta pesquisa é se as mulheres acampadas, em sua luta por terra, direitos iguais e equidade, realmente se tornam visíveis e empoderadas, ou se continuam a ser invisíveis em um contexto de luta que ainda preserva desigualdades estruturais. Como resposta, tem-se que a luta das mulheres pela Reforma Agrária é um capítulo significativo na história da resistência por direitos e igualdade social. Ela é essencial não apenas para a construção de comunidades sustentáveis, mas também na defesa de um modelo agrícola mais justo e inclusivo. Embora enfrentem uma série de desafios, como o preconceito, a violência e a falta de políticas públicas específicas, as mulheres desempenham um papel central na implementação de projetos de produção agroecológica, na promoção da educação no campo e na garantia de acesso à terra. Em muitos acampamentos e assentamentos, as mulheres são protagonistas dessa transformação, demonstrando que, apesar dos obstáculos, sua força e organização são fundamentais para o sucesso e continuidade da luta pela Reforma Agrária.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem desempenhado um papel crucial na amplificação das vozes das mulheres, sendo um exemplo de resistência e transformação social. As mulheres do MST, segundo o próprio Movimento, não são apenas participantes, mas “lideram marchas, ocupações e outras ações que pressionam por uma Reforma Agrária que promova inclusão e desenvolvimento” (MST, 2019). Elas se tornaram símbolos de renovação e luta, demonstrando que a Reforma Agrária é uma questão que vai além da terra e está profundamente ligada à valorização das mulheres como “agentes de transformação”. Desde sua criação, o MST tem se comprometido com a participação ativa de todos os sujeitos no processo de luta, com destaque para as mulheres. A organização do Setor de Gênero, criado em 2000, teve um papel fundamental na ampliação da participação feminina, ao promover o debate sobre “sua situação de opressão de classe e de gênero” (MST, 2019) e fomentar a formação de coletivos autônomos. Este setor, que busca “a construção de novas relações de gênero e com a natureza” (MST, 2019), reconhece o patriarcado e o racismo como bases do sistema capitalista opressor. Ao impulsionar a transformação das relações políticas, culturais e econômicas, o Setor de Gênero fortalece o projeto de Reforma Agrária Popular,

feminista e antirracista do MST, consolidando a luta das mulheres como parte essencial dessa transformação.

A mesma luta e resistência podem ser observadas nos acampamentos pesquisados, onde, apesar das inúmeras dificuldades que as mulheres enfrentam, como a dupla ou até tripla jornada de trabalho, elas permanecem ativas e participativas. As mulheres, mesmo diante dos entraves impostos pela sociedade e pelas condições de vida nos acampamentos, não apenas se fazem presentes, mas desempenham papéis fundamentais, dividindo funções de liderança, ocupando posições de direção e estando à frente das lutas e dos confrontos. A transformação desde o início da luta pela Reforma Agrária é evidente: muitas conquistas foram alcançadas, e as mulheres têm conquistado espaços antes predominantemente masculinos. Embora tenham sido conquistados avanços significativos, a plena igualdade de direitos e a valorização completa ainda são metas distantes. Persistem desafios, pois, como a discriminação estrutural, a falta de representatividade em espaços de poder e a necessidade de criar um ambiente de equidade em todos os aspectos da vida no acampamento e no movimento.

Desta forma, fica evidente que, na luta pela terra, as mulheres acampadas se empoderaram diante das necessidades e das múltiplas atividades que lhes são impostas. Este é um período intenso de formação e informação, que não apenas contribui para a sua formação política, mas também fortalece o movimento e abre novas frentes de atuação. A invisibilidade que ainda lhes é imposta é um reflexo da sociedade patriarcal, cujos vestígios persistem dentro do próprio Movimento. No entanto, o empoderamento feminino nos acampamentos estudados ocorre por meio de ações coletivas, como a organização das atividades, a participação nas funções diretivas e o engajamento na militância diária. Essas ações não apenas garantem a presença delas em esferas decisivas, mas também reafirmam seu papel preponderante na construção de uma luta mais inclusiva e transformadora.

Por fim, esta pesquisa reforça que a luta das mulheres pela terra vai além da reivindicação agrária: ela é também um enfrentamento político contra as desigualdades de gênero, classe e raça. O empoderamento feminino nos acampamentos ocorre por meio de ações coletivas que desafiam a lógica patriarcal e ampliam os espaços de decisão e militância. Apesar dos obstáculos, as mulheres têm ocupado posições estratégicas no movimento, protagonizando

transformações que indicam novos horizontes para uma Reforma Agrária feminista e antirracista. A continuidade de estudos que explorem as trajetórias dessas mulheres e o cruzamento entre gênero, raça e classe é fundamental para fortalecer o debate sobre justiça social no campo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Companheiras de luta ou 'coordenadoras de panela'**: as relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

ALCÂNTARA, Fernanda. Conheça o assentamento Irmã Dorothy, no Paraná: a comunidade celebra 20 anos de existência e faz parte das terras entregues pelo presidente Lula nos decretos desta sexta-feira (7). **Reforma Agrária Popular**, 11 mar. 2025. Disponível em: <https://mst.org.br/2025/03/11/conheca-o-assentamento-irma-dorothy-no-parana/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

ANDRADE, Áurea A. Viana de. **Vilas rurais da Microrregião Geográfica de Campo Mourão**. 2005. 161 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

ANDRADE, Áurea Andrade Viana de. **Poder, estado e capital nos processos de reterritorialização no campo na microrregião geográfica de Campo Mourão** – PR. 2013.

ANDRADE, Aurea Andrade Viana de; SERRA, Elpídio. A territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST na Microrregião Geográfica de Campo Mourão, Paraná-Brasil. **Boletim de Geografia**, v. 38, n. 2, p. 1-17, 2020.

ANDRADE, Áurea Andrade Viana de; SERRA, Elpídio. **A territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na Microrregião Geográfica de Campo Mourão, Paraná – Brasil**. **Boletim de Geografia**, v. 38, p. 1-17, 2020.

BARRETO, Edimilson Silva. **A Reforma Agrária no Brasil vista a partir do assentamento Antônio Conselheiro**, Ceará. 2018. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – Unilab, Redenção-Ceará, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENDA, Laura. Por que usamos o conceito de gênero? **CartaCapital**, Sororidade em Pauta, 02 ago. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/por-que-usamos-o-conceito-de-genero/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Tradução Luis Guerreiro Pinto. 12. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. São Paulo: Campus, 1996.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Incra. **A Política**, publicado em: 28 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/a-politica>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966**. Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59566.htm>. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970**. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1110.htm>. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRÍGIDO, Edimar Inocência. Michel Foucault: Uma Análise do Poder. **Revista Direito Econômico Socioambiental**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, jan./jun. 2013.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: sobre os limites discursivos do sexo. São Paulo: Ed. N-1, 2020.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Orgs.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. **Mulheres e Reforma Agrária no Brasil**. Mulheres na Reforma Agrária: A experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra**: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

CALDAS, Ana Carolina. **Governo do PR fecha escolas EJA, do Campo e dificulta acesso à educação**. Publicado em: 07 de dezembro de 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/07/governo-do-pr-fecha-escolas-eja-do-campo-e-dificulta-acesso-a-educacao>>. Acesso em: 2 set. 2024.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentín Pinto. **Conflitos Campo**: Brasil 2017. Goiânia: CPT Nacional, 2018.

CARLOS, A. F. A. O Lugar no/do Mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 9. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Racismo fundiário**: a elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor. Publicado em: 26 março 2019. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/artigos/4669-racismo-fundiario-a-elevadissima-concentracao-de-terras-no-brasil-tem-cor>>. Acesso em: 2 set. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL – CONCRAB. **Novas formas de assentamentos de Reforma Agrária**: a experiência da Comuna da Terra. Brasília, DF: CONCRAB/INCRA/CRT, 2004.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**: discurso sobre o território e o poder. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

CRN. **Movimento Sem Terra invadiu área rural em Peabiru**. CRN Online. Publicado em: 16 set. 2014. Disponível em: <https://crn1.com.br/2014/09/movimento-sem-terra-invadiu-area-rural-em-peabiru>. Acesso em: 02 abr. 2025.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudar territórios. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul./set. 2020. ISSN 2237-6453.

DALLABRIDA, Valdir Roque; ROTTA, Edeimar; BÜTTENBENDER, Pedro Luís; DENARDIN, Valdir Frigo; ARENHART, Livio Osvaldo. Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável GUAJU**, Matinhos, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./jun. 2021. Disponível em: <www.revistas.ufpr.br/guaju>. Acesso em: 26 ago. 2024.

DE SOUSA, Adriano Amaro. Território e identidade: elementos para a identidade territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 30, p. 119-132, 2008.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DIÁRIO LIBERDADE. **Nota de Repúdio sobre o Acampamento Sol Nascente**. Publicado em: 17 jun. 2017. Disponível em: <https://gz.diarioliberalidade.org/brasil/item/165331-mlt-denuncia-invasao-do-mtst-sobre-acampamento.html>. Acesso em: 02 abr. 2025.

FARIA, Nalu. **Feminismo e luta das mulheres: uma longa jornada pela igualdade**. São Paulo: SOF/SempreViva Organização Feminista, 2015.

FAURO, Janice Costa da Silva; SERRA, E. A Reforma Agrária e as diferentes formas de produzir. **Terr@ Plural**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 219–229, 2017. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/8248>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agronegócio e Reforma Agrária. **Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: movimento dos trabalhadores rurais sem terra, formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação, nº 30. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Que Reforma Agrária? *Geo UERJ: Revista do Departamento de Geografia*, UERJ, Rio de Janeiro, n. 6, p. 7-15, 2º semestre de 1999. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/49064/32778>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FONSECA, Roberta Oliveira da; PEREIRA, Lorena Izá; NASCIMENTO, Monalisa Lustosa; MOURA, Joana Tereza Vaz de; FERREIRA, Jhiovanna Eduarda Braghin; SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. Acaparamiento de la tierra, del viento y del sol: la formación de un nuevo régimen. **Revista de Ciencias Sociales**, DS-FCS, vol. 37, n.º 55, p. e212, jul.-dez. 2024. Disponível em: <<https://rcs.cienciassociales.edu.uy/index.php/rcs/article/view/282/189>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

FERNANDES, Maria José Costa. **Da luta pela terra à luta pela reforma agrária no Brasil**. *Revista GeoInterações*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 55–67, 2020.

FERNANDES, Rosana. Projeto educacional para crianças e adolescentes do campo: a experiência do MST. **Agriculturas**, v. 2, n. 1, abr. 2005.

FERREIRA, Gilmar de Melo. **Papéis sociais e diferenciais de gênero no assentamento José Antônio Eufrouzino, semi-árido paraibano**. Campina Grande: UFCG, 2006. Disponível em:

<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2279>. Acesso em: 14 out. 2024.

FIGUEIREDO, Yuri Gomes; CALBINO, Daniel. A imagem do MST produzida pela mídia e sua influência sobre a formação discursiva dos discentes de uma universidade federal. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 7, n. 2, p. 88-107, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistamseu/article/download/234596/31256/133370>>. Acesso em: 01 set. 2024.

FOLLONI, André. **Introdução à Teoria da Complexidade**. São Paulo: Juruá, 2008.

FORLIN, Mauritania. **Movimento Sem Terra invadiu área rural em Peabiru. YouTube**. Publicado em: 16 set. 2014. Disponível em: <https://youtu.be/x3dyWJNnL-w>. Acesso em: 02 abr. 2025.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. *Relatório global sobre desigualdade de gênero 2020*. Genebra, 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/gender-gap-2020-report-100-years-pay-equality>. Acesso em: 18 mar. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

FROTA, Mainara Mizzi Rocha. **“Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher...”**: trajetórias de vida de mulheres dirigentes nacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Bahia. 2021. 246 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

GAIÃO, Wilmar Roberto. **Negócio de acampar prá pegar terra é prá cabra macho – a construção social do lugar de militância política no MST**: uma discussão de gênero. Campina Grande: UFPB, 2001.

GARCÍA, María Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. 227 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente, 2004.

GASTALDO, Édison. Goffman e as relações de poder na vida cotidiana. Dossier Goffman - Introdução. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 1-6, out. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/GSnnXYtjYwVXYpLLkDWRW4w/?lang=pt#>>. Acesso em: 01 set. 2024.

GEHLEN, Ivaldo; MOCELIN, Daniel Gustavo. **Organização social e movimentos sociais rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIMENES, Erick. Sem-terra invadem duas fazendas com plantação de milho no Paraná. **G1**. Publicado em: 26 jul. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2014/07/sem-terra-invadem-duas-fazendas-com-plantacao-de-milho-no-parana.html>. Acesso em: 02 abr. 2025.

GODOY, Adriano. **Uma basílica grande e bela como o Brasil: a fabricação de um catolicismo monumental**. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 55 n. 1, jan/fev/mar/abr 2023.

HAESBAERT, Rogério; SANTA BARBARA, Marcelo de Jesus. Identidade e migração em áreas transfronteiriças. *Geografia*, v. 3, 2001.

JORGE, Aline Albuquerque. **A luta pela terra: o caso do Pré-Assentamento Irmã Dorothy em Barbosa Ferraz – PR**. 2019. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <<http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5367>>. Acesso em: 01 set. 2024.

KILLEEN, Timothy J. Bolívia: líder no movimento de Reforma Agrária. **Mongabay Brasil**, 31 jan. 2024. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2024/01/bolivia-lider-no-movimento-de-reforma-agraria/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

KNAPIK, Marcia Carneiro. **Movimento popular de mulheres no Paraná: 10 anos construindo vida**. Curitiba: Gráfica Popular CEFURIA, 2005

Leonilde Servolo de. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. *In: GRISA, Cátia SCHNEIDER, Sérgio. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MARCON, Fernanda. **A juventude como experiência liminoide: uma reflexão a partir das performances políticas de estudantes Sem Terra no Paraná**. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 55 n. 1, jan/fev/mar/abr 2023.

MARIANI, Daniel; DUCROQUET, Simon; PRADO, Guilherme. Voto feminino: um direito que conquistou o mundo em 122 anos. **Nexo Jornal**, 2016. Disponível em: <http://www.nexojornal.com.br/video/video/Voto-feminino-um-direito-que-conquistou-o-mundo-em-122-anos>. Acesso em: 04 abr. 2025.

MARSCHNER, Walter Roberto. A Licenciatura em Ciências Sociais PRONERA – UFGD na perspectiva da Educação no Campo. *In: MENEGAT, A. S.; FARIAS, M. F. L.; MARSCHNER, W. R. (Orgs.). Saberes em Construção: experiências coletivas de sem-terra e a Universidade Federal da Grande Dourados*. Dourados: Ed. UFGD, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. *Tempo Social – Ver. Sociol. USP*, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agrarian reform and poverty reduction: lessons from Brazil. *In*: AKRAM-LODHI, A. Haroon; KAY, Cristóbal (org.). **Land, poverty and livelihoods in an era of globalization**. London: Routledge, 2007. p. 80-118.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e Vida Severina**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de (Orgs.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais**: um diálogo necessário. Dourados: Ed. UFGD, 2009.

MÍDIA SEM TERRA. Mulheres Sem Terra em Luta em Quinta do Sol e Peabiru (PR): Doação de cerca de 100 cestas de alimentos. **Facebook**. Publicado em: 8 mar. 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/midiasemterra/posts/pfbid02XkpXyhjD9HX6ki9QhVrGVRpdEzND93KbLJc2rXsS9dQnTuymsoWP2rbSPSTW5RsGI>. Acesso em: 02 abr. 2025.

MÍDIA SEM TERRA. Partilha de 1.000 kg de alimentos. Doação de cerca de 100 cestas de alimentos. **Facebook**. Publicado em: 23 jul. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/midiasemterra/posts/pfbid027o1gQYyJiNFAW3MYPoE49fMKgNbUujUjUHdb9fYAeQLX3FbKvbyULaoBWtJuE7zYI>. Acesso em: 02 abr. 2025.

MINOZZO, Ivaneide Terezinha. **Mulheres assentadas produzindo movimentos nos espaços da Reforma Agrária**. 2021. 121 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M. O lugar como uma construção social. **Revista Formação** (Presidente Prudente), n. 14, v. 2, p. 48-60, 2008.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

MORIN, Edgar. **O método 1**: a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2016.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de formação – setor de gênero**. Disponível em:

<https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-6-a-conspiracao-dos-generos-elementos-para-o-trabalho-de-base/>. Acesso em: 14 out. 2024.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Diversidade Sexual no MST**: elementos para o debate. São Paulo: MST, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/download/diversidade-sexual-no-mst-elementos-para-o-debate/>. Acesso em: 8 out. 2024.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Quem somos?** Publicado em: 12 de mai. de 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Setor de gênero. *In*: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Construindo o caminho**. São Paulo: Secretaria Nacional MST, 2001. Disponível em: <https://mst.org.br/download/construindo-o-caminho/>. Acesso em: 8 out. 2024.

MST. **CEJUSC visita acampamentos do MST PR**; “Tudo que temos está aqui”, diz camponesa. Publicado em: 06 abr. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/04/06/acampamentos-do-mst-pr-recebem-visita-tecnica-do-cejusc-tudo-que-temos-esta-aqui-diz-camponesa>. Acesso em: 02 abr. 2025.

MST. Inauguração da Horta Antônio Tavares em Peabiru. **Facebook**. Publicado em: 03 maio 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=564033851693906>. Acesso em: 02 abr. 2025.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **MST**. Disponível em: <<https://mst.org.br>>. Acesso em: 28 jul. 2024.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Surge o MST**. Publicado em: nov. 2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>>. Acesso em: 01 set. 2024.

MST. **Mulheres Sem Terra rompendo cercas fazendo história**: 40 anos de MST. Notícias, 8 jan. 2024. Disponível em: <<https://mst.org.br/2024/01/08/mulheres-sem-terra-rompendo-cercas-fazendo-historia-40-anos-de-mst>>. Acesso em: 1 set. 2024.

NAVARRO, Zander. Por que não houve (e nunca haverá) reforma agrária no Brasil? *In*: BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander (org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA E DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL. África do Sul: os riscos da Reforma Agrária suave. **Outras Palavras**, 10 jun. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/estadoemdisputa/africa-do-sul-os-riscos-da-reforma-agraria-isuave-i/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

OLIVEIRA, Caroline. 60 anos do golpe: Brasil não fez acerto de contas com o passado e vive com legados da ditadura. **Brasil de Fato**, São Paulo, 28 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/28/60-anos-do->

golpe-brasil-nao-fez-acerto-de-contas-com-o-passado-e-vive-com-legados-da-ditadura\>. Acesso em: 29 ago. 2024.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de Reforma Agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2006.

PALHANO, Ednara Aguiar. **Valores éticos e morais atemporais: formação do cidadão contemporâneo**. 2023. 112 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Ciências Sociais e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023.

PEREIRA, Walter. **Confronto entre MST e MLT deixou mulher ferida**. **Tribuna do Interior**. Publicado em: 06 jun. 2017. Disponível em: <https://www.tribunadointerior.com.br/sem-categoria/confronto-entre-mst-e-mlt-deixa-mulher-ferida>. Acesso em: 02 abr. 2025.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?format=pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTAL CIDADE. **Mulher é assassinada em fazenda em Querência do Norte**. Publicado em: 23 nov. 2018. Disponível em: <https://paranavai.portaldacidade.com/noticias/cidade/mulher-e-assassinada-em-fazenda-em-querencia-do-norte>. Acesso em: 02 abr. 2025.

RADIO CIDADE FM. **PM apreende arma de fogo e facas no Assentamento Canaã**. Publicado em: 16 jun. 2021. Disponível em: <https://cidadefmararuna.com.br/news-113-pm-apreende-arma-de-fogo-e-facas-no-assentamento-canaa>. Acesso em: 02 abr. 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Juliana Paula; BOAVA, Alex Pires; DONATO, Larissa. **Assentamentos Rurais: mapeamento e número de famílias contempladas no noroeste do Paraná – Brasil**. **Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL**, 2011 – Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-12. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/28.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2025.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. **A mulher e o voto**. São Paulo: ALESP, 2002. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/277_arquivo.pdf. Acesso em: 04 abr. 2025.

ROCHA, Arléto. **Composição Étnico Racial e Movimentos Populacionais do Município de Peabiru, Estado do Paraná**. UNICENTRO: Irati, 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 5. ed. São Paulo: Consequência, 2020.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revistando uma trajetória. **Estudos feministas**. Florianópolis, p. 35-50, maio/agosto, 2004.

SAUER, Sérgio. Rural Brazil during the Lula administrations: agreements with agribusiness and disputes in agrarian policies. **Latin American Perspectives**, v. 46, n. 4, p. 103–121, 2019.

SERRA, Elpídio. Colonização, uso da terra e conflitos rurais no Paraná. *In*: **Anais do Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2009, p. 1-26.

Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/20.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2024.

SERRA, Elpídio. Conflitos rurais no Paraná: como foi que tudo começou. **Boletim Geográfico**, Maringá, v. 28, n. 1, p. 75-89, 2010.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Rio Claro: Unesp, 1991.

SILVA, Daniel. Domingo fui convidado pelo pessoal do Assentamento Nova Canaã (Antigo Vale do Sol). **Facebook**. Publicado em: 27 jun. 2017. Disponível em:

<https://www.facebook.com/daniel.djballaodetonador/posts/pfbid04DWnYhsgF3s4vHnjV11DhcNg7VveG76atcMcKqVM85nECaNBokenf3VW4T8bCVNql>.

Acesso em: 02 abr. 2025.

SILVA, Viviane Aparecida; SERRA, Elpídio. Territorialização dos assentamentos rurais do MST nas mesorregiões. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 5, p. 37650-37671, maio, 2022.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 281-300, 2007.

SOUSA, A. A. de. Território e identidade: elementos para a identidade territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S.l.], v. 1, n. 30, p. 119–132, 2020. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7436>>. Acesso em: 28 jul. 2024.

STANISKI, A.; KUNDLATSCH, C. A.; PIREHOWSKI, D. O conceito de lugar e suas diferentes abordagens. **Perspectiva Geográfica**, [S. l.], v. 9, n. 11, 2015. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/11154>>. Acesso em: 28 maio. 2024.

STEDILE, J. P. Questão agrária. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 639-644.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STROPASOLAS, Pedro. Futuro interrompido: como o golpe de 1964 freou o avanço da Reforma Agrária no Brasil e permitiu a expansão do latifúndio. *Brasil de Fato* relembra as principais forças políticas que lutavam pela distribuição de terras no país antes da ditadura. **Brasil de Fato**, São Paulo, 19 abr. 2024, 15:30. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/19/futuro-interrompido-como-o-golpe-de-1964-freou-o-avanco-da-reforma-agraria-no-brasil-e-permitiu-a-expansao-do-latifundio>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

TASABENDO. Após confusão em assentamento de Peabiru, PM apreende facas e revólver. **Tasabendo Cidades**. Publicado em: 16 jun. 2021. Disponível em: <https://tasabendo.com.br/cidades/peabiru/apos-confusao-em-assentamento-de-peabiru-pm-apreende-faca-e-revolver/> Acesso em: 02 abr. 2025.

TASABENDO. PM faz reintegração de posse de fazenda invadida por Sem Terra. **Tasabendo Geral**. Publicado em: 30 nov. 2015. Disponível em: <https://tasabendo.com.br/policial/pm-faz-reintegracao-de-posse-de-fazenda-invadida-por-sem-terra>. Acesso em: 02 abr. 2025.

TASABENDO. Vereador Cícero participa de missa para inauguração de Capela. **Tasabendo Geral**. Publicado em: 28 jan. 2019. Disponível em: <https://tasabendo.com.br/geral/vereador-cicero-participa-de-missa-para-inauguracao-de-capela>. Acesso em: 02 abr. 2025.

TRIBUNA DO INTERIOR. **Confusão generalizada em assentamento termina com seis homens presos**. Publicado em: 08 abr. 2021. Disponível em: <https://www.tribunadointerior.com.br/policial/confusao-generalizada-em-assentamento-termina-com-seis-homens-presos>. Acesso em: 02 abr. 2025.

TRINDADE, Thiago. O ódio ao MST e às ocupações de terras improdutivas. **Carta Capital**, 24 abr. 2024. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/o-odio-ao-mst-e-as-ocupacoes-de-terras-improdutivas/>>. Acesso em: 01 set. 2024.

TURATTI, M. C. M. **Os filhos da lona preta**. São Paulo: Editora Alameda, 2005.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. A contribuição dos estudos de gênero para uma compreensão da Geografia do Trabalho: uma pauta para discussão. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, p. 106-117, agosto/dezembro, 2013.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria; LAN, Diana. Estudios de Geografia del Género em América Latina: um estado de la cuestión a partir de los casos de Brasil y Argentina. **Documents d' Anàlisi Geogràfica**. UAB – Barcelona, p. 99-118, 2007.

VELOSO, Valter. Integrantes do MLT ocupam propriedade rural em Peabiru. **Tribuna do Interior**. Publicado em: 14 set. 2014. Disponível em: <https://www.tribunadointerior.com.br/sem-categoria/integrantes-do-mlt-ocupam-propriedade-rural-em-peabiru>. Acesso em: 02 abr. 2025.

VERONEZZI, Fernando. **Resistência, empoderamento e emancipação**: as militantes da Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAUESP). 2018. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá, 2018.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1974.

WEIZENMANN, Mateus. **Foucault**: sujeito, poder e saber [recurso eletrônico]. Pelotas: NEPFil online, 2013. 181 p. (Série Dissertatio-Studia; 02). Modo de acesso: Internet. Disponível em: <<http://nepfil.ufpel.edu.br/studia/acervo-livro2.php>>. Acesso em: 01 set. 2024.

ZARREF, Luiz. **Agroecologia e o MST**. Publicado em: 24 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst/>>. Acesso em: 2 set. 2024.

ANEXOS

ANEXO 1 – Termo de uso de imagem



**Universidade Estadual do Paraná -
UNESPAR**

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres
Humanos

CEP UNESPAR

TERMO E AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, _____, portador (a) do CPF _____, AUTORIZO as pesquisadoras Aurea Andrade Viana de Andrade (e-mail: aureavgeo@yahoo.com.br) telefone: (44) 9 9818-4705 e Maria de Lourdes Bassi Alves Pimentel (e-mail: lourdesbassi69@gmail.com) telefone: (44) 99715-9092, com pesquisa intitulada **“Gênero e reforma agrária: o papel das mulheres nos acampamentos do MST na região de Campo Mourão – PR”**,

O objetivo geral da presente pesquisa é **“Analisar as relações “poder” e gênero, destacando o papel das mulheres nos acampamentos rurais vinculados ao MST da região de Campo Mourão”**.

A utilizar a minha imagem, em material de imagens de vídeo, fotos e voz, capturados o durante o trabalho de pesquisa que será realizado com as mulheres do MST acampada(o) nos acampamentos Irmã Dorothy, Valdair Roque, Nossa Senhora do Carmo e Nova Canaã. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada ela não é obrigatória, e o (a) participante tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, não terá prejuízo algum caso decida não consentir o uso de sua imagem e voz e poderá interromper a participação a qualquer momento. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade A participação não gera custo e possui riscos mínimos (conforme descritos no item próprio deste formulário), porém salientamos que estaremos disponíveis para atendê-lo (a) se for o caso, nos meios citados adiante.

A qualquer momento os (as) participantes podem solicitar qualquer informação sobre sua participação ou sobre a pesquisa aos pesquisadores, o que poderá ser feito através dos meios de contato: pesquisadoras Aurea Andrade Viana de Andrade (e-mail: aureavgeo@yahoo.com.br) telefone: (44) 9 9818-4705 e Maria de Lourdes Bassi Alves Pimentel (e-mail: lourdesbassi69@gmail.com) telefone: (44) 99715-9092, ou por meio do

endereço Av. Comendador Norberto Marcondes, 733 - Centro, Campo Mourão - PR, sala do PPGSeD.

As imagens, vídeos e audios ficarão armazenado em arquivo digital, somente as pesquisadoras terão acesso Ao final da pesquisa, todo o material será mantido em arquivo, sob a guarda e responsabilidade do pesquisador responsável, por pelo menos 5 (cinco) anos, conforme Resolução CNS nº 466/2012. Observamos que a autorização será assinada em duas vias originais e será encaminhado/entregue ao participante da pesquisa uma cópia do termo de autorização de uso de imagem e voz.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – UNESPAR. Unespar Campus Paranavaí – Avenida Gabriel Esperidião, S/N - Sala 20 – Jardim Morumbi, Paranavaí – PR; CEP: 87.703-000; Telefone: (44) 3424-0100; E-mail: cep@unespar.edu.br.

DECLARO, portanto, que estou de acordo com essas imagens, que não violam os direitos de imagem e de privacidade do cedente, e que tenho ciência que este material constituído por imagens e sons pertence exclusivamente as pesquisadoras Aurea Andrade Viana de Andrade e Maria de Lourdes Bassi Alves Pimentel que poderá usá-lo apenas para o desenvolvimento da pesquisa em bases éticas e científicas.

Campo Mourão, ____ de ____ de 2023.

Assinatura do Cedente: _____

Assinatura Pesquisador (a): _____

Assinatura do Pesquisador (a) colaborador (a): _____

ANEXO 2 – DECRETO Nº 12.396, DE 7 DE MARÇO DE 2025



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 12.396, DE 7 DE MARÇO DE 2025

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural Fazenda São Paulo, localizado no Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, *caput*, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º, *caput*, inciso XXIV, da Constituição, no art. 2º, *caput*, inciso III, da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, e no art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e de acordo com o que consta do Processo Incra/SR/PR nº 54000.141066/2024-63 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural Fazenda São Paulo, localizado no Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, com área de setecentos e quarenta e nove hectares e noventa ares, com perímetro descrito no Processo Incra/SR/PR nº 54000.141066/2024-63 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra.

Art. 2º Excetuadas as benfeitorias de boa-fé autorizadas por lei, este Decreto não outorga efeitos indenizatórios a particulares em relação aos semoventes, às máquinas e aos implementos agrícolas e, independentemente de arrecadação ou de discriminação, às áreas:

I - de domínio público constituído por lei ou registro público; e

II - cujo domínio privado esteja colhido por nulidade, prescrição, comisso ou ineficácia por outros fundamentos.

Art. 3º Fica o Incra autorizado a promover e executar a desapropriação, na forma prevista na [Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962](#), e no [Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941](#), atestada a legitimidade dominial do imóvel de que trata o art. 1º.

§ 1º O Incra, independentemente de declaração judicial prévia, deverá apurar administrativamente as ocorrências referidas no art. 2º, e as invocar em juízo, para fins de exclusão da indenização.

§ 2º O Incra, representado pela Procuradoria-Geral Federal, poderá, para efeito de imissão de posse, alegar a urgência a que se refere o [art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941](#).

Art. 4º A declaração de interesse social a que se refere este Decreto não impede a implantação e a operação de infraestrutura necessária ao atendimento de interesse público relevante, à prestação de serviços públicos ou ao aproveitamento de eventual potencial energético ou mineral no imóvel, atividades que deverão ser compatibilizadas com a criação do projeto de assentamento, na forma prevista na legislação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de março de 2025; 204º da Independência e 137º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Luiz Paulo Teixeira Ferreira

Este texto não substitui o publicado no DOU de 10.3.2025

*

ANEXO 3 – Acampamento Nova Canaã



Anexo 4 – Acampamento Nova Canaã



Anexo 5 – Acampamento Irmã Dorothy



Anexo 6 – Artesanato das mulheres do Irmã Dorothy



Anexo 7 – Assentamento Valdair Roque





